



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL**

**CAMPUS PORTO ALEGRE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**A POLITECNIA COMO PRINCÍPIO ARTICULADOR DA POLÍTICA DE  
EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA  
REDE MUNICIPAL DE VIAMÃO**

**MARCIA ISABEL LOPES CULAU**

Porto Alegre -

RS 2023

**MARCIA ISABEL LOPES CULAU**

**A POLITECNIA COMO PRINCÍPIO ARTICULADOR DA POLÍTICA DE  
EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA  
REDE MUNICIPAL DE VIAMÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clarice Monteiro Escott**

Porto Alegre - RS  
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C967p

Culau, Marcia Isabel Lopes.

A politecnia como princípio articulador da política de educação para a educação de jovens e adultos na rede municipal de Viamão. / Marcia Isabel Lopes Culau; orientadora Clarice Monteiro Escott. – Porto Alegre: 2023.

167 f.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto Alegre, 2023.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Clarice Monteiro Escott

1. Educação Profissional e Tecnológica 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Politecnia. 4. Currículo. 5. Educação Humana Integral. I. Escott, Clarice Monteiro, orientadora. II. Título

CDU: 377



**INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**MARCIA ISABEL LOPES CULAU**

**A POLITECNIA COMO PRINCÍPIO ARTICULADOR DA POLÍTICA DE  
EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE  
MUNICIPAL DE VIAMÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 25 de abril de 2023.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Clarice Monteiro Escott  
Instituto Federal do Rio Grande do  
Sul Orientadora

---

Prof. Dr. Aldo Rezende  
ProfEPT/Instituto Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Denírio Itamar Lopes Marques  
Instituto Federal do Rio Grande do Sul

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que me presenteou com um grande desafio, no momento mais difícil da minha vida, e me deu coragem e força para não desistir de um sonho, que foi muito almejado.

Ao meu amado marido Jorge Alberto Culau, que me incentivou para me inscrever no Mestrado, e que não pode estar presente neste momento, mas sei que esteve comigo me protegendo e me iluminando lá dos braços do Pai, em todas as vezes que pensei em desistir.

Aos meus filhos Victor e Igor Culau, que foram meu porto seguro nos momentos que fraquejei e sempre me dedicaram palavras de superação e orgulho, admirando minha determinação.

Aos meus pais, irmãos e familiares, que sempre me perguntavam se faltava muito, e tiveram que abrir mão da minha presença em momentos familiares tão importantes.

Às minhas amigas e amigos que me incentivaram, que aguentaram meu mau humor nos dias de cansaço, que me acolheram nos momentos de fraqueza e sempre me estimularam dizendo o quando era importante ter uma amiga Mestre.

Aos professores e colegas do ProfEPT pelos aprendizados e trocas de conhecimentos e experiências. Aos participantes da pesquisa por compartilharem seus conhecimentos e suas vivências para que pudesse realizar esse estudo e desenvolver o produto educacional.

À banca pelas contribuições que qualificaram a proposta e à querida professora Clarice pela parceria incansável, incentivo e por acreditar na minha capacidade. Ao IFRS pela oportunidade de capacitação e pela oferta do mestrado.

A todos aqueles que durante esses dois anos, me fizeram evoluir pessoalmente e profissionalmente, me amaram, me cuidaram e, acima de tudo, jamais deixaram de acreditar na minha determinação e vontade.

Obrigada por cada um de vocês existir na minha vida!

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

(Paulo Freire, 1974, p. 75)

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de análise a Educação de Jovens e Adultos ofertada na Rede de Ensino Municipal de Viamão, Rio Grande do Sul, com o propósito de contribuir com a proposta de uma política educacional de base politécnica para essa modalidade de ensino. Para aprofundar a questão, realizou-se uma pesquisa participante, com a utilização de entrevistas com docentes e discentes de duas escolas da Rede Municipal, bem como a análise documental da proposta educacional atual e da legislação vigente. Também foram entrevistados o coordenador e docentes do curso Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Desenvolvimento Cooperativista, parceria entre o IFRS - *Campus Viamão* e a Secretaria de Educação, oferecido a cento e vinte estudantes da Modalidade EJA no Ensino Fundamental, realizada no ano de 2022. Os documentos analisados consistem em norteadores da Secretaria Municipal de Educação, o Projeto Político Pedagógico das duas escolas escolhidas e a proposta do curso FIC já mencionado. Os resultados apontaram que a necessidade da definição de uma política para a EJA com base politécnica de forma a contribuir para a formação integral de jovens e adultos que dialogue com o mundo do trabalho com vista à sua emancipação. Assim, com o resultado da pesquisa, desenvolveu-se um produto educacional que apresenta uma política educacional para a reformulação do currículo da EJA da Rede Municipal de Viamão com base na politécnica, englobando as dimensões da ciência, do trabalho, da cultura e da tecnologia. Por meio do ensino politécnico, propõe-se que o aluno tenha um desenvolvimento integral, capacitando-o a dominar o conteúdo aprendido na escola em diálogo com o mundo do trabalho a partir de uma perspectiva emancipatória, articulando o domínio do conhecimento da teoria com a prática. A política apresenta os princípios teóricos que a fundamentam, a nova organização curricular e as ações administrativas e pedagógicas de apoio à implementação ao desenvolvimento da EJA politécnica na Rede Municipal de Viamão e se possível ampliar seu dimensionamento a outras redes.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Politécnica. Educação Profissional e Tecnológica. Currículo. Educação Humana Integral.

## ABSTRACT

This research has as object of analysis the Youth and Adult Education offered in the Municipal Education Network of Viamão, Rio Grande do Sul, with the purpose of contributing to the proposal of a polytechnic-based educational policy for this teaching modality. To deepen the question, a participant research was carried out, with the use of interviews with professors and students of two schools of the Municipal Network, as well as the documental analysis of the current educational proposal and the current legislation. Also interviewed were the coordinator and teachers of the Initial and Continuing Training Course (FIC) for Cooperative Development Agents, a partnership between IFRS - Campus Viamão and the Department of Education, offered to one hundred and twenty students of the EJA Modality in Elementary School, held in year 2022. The analyzed documents consist of guidelines from the Municipal Education Department, the Pedagogical Political Project of the two chosen schools and the aforementioned FIC course proposal. The results pointed out that the need to define a policy for EJA with a polytechnic basis in order to contribute to the integral formation of young people and adults that dialogues with the world of work with a view to their emancipation. It is an educational product that presents an educational policy for the reformulation of the curriculum of the EJA of the Municipal Network of Viamão based on polytechnics, encompassing the dimensions of science, work, culture and technology. Through polytechnic education, it is proposed that the student has an integral development, enabling him to master the content learned at school in dialogue with the world of work from an emancipatory perspective, articulating the domain of knowledge of theory with the practice. The policy presents the theoretical principles that underlie it, the new curricular organization and the administrative and pedagogical actions to support the implementation of the development of polytechnic EJA in the Municipal Network of Viamão and, if possible, expand its dimension to other networks.

**Keywords:** Youth and Adult Education. Polytechnic. Professional and Technological Education. Curriculum. Integral Human Education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES GRÁFICOS

**Gráfico 1** - Matrículas na Educação de Jovens e Adultos de Nível Fundamental integrados à Educação Profissional

**Gráfico 2** - Alunos entrevistados por gênero

**Gráfico 3** - Alunos entrevistados por faixa etária

**Gráfico 4** - Atividades desenvolvidas pelos alunos entrevistados

**Gráfico 5** - Relação entre as idades dos alunos entrevistados e seus objetivos na EJA

**Gráfico 6** - Maiores dificuldades elencadas pelos alunos entrevistados por faixa etária

**Gráfico 7** - Relações estabelecidas entre a EJA e o curso FIC

**Gráfico 8** - Áreas de atuação dos professores entrevistados

**Gráfico 9** - Formação dos professores entrevistados

**Gráfico 10** - Professores entrevistados com formação específica em EJA

**Gráfico 11** - Professores entrevistados que participam de cursos e palestras sobre a EJA

**Gráfico 12** - Tempo de atuação na EJA dos professores entrevistados

**Gráfico 13** - Dificuldades encontradas pelos professores entrevistados na EJA

**Gráfico 14** - Sugestões docentes

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1** - Estado da Arte sobre Politecnia na Educação de Jovens e Adultos

**Quadro 2** - Representação das ações da pesquisa com o número de participantes

**Quadro 3** - Etapas do desenvolvimento do produto educacional

**Quadro 4** - Dados dos Círculos de cultura

**Quadro 5** - Apoio Administrativo pedagógico

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB - Câmara de Educação Básica

CEFET - Centro Federal de Educação

Tecnológica CNE - Conselho Nacional de

Educação

CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

COSEMS - Conselhos das Secretarias Municipais de Saúde

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental

EPT - Educação profissional e tecnológica

FIC - Formação Inicial e Continuada.

GIP - Gabinete Integrado de Cuidado com as Pessoas

IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do

Ceará. IF - Instituto Federal

IFRS - Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

INEP - Instituto Nacional de Pesquisa

LDB - Lei das Diretrizes e Bases.

LDBEN - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

NE - Necessidades Especiais - Essa nomenclatura era usada para se referir a pessoa com deficiência. Em 1992, a ONU utilizou o termo Pessoa com Deficiência (PcD), o qual passou a ser adotado em todo o mundo.

OPNE - Observatório do Plano Nacional de Educação

PL - Projeto de Lei

PNE - Plano Nacional de Educação.

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PPP -Projeto Político e Pedagógico.

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos.

ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e

Tecnológica. PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

RE - Regimento Escolar.

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SME - Secretaria Municipal de Educação.

SUS - Sistema Único de Saúde

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

# SUMÁRIO

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. PROBLEMA DE PESQUISA .....	17
3. OBJETIVOS DA PESQUISA.....	17
4. REFERENCIAL TEÓRICO .....	18
4.1 O ESTADO DA ARTE.....	18
4.2 A POLITECNIA COMO BASE DA PROPOSTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	27
4.2.1 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONCEPÇÃO E HISTÓRICO.....	27
4.3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EJA NO BRASIL.....	33
4.4 POLITECNIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O JOVEM E ADULTO TRABALHADOR.....	38
PROEJA.....	42
4.6 CURRÍCULO INTEGRADO E O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO .....	46
5. METODOLOGIA.....	49
5.1 COLETA DE DADOS.....	52
6 . ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA .....	53
6.1 ANÁLISE DOCUMENTAL DO REGIMENTO ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....	53
6.1.2 PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS.....	63
6.1.3 IFRS - CAMPUS VIAMÃO E A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIAMÃO.....	66
6.1.4 CURSO FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO IFRS.....	68
6.2 ANÁLISE DOS DADOS - QUESTIONÁRIOS E CÍRCULO DE CULTURA.....	74
6.2.1 Análise do questionário aplicado aos discentes.....	75
6.2.2 Círculos de Cultura com os discentes.....	81
6.2.3 Análise dos questionários aplicados aos docentes.....	88
6.2.4. Círculo de Cultura com os docentes.....	92
6.2.5 Entrevistas com os docentes do Curso FIC do IFRS Campus Viamão.....	96
7. PRODUTO EDUCACIONAL - POLÍTICA EDUCACIONAL PARA A OFERTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VIAMÃO.....	98
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	103
REFERÊNCIAS .....	105
APÊNDICE - PRODUTO EDUCACIONAL.....	116

## 1. INTRODUÇÃO

O Município de Viamão, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é o sétimo município em população no estado, com cerca de 256 mil habitantes. A Rede Municipal de Ensino, atualmente, atende 28 mil alunos nas Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com aproximadamente 440 alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), distribuídos em três escolas, em diferentes e distantes regiões do município. (VIAMÃO, 2022)

As 77 escolas municipais são administradas pela Secretaria Municipal de Educação, órgão responsável pelo desenvolvimento das políticas educacionais e, que atualmente, represento como Secretária de Educação. (VIAMÃO, 2022)

A Secretaria Municipal de Educação tem como Visão, em seu Projeto Político Pedagógico (2016, p.6), "tornar a rede municipal de ensino, referência em educação de qualidade e inovação de forma articulada com a cultura, ciência e tecnologia". No entanto, ainda não havia construído uma política educacional para a Educação de Jovens e Adultos que tivesse o mundo do trabalho como categoria central do currículo. (VIAMÃO, 2016)

A EJA, desde seu início, tem sido pauta de muitas pesquisas acadêmicas. A modalidade sempre foi marcada por relações sociais, políticas e econômicas, visando à inserção de jovens e adultos que, por vários fatores, não concluíram o ensino básico regular. Ao longo dos anos, a desigualdade e a exclusão social foram se ampliando em nosso país, resultando em um cenário no qual uma grande parte da população brasileira vivia em situação de pobreza e que, por isso, não concluiu a trajetória escolar nem possui formação profissional qualificada.

Em Viamão, infelizmente, constata-se a mesma realidade, na qual muitos dos joven/s e adultos evadem antes da conclusão do Ensino Fundamental ou, na grande maioria, quem concluiu não dá continuidade aos estudos e, assim, não finaliza o Ensino Médio. De acordo com o INEP, através do Censo Escolar do Município de Viamão, o número de alunos inscritos, para a EJA, na rede de ensino municipal vem diminuindo muito nos últimos anos. No ano de 2019, o município tinha matriculados

na EJA 1.058 alunos, sendo que em 2022, 510 alunos matriculados, apenas. Na rede de ensino Estadual não é diferente, no ano de 2017, em todo o Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisa (INEP, 2017) tínhamos 43.049 alunos matriculados na EJA de Ensino Fundamental, no ano de 2021, o número de alunos caiu para 10.029 matriculados.

Dessa forma, considera-se relevante esta pesquisa e a proposta de um produto educacional, a fim de contribuir com a proposta de uma política educacional de base politécnica para a EJA no município, no intuito de ampliar as possibilidades de formação pessoal desses discentes, beneficiando uma parcela da sociedade excluída da educação básica regular. A EJA com base politécnica pode auxiliar na qualificação desses jovens e adultos com a finalidade de formar cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente. Visa, portanto, a contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos (MOURA, 2007).

Dentro da sua especificidade, sabe-se que essa modalidade de ensino precisa de uma política educacional com uma abordagem curricular capaz de conciliar conhecimentos científicos e tecnológicos na tentativa de oportunizar aos jovens e adultos uma formação politécnica integral. O conceito de politécnica é refletido a partir dos escritos de Saviani, uma vez que sua noção “se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução geral e instrução profissional” (SAVIANI, 2003, p. 13). Para o autor, a politécnica propõe uma superação da dualidade estrutural e fragmentada da educação profissional, ou seja, o trabalho é inseparável entre os elementos manuais e intelectuais.

A ideia de politécnica vincula-se ao trabalhador no sentido de dar condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, compreendendo o seu caráter e a sua essência. E, quando falamos de EJA, entendemos o quanto é importante dar a perspectiva concreta dessa qualificação, para que a exclusão social que mobilizou a saída desses sujeitos da escola, seja aqui reparada, diante de uma nova realidade que seja concreta para sujeitos já excluídos.

De acordo com Santos (2003) a situação ideal seria um “conjunto de políticas públicas, articulando Trabalho e Educação, à oferta de cursos em caráter nacional”. Tal formação, contribuiria para a construção dos currículos dos Jovens e Adultos, proporcionando uma diferença significativa na formação dos trabalhadores em nosso país

Uma verdadeira educação para jovens e adultos não pode ser uma reprodutora das aulas diurnas nas quais os alunos que pararam de estudar já estudaram e que se mostraram insatisfatórias, independente dos motivos e causas. Assim, faz-se necessária a organização de políticas educacionais específicas para esse público que já foi tão marginalizado pelo sistema.

Em 2022, numa entrevista à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, a professora da Universidade Federal de Goiás, Maria Margarida Machado, falou da importância da integração da educação de jovens e adultos com o ensino profissional, e das dificuldades enfrentadas para isso. Destaca Machado:

A gente tem que entender primeiro que a Educação de Jovens e Adultos hoje, como ela é tratada no Brasil, como modalidade da educação básica, ela atende também adolescentes, porque a matrícula começa com 15 anos. E muitas pessoas com 70, 80 anos ainda buscam em alguma medida dar continuidade aos seus estudos. Então é muito importante entender que o público da EJA é diverso. E para a maioria desses públicos, o currículo integrado à educação profissional sem sombra de dúvidas seria muito importante. Não porque ele pode garantir a perspectiva de acesso ao mercado de trabalho. A questão é que o currículo integrado entra no universo muito peculiar deste público, dos sujeitos da EJA, que são trabalhadores. E aí, quanto mais próximo o currículo articula os conhecimentos gerais, da base da formação do sujeito, seja das humanidades, das ciências da natureza, linguagens, a matemática, com uma abordagem que conecte com o mundo de trabalho, melhor. (2022)<sup>1</sup>

Assim, faz-se necessária a organização de políticas educacionais específicas para esse público que, integre saberes fundamentais e coerentes à sua procura.

Nesse sentido, Santos (2003, p.134), aponta que o documento de Santo André busca defender, para garantir a “participação dos trabalhadores na formulação das

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<https://www.epsvj.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-gente-tem-uma-experiencia-muito-restrita-d-e-oferta-da-eja-integrada-a-educacao>. Acesso em: 10 mar 2023.

políticas de Educação Profissional, a organização de observatórios permanentes de situações de emprego e de formação”.

Com essa perspectiva, durante a pesquisa, foram identificadas algumas experiências exitosas na implementação da EJA visando à formação integral e para o mundo do trabalho. No município de Vitória - Espírito Santo, no ano de 2018, a Secretaria Municipal de Educação, apresentou um documento denominado POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA MUNICIPAL

DE ENSINO DE VITÓRIA-ES (2018) com base em uma política implementada há mais de dez anos no município de trabalho com a Educação de Jovens e Adultos. A proposta deste documento previa a inserção da discussão dos Fundamentos do Mundo do Trabalho como pressuposto articulador do Currículo, bem como a qualificação profissional por meio de parcerias com instituições externas públicas e privadas.

No contexto deste trabalho de pesquisa, observa-se que o primeiro passo para a implementação de uma proposta específica para a EJA vinculada ao mundo do trabalho, em 2022, a Secretaria Municipal de Educação firmou uma parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus Viamão*. Tal parceria previa a oferta de qualificação profissional a um grupo de 120 alunos da EJA, para participarem de uma proposta de Formação Inicial e Continuada (FIC) como Agente de Desenvolvimento Cooperativista. Essa parceria também disponibilizou a oferta de formação continuada para os professores da Rede Municipal que trabalham com a metodologia da Educação de Jovens e Adultos. A implantação desse curso e a formação dos professores ofereceu, junto as entrevistas realizadas com os docentes e discentes da Rede Municipal, bem como a análise documental, subsídios para viabilizar a construção de um produto educacional com a proposta de uma política educacional que privilegie um currículo de base politécnica para a EJA da cidade de Viamão.

Essa dissertação traz o registro do processo de investigação, produção de conhecimento sobre a temática da EJA em uma perspectiva politécnica e do desenvolvimento do Produto Educacional. Para tanto, inicia descrevendo o problema e os objetivos da pesquisa. Na sequência, apresenta o referencial teórico, o qual inclui o estado da arte sobre a produção de conhecimento e a revisão

bibliográfica com foto nos conhecimentos que sustentam a discussão da EJA e da politécnica. Apresenta, também, a metodologia e a análise dos dados coletados na pesquisa. Por fim, descreve o desenvolvimento do Produto Educacional e as considerações finais.

## **2. PROBLEMA DE PESQUISA**

Quais são os elementos necessários à criação de uma política educacional na Rede Municipal de Viamão, com vista à implantação de um currículo de base politécnica na Educação de Jovens e Adultos?

## **3. OBJETIVOS DA PESQUISA**

Esta pesquisa tem como objetivo geral:

- Identificar os elementos necessários à criação de uma política educacional na Rede Municipal de Viamão, a fim contribuir com a proposta de uma política educacional de base politécnica na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

No intuito de desenvolver a pesquisa e o produto educacional, tem-se como objetivos específicos:

- Analisar a proposta atual da EJA no Município de Viamão e como é trabalhada na prática em duas escolas da Rede Municipal, contribuindo a compreensão à regulação para a oferta da EJA definida na legislação vigente;
- Verificar as bases teóricas que contribuam para o desenvolvimento de um currículo em perspectiva politécnica;
- Identificar a percepção de docentes e discentes da EJA do município para a oferta do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Desenvolvimento Cooperativista aos estudantes da EJA, de forma a orientar a construção de uma política educacional de base politécnica para a modalidade na Rede Municipal;
- Identificar as possíveis contribuições da experiência de parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Viamão e a Secretaria

Municipal de Viamão para a oferta do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Desenvolvimento Cooperativista aos estudantes da EJA, para a construção de uma política educacional de base politécnica para a modalidade na Rede Municipal;

- Construir um produto educacional que apresente a política educacional de base politécnica para a Rede Municipal de Viamão, contribuindo para a implementação de um novo currículo da EJA, considerando as experiências já construídas no município nessa modalidade de ensino, bem como as possibilidades de avanço na perspectiva da formação humana integral.

## 4. REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1 O ESTADO DA ARTE

Durante a construção dessa dissertação de mestrado no âmbito do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ProfEPT, foi realizada uma análise de produções sobre a politecnia como princípio articulador para o currículo da EJA, no período de 2010 até 2021. A análise através das palavras, educação profissional e tecnológica, buscou identificar como essas dissertações e teses contribuíram com a prática pedagógica e como estas práticas estão favorecendo para que a politecnia esteja inserida no currículo da Educação de Jovens e Adultos.

O Estado da Arte, ocorre para identificar e entender como está a produção do conhecimento científico, a respeito de determinada temática em várias fontes de informações, como repositórios, bases de dados, livros, etc...

O levantamento foi realizado em julho de 2022, nas pesquisas de Mestrado e Doutorado vinculados à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), tendo como busca as palavras-chave: “Educação de Jovens e Adultos”, “Politecnia”, Educação Profissional e Tecnológica”, “Currículo”, “Educação humana integral”, “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos” “Proeja”, “Políticas públicas” e “Políticas educacionais”, resultando em um total de seis trabalhos. Para uma melhor visualização, apresenta-se os trabalhos encontrados no **Quadro 1**:

**Quadro 1** - Estado da Arte sobre Politecnia na Educação de Jovens e Adultos.

<b>AUTORIA</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO E TIPO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>PALAVRAS-CHAVES</b>
CAVALCANTE, Joel Junior	A inserção social dos estudantes egressos do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a nova institucionalidade da educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil	2021 - Tese de Doutorado	Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, Instituto Federal do Paraná, Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Políticas educacionais, Escola unitária, Politecnia.
TEREMUSSI NETO, Bruno	Implementação do Proeja no IFSP: limites e contradições	2018 - Dissertação de Mestrado	Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Proeja, Política Educacional
SILVA, Fabricio Bandeira da	Políticas educacionais para o ensino de nível técnico: um estudo com os jovens atendidos pelo PRONATEC no IFCE (2012-2016)	2016 - Tese de Doutorado	Educação Profissional, PRONATEC, Política Pública Educacional
BALDACCI, Luiz Maurício	Proeja: uma possibilidade de formação omnilateral das classes populares?	2010 - Dissertação de Mestrado	Omnilateralidade, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Educação Integrada, PROEJA
OLIVEIRA, Leandro Pereira de	Ensino Médio Integrado: desempenho escolar dos discentes do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Amazonas - Campus Parintins	2019 - Dissertação de Mestrado	Desempenho acadêmico, Curso técnico, Instituto Federal de Parintins
BERNARDIM, Márcio Luiz	Juventude, escola e trabalho: sentidos atribuídos ao ensino médio integrado por jovens da classe trabalhadora	2013 - Tese de Doutorado	Ensino profissional, Ensino técnico, Juventude, Educação

**Fonte:** Elaborado pela autora com base na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD

A tese de Doutorado “A inserção social dos estudantes egressos do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a nova institucionalidade da educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil”, escrita por Cavalcante, traz, no seu embasamento teórico, a importância da escola segundo Gramsci:

O proletariado necessita de uma escola desinteressada. Uma escola que possa oferecer ao menino a possibilidade de formar-se, de tornar-se um homem, de adquirir aqueles critérios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Em suma, uma escola humanista, como entendiam os antigos e, mais recentemente, os homens do renascimento. Uma escola que não hipoteque o futuro do menino e venha constri-la sua vontade, sua inteligência, sua consciência de formação...A escola profissional não deve se transformar numa incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem alma, contando apenas com o olho infalível e mão firme. (GRAMSCI, 2017, p. 20 *apud* CAVALCANTE, 2021, p.58)

Segundo a tese, que vem ao encontro dos questionamentos da presente pesquisa, os projetos pedagógicos apresentados atualmente na busca em superar as demandas do mundo do trabalho buscam uma formação com múltiplas e variadas competências de forma superficial, distanciando o processo escolar de uma formação mais completa, ou seja, oportunizando um domínio técnico e teórico que possa conferir a esse estudante/trabalhador uma verdadeira emancipação no seu processo acadêmico e profissional. Como aponta Kuenzer:

Assim é que o discurso da acumulação flexível sobre a educação aponta para a necessidade da formação de profissionais flexíveis, que acompanhem as mudanças tecnológicas decorrentes da dinamicidade da produção científico-tecnológica contemporânea, ao invés de profissionais rígidos, que repetem procedimentos memorizados ou recriados por meio da experiência. Para que esta formação flexível seja possível, torna-se necessário substituir a formação especializada, adquirida em cursos profissionalizantes focados em ocupações parciais e, geralmente, de curta duração, complementados pela formação no trabalho, pela formação geral adquirida por meio de escolarização ampliada, que abranja no mínimo a educação básica, a ser disponibilizada para todos os trabalhadores. A partir desta sólida formação geral, dar-se-á a formação profissional, de caráter mais abrangente do que especializado, a ser complementada ao longo das práticas laborais (KUENZER, 2016, p. 3).

Eliezer Pacheco, autor mencionado no referencial teórico da tese, traz o debate dos objetivos e concepções do projeto educacional das Redes Federais de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil:

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista (PACHECO, 2011, p. 11).

Essa proposta de Educação Profissional e Tecnológica dentro da Rede Federal traz um projeto democrático, comprometido com a emancipação dos sujeitos:

O que se propõe, então, não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um Projeto Democrático, comprometido com a emancipação dos setores excluídos de nossa sociedade; uma educação que assimila e supera os princípios e conceitos da escola e incorpora aqueles estados pela sociedade organizada. Mais do que isso, a comunidade educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da “exclusão social”. Entretanto, não basta incluir em uma sociedade desigual, reprodutora da desigualdade. O conceito de inclusão tem de estar vinculado ao de emancipação, quando se constroem também os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização. Ou seja, a transformação do educando em sujeito da história (PACHECO, 2011, p. 10).

Dando continuidade à análise do Estado da Arte, foi encontrada a dissertação de autoria de Teremussi Neto (2018) com o título “Implementação do Proeja no IFSP: limites e contradições”, na qual o autor traz uma contextualização sobre o Proeja corroborando com a realidade vivenciada no município de Viamão.

De acordo com ele, a sociedade atual vive a difícil tarefa de criar estratégias para garantir a sobrevivência do homem em uma estrutura de organização social que prioriza uma busca de novos modelos principalmente na área da educação. Isso tem-se caracterizado como um grande desafio para os gestores e executores de políticas públicas pensadas para aqueles que foram excluídos da escola regular e que não tiveram o acesso e a permanência garantidos na educação escolar. Historicamente, os projetos para a educação profissional têm como foco principal a preparação para o trabalho, seja como formação profissionalizante obrigatória, ou voltada para a empregabilidade, conforme os preceitos neoliberais.

Pacheco e Aranha (2012) ao investigarem a implementação do Proeja, tema principal da dissertação, destacaram a importância de políticas públicas que reconheçam as especificidades dos estudantes da EJA e, a partir delas, embasem ações educacionais que atendam às necessidades e aos anseios desses sujeitos, por meio de uma organização própria de tempos e espaços e de uma estrutura curricular adequada ao público a ser atendido. Os autores enfatizaram que o Proeja:

[...] motivou resultados significativos, não apenas no que se refere ao rompimento com a lógica de ensino dualista, mas também, no sentido de reverter uma visão tradicional de escola que marca o imaginário dos jovens e adultos. Mostrando-se, pelo menos no campo das concepções, que é uma iniciativa que também se apresenta como uma possibilidade de realmente articular a formação geral à técnica, com vistas à inserção e à permanência no mercado de trabalho, reconhecendo o lugar do trabalhador para além da submissão ao mercado (PACHECO; ARANHA, 2012, p. 27).

Teremussi Neto verificou que, para interpretar o programa do Proeja da forma correta, é necessário conceber o sentido de “integração”, conforme os autores citados na sua dissertação:

É ensino médio integrado porque sua elaboração baseia-se no eixo estruturante de trabalho, ciência e tecnologia e cultura. Esse é o primeiro sentido de ‘integrado’. Essa proposta também integra o trabalho como contexto, ao proporcionar formação profissional específica. Esse é o segundo sentido da ‘integração’ (MOURA, 2012, p. 57).

Não defendemos, com isto, uma formação profissional em detrimento da formação geral, mas uma formação profissional que possibilite aos sujeitos jovens e adultos se apropriarem de conhecimentos que estruturam sua inserção na vida produtiva dignamente (RAMOS, 2010, p. 11).

Silva (2016), na sua tese de doutorado intitulada “Políticas educacionais para o ensino de nível técnico: um estudo com os jovens atendidos pelo PRONATEC no IFCE (2012-2016)”, tendo como objeto de pesquisa principal o Pronatec, que foi apresentado com a promessa de qualificar milhões de jovens e inseri-los no mercado de trabalho, avalia que o programa não proporcionou de fato essa inserção. Segundo o estudo, com os conhecimentos adquiridos, através dos cursos do Pronatec, uma pequena parcela de jovens e adultos conseguiram um emprego na área do curso ou correlata, mas os jovens da classe trabalhadora não conseguiram, de fato, fazer a ponte com o mundo do trabalho.

Silva faz uma crítica sobre a qualidade da educação ofertada aos jovens e adultos pois, conforme ele, o ensino ofertado não tem demonstrado comprometimento com a formação integral, considerando que essa é a forma eficiente e capaz de contribuir na formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, conforme rogou a Constituição Federal de 1988, no Artigo 205, em que se lê:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Na dissertação de mestrado com o título “Proeja: uma possibilidade de formação omnilateral das classes populares?”, Baldacci (2010) analisa a forma como o currículo integrado pode contribuir na formação politécnica e omnilateral.

Para o autor, ao pensarmos na constituição de um currículo, estamos, de fato, vislumbrando sobre o que pretendemos em nossa sociedade, priorizando os seres humanos que desejamos formar dentro das instituições de ensino. Ele traz discussões em relação às políticas criadas para a Educação de Jovens e Adultos, a exigência de que o trabalhador converta seus conhecimentos, adaptando-os de acordo com o mercado de trabalho.

Com base em Ramos (2010), deve ser proporcionado ao educando o direito a uma educação básica que, além de instrumentalizá-lo para o exercício profissional, garanta a compreensão geral da vida social, promovendo o seu desenvolvimento integral.

É, portanto, um desafio para a política de EJA reconhecer o trabalho como princípio educativo, antes por sua característica ontológica e, a partir disso, na sua especificidade histórica que inclui o enfrentamento das instabilidades do mundo contemporâneo (RAMOS, 2010, p. 76-77).

Faz-se necessário instituir um processo pedagógico em que a cultura e o trabalho, o humanismo e a tecnologia sejam mediadores do processo ensino-aprendizagem, priorizando a formação dos alunos trabalhadores como dirigentes que busquem superar, através da ação coletiva, a sociedade capitalista.

Na dissertação, a organização curricular para instituir esse processo pedagógico tem-se como principal desafio concretizar o diálogo entre as “áreas clássicas de conhecimento e saberes específicos dos campos de formação profissional, na perspectiva de um processo de formação que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e compreender/inserir-se no mundo do trabalho” (MOLL, 2010, p. 135).

Dando continuidade à pesquisa, através das palavras-chave já citadas, encontrou-se a dissertação de Oliveira (2019), “Ensino Médio Integrado: desempenho escolar dos discentes do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Amazonas - Campus Parintins”, tendo como foco o ensino médio integrado à Educação Profissional, mas que trouxe subsídios para embasar a presente pesquisa ao fazer referência, em um dos seus capítulos, à importância do currículo integrado.

O autor refere-se à discussão provocada por Saviani (2007) de que, para que de fato haja um ensino integrado à Educação Profissional, é preciso haver um currículo capaz de articular e integrar conhecimentos técnicos, propedêuticos e científicos, que concebem o trabalho enquanto princípio educativo essencial à formação humana integral e a emancipação do sujeito.

Entretanto, o que muito se pensa sobre currículo ainda se pauta no velho pensamento de que se trata apenas de uma lista de disciplinas, cargas horárias e conteúdo que não se articulam entre si. A compreensão do que vem a ser o currículo, de acordo com Estivalet (2014, p. 33), “vem sofrendo interferências políticas, econômicas, sociais e culturais, sendo, em muitos casos, reduzido à 'grade curricular', aqui entendida como uma listagem de disciplinas isoladas em seus campos de conhecimento específicos”.

Nesse sentido, o conceito de currículo assume ora uma definição simplificada, sendo o conjunto de conhecimentos tratados num curso, ora definições muito amplas, considerando que é tudo o que se passa em um processo educativo. O currículo, portanto, apresenta-se como um instrumento que faz o elo entre as áreas do conhecimento com diferentes práticas pedagógicas, configurando-se, assim, no principal eixo de orientação dentro do processo educacional como resultado da interação entre os sujeitos da ação pedagógica (CARRANO, 2011).

Kuenzer (2002) apresenta a visão de que o currículo deve ter proximidade com as vivências cotidianas do aluno. Ele defende que pensar em um modelo integrado de currículo pressupõe o estabelecimento de um diálogo disciplinar na perspectiva de se promover um saber globalizado, com significados para o cotidiano do aluno.

Oliveira descreve que para a elaboração e aplicação de um currículo que integre trabalho e ensino para uma formação profissional é necessário um processo que demanda transformações no contexto escolar, não só na forma de organização do currículo, mas também dos profissionais envolvidos no processo de ensino/aprendizagem.

Para que isso ocorra de forma efetiva, deve haver uma quebra de paradigma das concepções tradicionais de ensino, em que o aprendizado é mecânico, as disciplinas são isoladas e os conteúdos estão afastados das situações cotidianas dos alunos (Kuenzer, 2002). No entanto, para que haja a efetivação de um currículo integrado, conforme Oliveira (2004, p. 5), “o papel e a participação dos professores são essenciais, pois são eles que, dentre o conjunto de suas operações didáticas, selecionam/planejaram os conteúdos e métodos no desenvolvimento da organização curricular”.

“Juventude, escola e trabalho: sentidos atribuídos ao ensino médio integrado por jovens da classe trabalhadora” foi o sexto trabalho encontrado na pesquisa do Estado da Arte, escrita por Bernardim (2013). A tese traz a relação do jovem com o trabalho.

O ser humano é um sujeito histórico que não pode ser tomado, de forma fragmentada, pela sua condição de estudante ou de trabalhador. No caso do jovem da classe trabalhadora, menos sentido faz ainda essa possível diferença, entre sujeito que trabalha ou sujeito que estuda, visto que não é assim que ele próprio se vê e se movimenta para estar inserido, pela educação, no mundo do trabalho, ou pelo trabalho, no mundo da educação. Dito de outra forma, o cotidiano da vida não permite separar a teoria da prática e nem a formação das situações de trabalho. Se as experiências educacionais encontram-se automaticamente ligadas ao trabalho, e as experiências laborais estão diretamente ligadas ao processo de formação, de acordo com Dayrell:

A escola e o trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil. Nesse sentido, o mundo do trabalho aparece como uma mediação efetiva e simbólica na experimentação da condição juvenil. (DAYRELL, 2007, p. 1109).

Um projeto de escola é sempre um projeto que interfere diretamente na vida de tantos quantos a ela tenham acesso, e indiretamente na vida de todos. Se não é determinante, no contexto do que se compreende como processo formativo a educação escolar leva a uma constituição histórica de todos que atuam no ambiente pedagógico.

O aumento da escolaridade coincide, em geral, com maiores chances de conseguir empregos formais, algo decisivo para os jovens [...] Enxergando por esse prisma, é possível afirmar que os condicionantes sociais que delimitam determinada estrutura de transição (processo de mudanças para distintas situações de vida) interferem na constituição das trajetórias sociais dos jovens, na constituição de seus “modos de vida” e na possibilidade que encontram de elaborar seus sentidos de futuro. (CARRANO, 2011, p. 12).

A escola que atende os jovens da classe trabalhadora deve considerar as vivências, tanto do âmbito escolar constituído para o processo educativo, quanto da concretude e totalidade da vida que se realiza em espaços e tempos que vão além do ambiente escolar. Talvez a falta de eficiência do trabalho pedagógico possa ser encontrada na falta dessa compreensão por parte da equipe escolar, e a pouca adesão dos sujeitos aos projetos previamente elaborados para eles. No dizer de Carrano (2010, p. 155), “hoje uma das mais importantes tarefas das instituições é contribuir para que os jovens possam realizar escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais”.

Se a escola pode contribuir, e efetivamente pode, para a realização dos anseios dos estudantes que a procuram, o primeiro passo a ser dado é saber quais são esses anseios e como valorizar as expressões e conhecimento dos mesmos.

A proposta educacional que tenha como objetivo uma formação integral precisa considerar o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia como pilares da organização curricular, o que implica na ampliação do papel da escola para além da função tradicional de guardar e transmitir a herança cultural da humanidade:

[...] a formação integrada precisa ir além de proporcionar o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos e acumulados pela humanidade. Precisa promover o pensamento crítico-reflexivo sobre os códigos de cultura manifestados pelos grupos sociais ao longo da história, como forma de compreender as concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade e, a partir daí, contribuir para a construção de novos padrões de produção de conhecimento, de ciência e de tecnologia, voltados para os interesses sociais e coletivos (MOURA, 2012, p. 4)

## **4.2 A POLITECNIA COMO BASE DA PROPOSTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Neste tópico serão apresentados alguns pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica, com o intuito de contribuir para o aporte teórico da pesquisa a ser desenvolvida na EJA da Rede Municipal de Viamão, com vista ao desenvolvimento de políticas educacionais que contribuam para a implementação de um currículo de base politécnica.

### **4.2.1 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONCEPÇÃO E HISTÓRICO**

Ao refletir sobre o mundo do trabalho, não há como desconsiderar sobre a teoria de Karl Marx, para quem o trabalho é a característica fundamental do homem e a base da sociedade. Jamil Cury (2004), nos disse que a EJA não é um presente, nem um favor, tal como antes a própria legislação ou a prática das políticas educacionais as viam. Desde a constituição de 1988 ela se tornou um direito de todos os que não tiveram acesso à escolaridade e de todos que tiveram esse acesso e não puderam completá-lo.

Pode-se diferenciar o homem dos animais devido a vários fatores: pela consciência, pela religião ou por qualquer parâmetro que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos demais animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida. Ao produzir esses meios de vida, indiretamente produz sua própria vida material (MARX & ENGELS, 2011). O homem é capaz de modificar a natureza de forma consciente, produzindo conforme as suas necessidades. Ele se constitui através do trabalho, pois aprende por ele e transmite

esse aprendizado de geração a geração.

Os homens são aquilo que produzem, ou seja, aquilo que fazem de si mesmos pelo trabalho: “Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles” (MARX, 2007, p. 87). Desse modo, “quando se fala do trabalho, está se tratando, imediatamente, do próprio homem” (MARX, 2004, p. 89).

Sendo a essência do homem definida pelo trabalho, continua sendo verdade que sem trabalho o homem não pode viver. Segundo Saviani (2007), com o controle privado da terra onde os homens viviam coletivamente, tornou-se possível aos proprietários viver do trabalho alheio, do trabalho dos não proprietários que passaram a ter a obrigação de, com seu trabalho, manterem-se a si mesmos e ao dono da terra, convertido em seu senhor.

Essa divisão de classes na sociedade burguesa acabou por influenciar uma divisão na educação, composta por duas classes distintas: a educação para os proprietários e homens livres, e uma educação assimilada pelo próprio processo de trabalho aos escravos e serviçais, consolidando a separação entre educação e trabalho. Até o século XIX, existia uma educação voltada à formação dos filhos da elite e outra, diferenciada, à dos filhos dos trabalhadores. É aí que se origina a escola. Aos membros da sociedade que eram os donos da terra e, portanto, tinham tempo livre, era ofertada uma educação intelectual, enquanto os filhos dos serviçais recebiam uma educação direcionada ao processo de trabalho.

Com a chegada das máquinas, a indústria moderna reduziu a necessidade de qualificação específica. Desse modo, dá-se a mecanização das operações manuais, executadas pelas próprias máquinas ou pelo homem, sem exigência de qualificação, tornando o trabalho uma ação simplificada e repetitiva.

Desta forma, na Revolução Industrial, de acordo com Saviani (2007), teve como consequência uma revolução educacional promovida especificamente para os filhos das classes mais humildes, pois o sistema educacional deveria ampliar a oferta de uma educação básica a fim de atender esse futuro trabalhador que precisava de uma formação prática, para poder trabalhar com as máquinas. (MOURA 2007).

Até o século XIX, não havia registros sobre o campo da educação profissional

de caráter formal no Brasil, pois o que ocorria era uma educação voltada apenas para a formação dos futuros dirigentes, assegurando uma escola das ciências, das letras e das artes. Com a criação do Colégio das Fábricas, em 1809, aparecem os primeiros indícios do surgimento da educação profissional no país.

Santos (2009) comenta sobre os anos de 1850 até 1930, quando as escolas anarquistas eram reprimidas. Nesse período, as práticas anarquistas de educação integral como o teatro, a literatura, a participação das mulheres e crianças, permanecem sendo adotadas para a educação integral, abrangendo, inclusive, o início da educação escolar e da educação para o trabalho no Brasil. Atualmente, observa-se que o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) institui práticas pedagógicas na perspectiva da educação integral.

A educação profissional teve sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista, atendendo aqueles que não tinham melhores condições de vida. No Brasil, a motivação para o trabalho foi anterior à motivação para o estudo.

Em existência tão precária, contando com espaço tão diminuto de ação, ignorantes do mundo, os indivíduos não podiam alimentar expectativas em relação à escola, quanto mais que está, prisioneira de uma visão retórica e eloquente de saber, representava a negação da cultura e da experiência de vida da maioria das gentes, levando à repressão cultural e à exclusão social (VILLALTA, 2002, p.352-353).

Segundo Moura (2007), no início do século XX, houve uma modificação na organização da formação profissional, que deixou de ser um atendimento assistencialista para ser de preparação de operários para o exercício profissional. Em 1906, o ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. As décadas de 30 e 40 foram marcadas por grandes transformações políticas e econômicas da sociedade brasileira, com consequências profundas para a educação.

Com a colaboração dos sindicatos e das indústrias foram desenvolvidos cursos a fim de preparar os filhos dos operários para os ofícios do trabalho. Nota-se que essa demanda foi decorrente do processo de industrialização que vinha sendo desencadeado a partir de 1930 e exigia um contingente de profissionais mais

especializados para a indústria, o comércio e a prestação de serviços. Esse processo de industrialização e modernização das relações de produção da sociedade brasileira exigiu um posicionamento mais efetivo das camadas dirigentes com relação à educação nacional.

O ensino profissionalizante deveria ser oferecido para a classe dos trabalhadores, posto que os filhos das classes altas podiam dar continuidade aos estudos no ensino superior. Dessa forma, enquanto os cursos profissionalizantes direcionavam os conteúdos de forma reduzida, especificamente para as necessidades do mercado de trabalho, o ensino ofertado para as elites era voltado à continuidade no ensino superior.

A velha dualidade ressurgiu no âmbito da legislação com todo seu vigor reafirmando-se novamente na oferta propedêutica [...] como a preferencial para o ingresso no nível superior, permanecendo os velhos ramos [...] como vias preferenciais de acesso ao mundo do trabalho. (KUENZER, 1997, p. 24)

Esse processo de industrialização e modernização exigiu um posicionamento mais efetivo dos dirigentes em relação à educação do Brasil. Como resposta a essas demandas, foram promulgados diversos decretos-lei para normatizar a estrutura da educação (MOURA, 2007). Em especial, o que ficou conhecido como as Leis Orgânicas da Educação Nacional, a Reforma Capanema, de 1942, que instituiu a divisão do ensino baseada nas categorias que formavam a sociedade: para a classe alta, a classe média, a classe baixa e as mulheres.

Após a Reforma Capanema, a educação brasileira ficou estruturada em dois níveis: a educação básica e a educação superior. A educação básica se dividia em duas etapas: o curso primário, com duração de cinco anos, e o secundário, subdividido em ginásial, de quatro anos, e o colegial, de três anos. Os cursos profissionalizantes eram ofertados ao final do ensino secundário, todos com o mesmo nível e duração do colegial, mas com uma proposta que não preparava o aluno para o ingresso no ensino superior. A criação do Sistema “S”<sup>2</sup>, através do

<sup>2</sup> Integram o Sistema S: SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SESI - Serviço Social da Indústria, SENAC - Serviço de Aprendizagem Comercial, SESC - Serviço Social do Comércio, SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes, SEST - Serviço Social dos Transportes, SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Decreto-lei 4.048/1942, ao longo das décadas seguintes, revela a opção do governo de repassar à iniciativa privada a tarefa de preparar mão-de-obra para o mundo produtivo.

Outra fase de grande debate em relação às políticas educacionais foi o período anterior à vigência da primeira Lei das Diretrizes e Bases (LDB), que só entrou em vigor no ano de 1961, envolvendo os níveis e modalidades acadêmicas e profissionais de ensino, dando a oportunidade para que todos os alunos oriundos do colegial ou do ensino profissional pudessem dar continuidade aos estudos no ensino superior.

Essa primeira LDB (Lei nº 4.024/1961) estruturou a educação brasileira da seguinte forma: Educação de grau primário, obrigatória a partir dos 7 anos, composta por quatro séries anuais; Educação de grau médio, composta por dois ciclos: o ginásial e o colegial, ambos abrangendo cursos secundários, técnicos e de formação de professores; Educação de grau superior, acessível a todos os concluintes da Educação de grau médio, mediante habilitação em concurso.

Em 1971, ocorreu uma profunda reforma da educação básica promovida pela Lei nº 5.692, que tinha como objetivo promover o ensino profissionalizante a todos através do 2º grau, preparando para o mercado de trabalho. Nos sistemas estaduais que ofertavam esse ensino profissionalizante, a proposta não foi implantada com êxito, pois o currículo apresentado não propunha a formação geral do aluno e limitava a uma profissão específica para algumas categorias, sendo essas superiores às ofertas do mercado.

Moura (2006), referindo-se a esse período, aponta como falhas do sistema ter ocorrido tanto a falta de vagas para o número de profissionais formados, pois eram oferecidos os mesmos cursos nas instituições de ensino, como a falta de formação integral do aluno, de investimento financeiro e a de formação dos professores, o que foi determinante para o fracasso do ensino médio vinculado à educação profissional na rede pública.

Ao final da década de 90, já não há mais 2º grau profissionalizante no país, exceto nas Escolas Técnicas Federais, nas Escolas Agrícolas Federais e em alguns sistemas educacionais de ensino. A educação brasileira passou a ser estruturada pela Lei nº 9.394, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de

20 de dezembro de 1996, em dois níveis: educação básica e ensino superior. A educação profissional não mais fazia parte da estrutura da educação regular brasileira, compondo assim, como a EJA e a Educação Especial, uma modalidade da Educação Básica.

Todo esse contexto histórico produziu efeitos graves sobre a educação brasileira em todos os níveis, a escola não chegou a todos os brasileiros, afirma Cury (2004) e isso é uma realidade desde a nossa colonização. A escola pública foi se modificando, deixando de atender a elite, passando a atender a classe trabalhadora e, na sua contemporaneidade, surgiram mecanismos de exclusão desses últimos sujeitos.

Apesar das escolas dos filhos dos trabalhadores buscarem a excelência na oferta do ensino público gratuito, não conseguem obter o mesmo aprendizado das escolas particulares, por falta de infraestrutura e materiais, resultado da falta de investimento em políticas efetivas para a educação pública. Dessa forma, a formação recebida pelos filhos da classe trabalhadora, com algumas exceções no cenário brasileiro, não vem contribuindo de fato para o ingresso no mundo do trabalho e muito menos proporcionando de forma concreta o acesso ao ensino superior (MOURA, 2006).

No período compreendido entre 2003 e 2006, referente ao primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a EJA tornou-se objeto de um número bem mais significativo de iniciativas do que nos governos anteriores. As ações visavam à ampliação de meios para que os discentes concluíssem e recebessem a certificação do Ensino Fundamental, e a formação profissional de caráter inicial. Entre essas iniciativas, podem ser destacados o Projeto Escola de Fábrica, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA). Outros programas se destacaram: o Programa Brasil Alfabetizado e o Fazendo Escola, ambos implementados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD.

Com o Decreto nº 5.154, publicado em 2004, se instituiu a possibilidade do ensino profissional integrado ao ensino médio. Assim, a EPT inicia um avanço que é materializado com a criação dos Institutos Federais (IF) por meio da Lei nº

11.892/2008. A criação dos IF proporcionou aos jovens do Brasil a ampliação da oferta do ensino técnico integrado ao ensino médio, como uma alternativa ao ensino propedêutico, dominante nas redes de educação.

De acordo com Ramos (2005) o Ensino Médio Técnico Integrado proporciona a junção de conhecimentos gerais e específicos, oportunizando uma formação básica e profissional de maneira que os discentes se tornem capazes de compreender o mundo a qual estão inseridos. Portanto, esta modalidade de ensino, unifica a formação básica à técnica, procurando romper com a dualidade da educação profissional, ofertando de forma integrada o ensino da cultura geral e da formação para o mundo do trabalho.

De acordo com Marx (1996) é pela formação politécnica que se daria a formação intelectual, física e tecnológica, o que sugere que o conceito de politecnia pode abarcar a ideia de formação humana integral. Marx defende a educação como formação humana integral para todas as crianças e jovens de ambos os sexos.

#### **4.3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EJA NO BRASIL**

A história da EJA, no Brasil, foi marcada por políticas públicas incapazes de atender às demandas projetadas pela Constituição Federal de 1988. Para Bourdieu (1992) existem duas principais instituições sociais: a família e a escola. A desigualdade social inicia no âmbito familiar, uma vez que a classe operária, já inicia sua vida acadêmica em defasagem quando comparada a classe dominante. Nesse contexto, a classe com maior poder aquisitivo já possui subsídios suficientes para melhor compreender o que lhes será apresentado na escola. E a escola, que ao tratar todos os estudantes de forma igualitária, discrimina quem não teve acesso a informação prévia.

Dados da pesquisa do Instituto de Pesquisa e Consultoria Estratégica, realizada para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2022, apontam que dois milhões de meninos e meninas, entre 11 e 19 anos, que não haviam concluído a educação básica, evadiram da escola. A pesquisa indica que os mais vulneráveis perfazem a maioria do público evadido, chegando a um número

quatro vezes maior e, tal número, pode aumentar ainda mais, uma vez que segundo a pesquisa, 21% dos estudantes que estão frequentando a escola e foram entrevistados pensaram em desistir por não estarem compreendendo as atividades e/ou explicações dos professores.

A grande presença de jovens na EJA deve-se ao fato de inúmeros alunos abandonarem o ensino fundamental, assim como o ensino médio regular, pois as desigualdades sociais levam várias famílias a buscar uma alternativa no trabalho dos jovens e adolescentes. Esses, acabam deixando a escola para auxiliar na renda familiar e, dessa forma, desistindo de estudar ou aumentando a defasagem da idade em relação ao ano de ensino.

De acordo com Ferraro e Ross (2017), precisamos repensar sobre a exclusão, uma vez que por meio do Censo Escolar, consegue-se mapear os estudantes de 4 a 17 anos que estão frequentando a Educação Básica. Logo, com tais dados, podemos quantificar quantos estão fora da escola. Ainda, a partir dos dados do Censo, podemos mapear qualitativamente, observando as distorções idade/ano e, assim, perceber quantos estudantes estão excluídos na escola. Sendo assim, os autores pontuam que:

[...] se a questão for pensada em universalização da educação básica, o problema é bem mais complexo: a universalização da frequência à escola dos 4 aos 17 anos não garante, por si só, a universalização da educação básica (pré-escola, ensino fundamental e ensino médio). Com isso se pode passar à exclusão na escola.

Ao trazerem os dados sobre as duas formas de exclusão, estes são ainda mais alarmantes, ao que segue:

[...] somadas, as duas formas de exclusão escolar atingiam, em 2010, um total de 10,8 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade: 3,8 milhões fora da escola (excluídos da escola) e sete milhões com uma defasagem de pelo menos dois anos nos estudos (excluídos na escola). A taxa de exclusão na escola é crescente a partir dos 7 anos, atingindo o seu ponto máximo entre os adolescentes de 17 anos.

Com as dificuldades de conseguir um emprego, muitos desses jovens retornam à escola por meio da EJA, acreditando que a conclusão do ensino lhes trará novas oportunidades para conquistarem um emprego melhor.

A cada dia, vem aumentando a necessidade de políticas públicas sérias, pautando desenvolver ações que respeitem as questões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas desse público que, na grande maioria, foi marginalizado pelo sistema e não obteve êxito na sua vida escolar.

Através da análise das legislações e ações de governos no Brasil, feitas com o objetivo de garantir os direitos dos jovens e adultos estudantes, é possível constatar que o público da EJA, tanto no Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio, não foi atendido com um ensino articulado com a educação profissional, seja através da Constituição Federal ou da LDBEN. Tem-se como exemplo o Art. 37 da última, no qual se lê:

**Art. 37.** A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

**§ 1º** Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

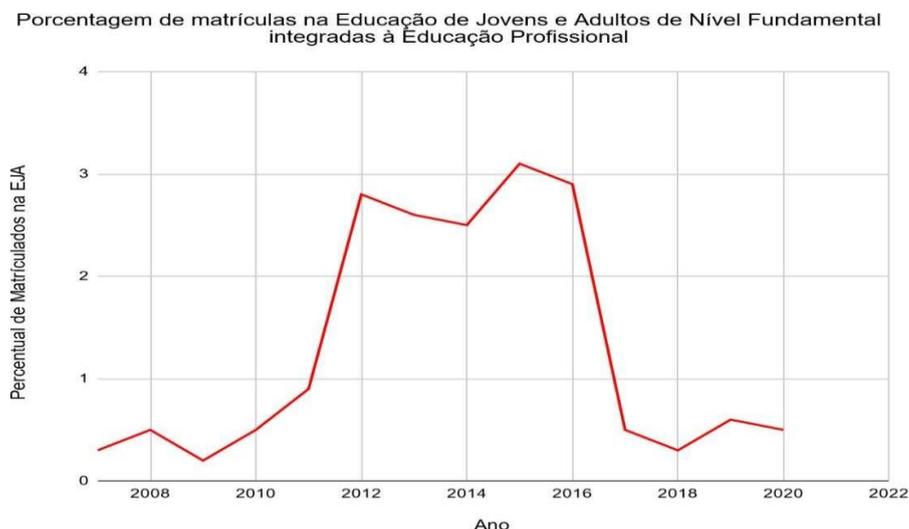
**§ 2º** O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

**§ 3º** A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Um exemplo mais atual é o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, que estabeleceu metas para serem alcançadas até o ano de 2024, entre elas a meta 10: “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (BRASIL, 2014, p.5).

No site Observatório do Plano Nacional de Educação (OPNE), pode-se acompanhar os avanços em relação às metas determinadas pelo PNE, como, por exemplo, a meta 10, relacionada à oferta de educação profissional na EJA até o ano de 2020, que atingiu somente 0,5% dos alunos de EJA do Ensino Fundamental, objeto dessa pesquisa, que cursam Educação Profissional de forma integrada. Verifica-se, no **Gráfico 1**, que, em 2020, o percentual era o mesmo de 2008, considerando que as políticas públicas para essa modalidade não tiveram continuidade e ainda apresentaram um grande retrocesso após 2016.

**Gráfico 1** - Matrículas na Educação de Jovens e Adultos de Nível Fundamental, integradas à Educação Profissional. Nível Brasil.



**Fonte:** Observatório do Plano Nacional de Educação (OPNE). Disponível em: <http://www.pne.org.br/meta/eja-integrada-a-educacao-profissional> (última atualização em 2020)

Conforme podemos observar nos dados do Gráfico 1, as matrículas na Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental, despencaram abruptamente a partir de 2016. Isso, devido a falta de políticas públicas e investimentos para a educação do público dessa faixa etária e nessa modalidade, o qual ficou desassistido, sem perspectivas e sem incentivo para a conclusão de seus estudos. Outra possível causa, é a alta dos preços dos produtos básicos à subsistência, obrigando o trabalhador a aumentar sua jornada de trabalho e desistir ou deixar os estudos para um segundo plano.

Segundo Moura (2016, p. 381), “o acesso à EJA não será resolvido por meio de programas, campanhas e projetos que têm início, meio e fim”. Ou seja, as ações de governo, no Brasil, têm sido insuficientes para consolidar e qualificar programas como o Proeja, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, que busca a integração entre trabalho, ciência e tecnologia na formação do ensino médio.

Refletindo sobre as propostas educacionais para a referida modalidade de ensino no Brasil, se destaca as ideias do educador Paulo Freire (2001), que defendeu a necessidade de uma prática educacional que promovesse a

conscientização do educando sobre a realidade na qual ele vive.

De acordo com Gadotti (2001), a concepção de educação de Paulo Freire possui uma visão libertadora, na qual, através do debate, é estimulada a participação do aluno no processo de ensino-aprendizagem, independente do seu nível de ensino e da sua faixa etária.

Na educação libertadora de Freire, o principal objetivo do ensino consiste em o aluno aprender a ler o mundo para poder transformá-lo, ou seja, promover uma educação capaz de fazer com que o aluno compreenda o fato de não receber as oportunidades, mas que ele possa ser protagonista em favor da sua própria libertação: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 68). Freire criou um método de alfabetização para a Educação de Jovens e Adultos no qual o ponto inicial é a realidade vivenciada pelo aluno e suas experiências de vida. Nesse sentido, conforme Aranha (1996), o que se pretende superar com o método Freiriano é a divisão entre o conteúdo e a prática, pois, a partir do momento em que o indivíduo se enxerga como cidadão da sua própria história, ele passa a lutar pela conquista de seus direitos, sabendo que é capaz de modificá-la.

Conforme Freire (1987), na proposta pedagógica, deve-se usar as experiências de vida dos alunos, a fim de que os conteúdos façam sentido aos mesmos, priorizando sempre uma educação voltada aos valores e libertando o educando do preconceito e da discriminação. Segundo o autor:

Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. (FREIRE, 1987, p.58)

O grande desafio da educação é, para Freire (2001), criar condições de acesso à cultura, envolvendo a participação das massas. Segundo Rezende *et al.* (2021), é a educação que possibilita a leitura crítica do mundo. Assim a responsabilidade ético-política do educador se faz necessária no sentido de torná-la libertadora, levando-os ao reconhecimento enquanto sujeito histórico a fim de oportunizar para que eles possam modificar essa realidade social, especialmente quando se refere à EJA:

Assim, a educação, notadamente a EJA, deve possibilitar que os sujeitos indignem-se com os problemas advindos da desigualdade social, apreendendo essa realidade criticamente, como possibilidade para sua transformação. Sem dúvida, nesse cenário de exacerbadas desigualdades sociais, torna-se iminente considerar o comprometimento dos educadores, quando, na condição de sujeitos mediadores dos processos de enfrentamentos, assumem o papel de intelectuais orgânicos. A concretude da práxis é indispensável no permanente movimento que objetiva pela tomada de consciência, pela afirmação do protagonismo e da emancipação dos educandos, a partir da reflexão crítica sobre a própria realidade social para, então, transformá-la. (REZENDE *et al.*, 2021, p. 1262)

A busca de um projeto nacional que contribua com a EJA prevalece como possibilidade para os que sonham com uma outra opção de sociedade para o Brasil, “onde os seres humanos possam produzir dignamente sua existência” (FRIGOTTO, 2010, p.27). É, portanto, necessário implementar políticas educacionais capazes de promover a formação integral do educando, preparando-o para o mundo do trabalho e transformando-o em um cidadão capaz de lutar pela transformação da sociedade em nome dos interesses sociais e coletivos e exigindo uma educação pública de qualidade.

#### **4.4 POLITECNIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O JOVEM E ADULTO TRABALHADOR**

Entende-se que a Educação Politécnica tenha sua origem em uma visão de educação com a preparação multilateral do homem, desenvolvendo suas capacidades físicas e mentais, superando a divisão de classes e buscando sua emancipação social, conforme já preconizavam Marx e Engels (2011). Para que a educação politécnica seja realizada, segundo os autores, ela será estruturada através da combinação de três bases educacionais: 1) Educação intelectual; 2) Educação corporal; 3) Educação tecnológica. A educação intelectual contempla o desenvolvimento do conhecimento científico e cultural que permitiria melhor compreender o processo produtivo e fortalecer o homem nas disputas políticas. A educação corporal contempla a recuperação física pelo trabalho na fábrica. A educação tecnológica, o domínio dos fundamentos científicos e manejo dos processos de produção.

O desenvolvimento desses três aspectos estruturais da educação significava a possibilidade da classe trabalhadora ampliar o seu escopo de trabalho, não se limitando ao serviço braçal de manejo de máquinas. É uma busca pela substituição

do “indivíduo-fragmento, o mero portador de uma função social de detalhe, pelo indivíduo totalmente desenvolvido, para o qual diferentes funções sociais são modos de atividade que se alternam” (MARX & ENGELS, 2011, p. 97). A partir da educação politécnica, é possível oferecer uma educação que proporcione o desenvolvimento técnico e científico, sendo capaz de combater a concepção do homem como força produtiva fundada na divisão das classes sociais.

O conceito da politecnicidade é refletido a partir dos escritos de Dermeval Saviani (2003, p.13), para quem a politecnicidade “se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução geral e instrução profissional”. O autor propõe a politecnicidade como alternativa para a superação da dualidade estrutural e fragmentação da educação profissional. Ele sustenta o trabalho como inseparável, não sendo possível dividir elementos manuais dos intelectuais. Dessa forma, a ideia de politecnicidade está vinculada ao trabalhador ter condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, compreendendo as características do seu caráter e de sua essência enquanto ser humano.

Saviani (2007) defende o processo do trabalho como princípio educativo, pois o homem, ao agir sobre a natureza, transformando-a em função das suas necessidades, força a sua própria produção. Ramos (2004), na mesma linha teórica, considera o trabalho no sentido ontológico, que permite sua relação com a natureza e na produção do seu conhecimento e no sentido da existência humana no capitalismo:

O trabalho pode ser assumido como princípio educativo na perspectiva do capital ou do trabalhador. Isso exige que se distinga criticamente o trabalho em si, por meio do qual o homem transforma a natureza e se relaciona como os outros homens para a produção de sua própria existência - portanto, como categoria ontológica da práxis humana -, do trabalho assalariado, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo, portanto como categoria econômica da práxis produtiva. (RAMOS, 2004, p. 42)

A educação politécnica favorece, então, a compreensão de todo o processo produtivo, superando a separação entre teoria e prática. Afinal, uma prática sem embasamento de teoria ou uma teoria sem ter sido colocada em prática discordam do entendimento de trabalho como processo integral que envolve todas as capacidades humanas em torno da realidade concreta (MARX, 1988).

Em conformidade com essa concepção, Saviani (2007) classifica o ensino politécnico como a forma de dominar os fundamentos científicos das diferentes técnicas, concentrando-se nas modalidades que dão base a múltiplos processos de produção existentes. A partir da educação politécnica, é possível perceber que somente uma educação que valorize a formação nas dimensões técnica e científica pode combater a concepção do homem como força produtiva, oriunda da divisão das classes sociais. Assim, a noção de politecnicidade deve ser considerada conforme o conceito de Saviani (2003, p. 140):

A politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência.

Ainda, segundo Moura (2007), a formação do educando deve ser elaborada em uma perspectiva mais ampla, ou seja, de forma a incluir a formação para o trabalho e o desenvolvimento entre outros aspectos fundamentais na vida como aprender, interpretar, analisar, criticar, refletir e buscar soluções para os desafios do seu cotidiano, consolidando dessa forma, a autonomia do estudante.

O ensino politécnico oportuniza ao aluno um desenvolvimento intelectual e manual, com capacidade para dominar o conteúdo aprendido na escola, e um meio de inserir-se no mundo do trabalho a partir de uma perspectiva emancipatória, articulando o domínio dos conhecimentos teórico e prático, compreendendo como a natureza e a sociedade estão constituídas. A politecnicidade, através da educação, tem como princípio a formação de um cidadão capaz de ter habilidades para desenvolver qualquer atividade, por ter assimilado os fundamentos básicos como cidadão. É, portanto, um princípio pedagógico que orienta a prática educativa em todos os níveis da educação escolar.

Saviani aponta as possibilidades de a politecnicidade orientar os processos educativos escolares da escola básica à universidade e do trabalho como princípio educativo, visto que: “Pode-se, pois, dizer que o currículo escolar, desde a escola elementar, guia-se pelo princípio do trabalho como o processo através do qual o homem transforma a natureza” (SAVIANI, 2003, p. 135).

Sob esse ponto de vista, a EJA precisa com urgência romper paradigmas históricos. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), são três grandes desafios a serem vencidos: desconstruir a ideia de que cursos profissionalizantes são indicativos do jovem estar inserido no mercado de trabalho; modificar a organização escolar; envolver a sociedade civil para a execução e manutenção de políticas educacionais capazes de preparar os jovens e adultos para o mundo do trabalho, e principalmente que a educação desenvolva o aluno de forma integral. Frigotto e Araújo (2015) já nos falavam da ideia formadora do currículo integrado, uma vez que essa perspectiva é fundamental para a lógica progressista que a educação deve priorizar. Sendo assim, eles dizem:

Assumimos o ensino integrado como proposta não apenas para o ensino profissional. O ensino integrado é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras (em oposição às práticas fragmentadoras do saber), capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes (a liberdade) dos sujeitos das práticas pedagógicas, professores e alunos principalmente. (FRIGOTTO; ARAÚJO, 2015, p.63)

Uma vez que a politecnia representa o domínio e o desenvolvimento intelectual e a possibilidade de exercer tarefas de forma dinâmica e criativa, o ensino politécnico vai além de uma formação simplesmente técnica, pois necessita-se contribuir para o desenvolvimento de um perfil de aluno capaz de atuar de forma criativa frente às suas funções e desafios e que ele possa buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu constante aperfeiçoamento.

Nessa perspectiva, a EJA deve ser assumida como um conhecimento de campo específico, principalmente no que se refere às reais necessidades de aprendizagem dos alunos e valorizando os conhecimentos já construídos para resolver situações do cotidiano e enfrentar desafios. Tomando como base esses preceitos teóricos, pode-se indicar que a EJA necessita de uma proposta pedagógica clara e bem definida, capaz de oferecer aquilo que os alunos procuram, inserindo concepções sobre a atuação profissional, sobre o mundo do trabalho e sobre a cidadania.

Em suma, pode-se concluir que, com uma proposta pedagógica alicerçada na politecnia, os alunos construirão possibilidades de alcançar suas metas,

enriquecendo-se culturalmente, socialmente, historicamente e criticamente, tendo condições de compreender o mundo de forma crítica a partir da formação politécnica. Nessa perspectiva, é preciso destacar que as práticas pedagógicas liberais vão na contramão da perspectiva progressista e libertadora que uma formação politécnica deve abranger.

#### **4.5 PROEJA**

Em 2005, o Governo Federal instituiu o Proeja, que, em uma definição básica apresentada por Moura (2006, p. 7), consiste em um programa que “visa oferecer oportunidades educacionais tanto a jovens e adultos que ainda não finalizaram o ensino fundamental, como àqueles que já o completaram, mas não concluíram o ensino médio e nenhum curso que os habilite em uma profissão”.

Criado pelo Decreto nº 5.478/05, o Proeja recebeu nessa época a denominação de Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. No ano seguinte, esse documento foi revogado pelo Decreto nº 5.840/06 e, entre as principais mudanças, ampliou-se o Programa também para o ensino fundamental, alterando sua nomenclatura para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

O *Documento Base do PROEJA*, elaborado em 2007 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), propôs os fundamentos e princípios do programa e a organização para um currículo integrado, além de superar a dualidade entre ensino científico e técnico. Uma das finalidades de seu Projeto Político Pedagógico é que o programa fosse desenvolvido a partir de um currículo integrado.

Destaca o documento base que o programa tem como prioridade a formação profissional, mas que deve ser pensado de forma inovadora, considerando aspectos importantes para os jovens e adultos que por inúmeros motivos não concluíram o ensino fundamental na modalidade EJA e também o desafio de superar a evasão escolar.

A política que implementou o PROEJA propõe a oferta da formação humana integrada à formação profissional, com a finalidade de que o aluno possa

compreender o mundo e nele buscar melhores condições de vida e uma sociedade mais justa. O PROEJA não foi criado simplesmente para qualificar ou pensar no mercado de trabalho, mas para formar cidadãos capazes de produzir, através do seu trabalho, melhorias para si e para o mundo. O objetivo principal do PROEJA foi a construção de uma política pública do Estado brasileiro nessa esfera educacional.

O PROEJA surgiu com a função de ampliar o nível de escolaridade dos alunos que concluíram a EJA, pois somente a conclusão do ensino fundamental e ou médio não conseguiu ofertar melhorias às suas condições de vida. Dessa forma, a oportunidade do crescimento profissional poderia ser ofertada integrando a formação profissional dos trabalhadores com a educação básica, tendo como principal objetivo a possibilidade de qualificação profissional e formação acadêmica, conforme explicitado abaixo:

[...] a consolidação desse projeto educacional que tem como fundamento a integração entre trabalho, ciência, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania. (Brasil, 2007b, p.7).

Com essa finalidade, a proposta do currículo para o PROEJA envolve a formação acadêmica e a qualificação profissional, de acordo com suas diretrizes norteadoras:

[...] o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele. Por esse entendimento, não se pode subsumir a cidadania à inclusão no “mercado de trabalho”, mas assumir a formação do cidadão que produz, pelo trabalho, a si e o mundo. (BRASIL, 2007b, p.13.)

Devido à necessidade de integração entre o ensino médio e o ensino profissionalizante e pensando numa transformação estrutural na educação e sociedade promovendo a formação integral do sujeito e não as necessidades do mercado de trabalho, nasce o PROEJA. Além de buscar proporcionar o direito à educação para os jovens e adultos, o PROEJA busca uma nova relação entre a

educação desse público e o mundo do trabalho.

A Resolução nº 6/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio que foi publicada após a criação do PROEJA, podemos encontrar no parágrafo único a menção sobre a EJA: “A Educação de Jovens e Adultos deve articular-se, preferencialmente, com a Educação Profissional e Tecnológica, propiciando, simultaneamente, a qualificação profissional e a elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores.” (BRASIL, 2012).

O PROEJA, procura na sua prática que os educandos sejam formados, tendo como base o relacionamento coletivo, ou seja, a integralidade deve perpassar pelos conhecimentos técnicos e científicos, em conjunto com saberes populares e uma interação social, para uma formação integral, desenvolvendo potencialidades necessárias ao desenvolvimento profissional do discente.

Um dos princípios definidos a fim de consolidar os fundamentos do PROEJA, consistem em estabelecer o trabalho como princípio educativo; mas entenda-se trabalho aqui em uma perspectiva conceitual muito mais ampla:

A vinculação da escola média com a perspectiva do trabalho não se pauta pela relação com a ocupação profissional diretamente, mas pelo entendimento de que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho, ação transformadora do mundo, de si, para si e para outrem. (BRASIL, 2007b, p.42).

Conforme o Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006, o Proeja tem como finalidade superar as anteriores ações assistencialistas destinadas à EJA e à educação profissional, que ocorreram por um longo período. O Proeja define seus princípios dentro de uma proposta com a unificação dos três eixos do campo da Educação: a formação para o mundo do trabalho, as especificidades do público da EJA e a formação para o exercício da cidadania.

Além da mudança conceitual muito profunda que ocorreu na forma de entender a EJA, que tem o seu perfil próprio, há o desafio de inovar na educação profissional mediante essa combinação curricular, de formação acadêmica e preparação para o mundo do trabalho.

Santos (2010) observa a diversidade do alunado da EJA e a necessidade da escola em preparar-se como um todo, garantindo um ambiente acolhedor, visando à permanência desse aluno e considerando a identidade de cada um:

O aluno, a aluna do PROEJA não correspondem ao modelo moderno de aluno: estão fora da idade reconhecida como regular; evadiram ou nunca frequentaram escola; trabalham ou estão em busca de trabalho; há muitas mulheres, chefes de suas famílias; existem aqueles com outras orientações sexuais, há os mestiços, os negros; as orientações religiosas são bem definidas em muitos casos; adeptos de movimentos culturais como o hip hop, o funk; compõem múltiplas identidades em desordem, filiados à outras responsabilidades e demandas em relação à ordem do aluno em idade regular: com uma família nuclear para lhe sustentar, na maioria das vezes branco, heterossexual e católico. (SANTOS, 2010, p. 29)

Não compreender as individualidades desses sujeitos, não os diferenciando dos estudantes da modalidade regular, levaria a escola a manter uma educação inadequada a esse público.

O desenvolvimento do PROEJA requer a criação de alternativas curriculares e pedagógicas e de situações de ensino-aprendizagem que levem em conta as necessidades de profissionalização dos jovens e adultos pouco escolarizados, indo além da sua escolarização básica.

Em síntese, o PROEJA, de acordo com MOURA (2006), proporciona a formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, preparando-os de forma ética, técnica e política, com o objetivo de transformar a sociedade na busca dos interesses sociais e coletivos, principalmente da classe trabalhadora. O programa contribui para a integração social do educando, que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a necessidade da continuidade de seus estudos.

Mas desde a sua criação, o PROEJA segue desafiando equipes em todo o Brasil. Há, por um lado, a necessidade de contemplar as especificidades dessa modalidade e, por outro, o desafio de integrar a educação básica com a educação profissional. E é nessa perspectiva que os IF passam a ter como objetivo “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2008), devendo garantir a quantia mínima de 10% de suas vagas ao público da EJA (BRASIL, 2006).

Com essa nova proposta para os Institutos Federais, os cursos FIC (formação

inicial e continuada) puderam estar associados à formação básica como mais uma possibilidade de correção e oportunidade ao ingresso ou retorno ao mercado de maneira significativa.

O PROEJA Formação Inicial e Continuada (FIC) tem como objetivo, a elevação de escolaridade integrada à formação inicial e continuada na busca de qualificar os discentes na inserção do mundo do trabalho, capazes de disputarem vagas, sendo autônomos, proativos e transformadores da sua realidade.

Dentro dessa perspectiva, pensando na proposta de uma política educacional politécnica, a Secretaria Municipal de Educação, através da pessoa da Secretária de Educação, aqui pesquisadora, no ano de 2022, articulou junto ao governo municipal uma parceria com o IFRS Campus Viamão, para a oferta do curso FIC em Agente de Cooperativismo, proporcionando a integração entre a educação básica (ensino fundamental) e a educação profissional a aproximadamente 120 alunos da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino.

#### **4.6 CURRÍCULO INTEGRADO E O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO**

No livro *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (1996, p.33) refere-se ao fato de que “ensinar exige respeito aos saberes do educando”. Dessa forma, acredita-se que o currículo escolar deve nortear e organizar o trabalho, mas deve ser adequado conforme as necessidades forem surgindo. A trajetória escolar envolve os conteúdos e as metodologias, adquirindo significado à medida que sofre transformações dentro das atividades pedagógicas. Conforme Young (2007), é importante considerar o conhecimento local e cotidiano que os alunos levam para a escola, bem como suas experiências, possibilitando que os conteúdos possam estar ligados à vida dos alunos.

Para que o currículo tenha sentido no contexto em que é trabalhado, é necessário que o currículo seja trabalhado de forma integrada, pois o conhecimento se forma consistente quando ele é ampliado entre as diversas áreas do saber e cultiva a postura crítica, criativa e investigativa do educando. Essa alternativa de interdisciplinaridade, que busca contemplar a compreensão global do conhecimento, contribui para superar a fragmentação do ensino.

A importância da organização curricular está em promover o conhecimento científico e cultural ao mesmo tempo em que desenvolve a formação profissional, proporcionando a ampliação do campo de conhecimento do aluno, construindo melhores condições para a vida social e para o mundo do trabalho.

Dessa forma, além de um currículo organizado, o que deve dar sustentação a essa proposta de formação é a “integração epistemológica de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas” (BRASIL, 2007b, p.41). Na concepção de currículo integrado, Ciavatta explica o conceito:

Remetemos o termo [integrar] ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos [...]. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (CIAVATTA, 2005, p.84)

Conforme Ramos (2010), não se trata de juntar disciplinas e/ou cargas horárias, mas organizar o currículo de modo a relacionar os conhecimentos gerais e profissionais, a cultura e o trabalho, o humanismo e a tecnologia, resgatando o princípio da formação humana integral, que pode ser construída tendo como perspectiva a educação politécnica. É uma proposta que, de acordo com o ideário pretendido por Marx e Engels (2011), conceberia a preparação plena do homem, de modo a propiciar que o aluno realize intervenções conscientes na sua realidade promovendo sua emancipação. Nesse movimento, os alunos têm acesso às disciplinas equivalentes à base nacional comum referente ao ensino e à formação profissional escolhida, preparando-se tanto para prosseguir nos estudos quanto para ingressar no mundo do trabalho.

O currículo integrado deve então, “[...] possibilitar às pessoas compreenderem a realidade para além de sua aparência fenomênica” (RAMOS, 2008, p.17), ou seja, os conteúdos devem estar interligados entre as disciplinas ofertadas.

A perspectiva de integração curricular apresenta uma proposta capaz de articular a teoria e a prática pedagógica no e pelo princípio educativo do trabalho. Integrar conhecimentos científicos e tecnológicos promoveria um conhecimento de forma integral. Desenvolveria ainda a proposta político-pedagógica com um novo

olhar para as práticas de ensino, de planejamento e de avaliação, construindo dessa forma a oportunidade de se trabalhar práticas mais condizentes com as necessidades da EJA.

A proposta de integração curricular, trazendo a ideia do trabalho como princípio educativo, seria capaz de produzir na escola uma formação unitária por meio da articulação entre ciência e técnica.

Gramsci (2000) apresenta o trabalho como princípio educativo fundamental, pois ele seria, por excelência, elemento integrador entre ciência e cultura, e deveria orientar toda proposta educacional na escola, chamada (dentro dessa proposta integradora) de escola unitária.

Segundo Sousa Júnior (2010), “o trabalho tem caráter educativo porque ele constrói, afirma ou modifica o ser social independentemente da direção ou perspectiva para a qual aponte esse processo”.

Logo, para que se prossiga em direção a uma efetiva integração curricular, faz-se necessário repensar a proposta pedagógica e curricular, promovendo à efetiva integração entre teoria e prática, ciência e técnica, trabalho e cultura, de modo que se compreenda o significado histórico e social do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia. A perspectiva construída através desse eixo de integração permitiria uma articulação mais consistente entre formação geral e formação profissional. Dentro da perspectiva da educação profissional, a integração curricular traz a proposta de articular, entre a teoria e a prática, o trabalho como princípio educativo:

O trabalho, nos sentidos ontológico e histórico, é princípio e organiza a base unitária do ensino médio por ser condição para se superar um ensino enciclopédico que não permite aos estudantes estabelecer relações concretas entre a ciência que aprende e a realidade em que vive. É princípio educativo, ainda, porque leva os estudantes a compreenderem que todos nós somos seres de trabalho, de conhecimento e de cultura e que o exercício pleno dessas potencialidades exige superar a exploração de uns pelos outros. (RAMOS, 2008, p. 4).

O processo de integração do currículo para a Educação de Jovens e Adultos é um desafio permanente, principalmente quando se pensa em um currículo politécnico e quando estamos frente a constantes mudanças sociais interferindo na constituição desse currículo.

Estima-se que, ao se trabalhar com a proposta da reformulação do currículo da Educação de Jovens e Adultos deve ser considerado o caminho até aqui percorrido, promovendo a formação integral do aluno, vinculado à realidade social a qual está inserido e ao contexto histórico desse público atendido nas escolas municipais de Viamão.

Kuenzer (2002, p. 87) sinaliza na direção de que através da politecnia supõe uma nova forma de integração de vários conhecimentos, que quebra os bloqueios artificiais que transformam as disciplinas em compartimentos específicos, expressão da fragmentação da ciência, evidencia-se que conhecer a totalidade não é dominar todos os fatos, mas as relações entre eles.

## **5. METODOLOGIA**

A metodologia de pesquisa utilizada foi de pesquisa participante. Conforme afirma Freire (1983, p. 36), a “pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta”. A possibilidade de que esse produto educacional seja colocado em prática, é possível desde que haja uma certa cumplicidade entre os sujeitos envolvidos neste processo.

Haguette (1987), quando analisa o conceito de participação na perspectiva da pesquisa participante, fala da importância dos componentes da pesquisa, sejam eles o da investigação, o da educação e o da ação. A autora define como sendo “uma ação reflexionada em um processo orgânico de mudança cujos protagonistas são os pesquisadores e a população interessada na mudança.” (HAGUETTE, 1987, p.141-143). Fazer com que os discentes e docentes participem efetivamente através dos Círculos de Cultura para a construção desse Produto Educacional, constituiu-se em um desafio que só gerou resultados porque a pesquisadora, sendo mediadora dessa pesquisa, buscou ter a ‘sensibilidade para ouvir e compreender o ponto de vista e as razões dos grupos de base’, e de ser uma ouvinte atenta às necessidades externadas pelos grupos participantes.

A pesquisadora colocou-se a serviço, não da comunidade, mas da prática política na comunidade, assumindo a dupla postura de observadora crítica e de participante ativa. Ainda com Haguette (1987, p.142): “a ideia de participação

envolve a presença ativa dos pesquisadores e de certa população em um projeto comum de investigação que é ao mesmo tempo um processo educativo, produzido dentro da ação”.

Da complexidade de aspectos que envolvem a pesquisa participante, a participação dos docentes e discentes constituiu-se num dos elementos necessários para que essa política educacional venha realmente a contribuir com a formação integral desse jovem e adulto da EJA de Viamão.

Participaram da pesquisa participante quatorze docentes, sendo quatro deles que compõem as equipes diretivas, trinta discentes da EJA das Escolas Municipais Farroupilha e Dom Diogo de Souza de Viamão e dois professores do IFRS, que lecionam nessas duas escolas por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Viamão e o IFRS - Campus Viamão no Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Desenvolvimento Cooperativista.

A pesquisa documental analisou os documentos instituídos pela Secretaria Municipal de Educação de Viamão, além dos Projetos Político-Pedagógicos das duas escolas municipais envolvidas na pesquisa e da proposta pedagógica do curso FIC do Instituto Federal. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a análise de documentos oficiais associada às entrevistas na pesquisa contribui para a compreensão da perspectiva oficial do contexto investigado.

Foram aplicados questionários por meio da plataforma *Google forms* com dez docentes. Quatro docentes compõem as equipes diretivas da Escola Farroupilha e da Escola Dom Diogo e também dois encontros presenciais, em forma de Círculos de Cultura, que, segundo a proposta de Paulo Freire (1992), promovem o debate de temas do cotidiano, uma vez que, no formato de um círculo, todos veem, escutam e participam igualmente, sem distinção de lugar, promovendo assim a aprendizagem através do diálogo.

A metodologia do Círculo de Cultura trabalha com uma proposta de libertação dos sujeitos, indiferente se o sujeito tem ou não o domínio da leitura e da escrita, proporcionando um olhar diferenciado do mundo, pois o mesmo tem conhecimento e domínio das ações sociais em seu entorno. Essa libertação não fica restrita somente ao educando, mas também é estendida ao educador, coordenador dos debates. Não há, efetivamente, um protagonista, todos participam na construção do conhecimento. Segundo Paulo Freire (1991) através do Círculo de Cultura, se tem

uma visão do mundo real, a partir das diversas realidades sociais apresentadas pelos participantes.

Os Círculos de Cultura promoveram uma experiência bem sucedida nos trabalhos de alfabetização de jovens e adultos realizados por Freire, principalmente pelos princípios de valorização dos diferentes saberes: o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica do educando.

Em lugar de “professor”, com tradições fortemente “doadoras”, o *Coordenador de Debates*. Em lugar de aula discursiva, o *diálogo*. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o grupo participa. Em lugar dos “pontos” e de programas alienados, *programação compacta*, “reduzida” e “codificada” em unidades de aprendizado. (FREIRE, 1992, p.103)

Foram realizadas entrevistas com dois professores do IFRS - Campus Viamão, que fazem parte do grupo de docentes que estão formando cento e vinte alunos da EJA de Viamão através da proposta do Curso FIC, e também encontros presenciais com trinta alunos das etapas V e VI das escolas municipais Farroupilha e Dom Diogo de Souza, utilizando também a técnica do Círculo de Cultura nos três encontros.

A opção pelos alunos das etapas finais (V e VI) do Ensino Fundamental da EJA deu-se pelo fato desses alunos permanecerem na escola durante todo o ano letivo de 2022, diferente da etapa VII, que encerrou seu ciclo no 1º semestre, e por que os alunos dessas etapas estarem participando do curso de Agente de Cooperativismo. A escolha das escolas Farroupilha e Dom Diogo de Souza para a realização da pesquisa ocorreu pelo fato de serem as duas maiores escolas da rede municipal em número de alunos matriculados na EJA e, conseqüentemente, com maior número de professores atuando, além de serem as únicas que oferecem o ensino fundamental completo na modalidade, desde o ciclo de alfabetização até a etapa VII.

Ao final da análise de dados, realizou-se um encontro com professores, gestores e assessoria de educação para a apresentação do produto educacional. Após essa etapa foi chamada uma assembleia geral com os alunos da EJA, para identificação das suas reais necessidades, partindo de suas experiências e contribuições para a elaboração dessa política educacional.

Após a assembleia, professores, gestores, representantes e assessores da

Secretaria de Educação, se encontraram novamente, validando as contribuições dos alunos, avaliando e colaborando com a construção da política educacional.

O Produto Educacional após sua implantação, ao final do semestre, será avaliado, discutido entre docentes, discentes, equipes diretivas e Secretaria de Educação, com o propósito de conhecer e reconhecer as experiências em andamento e propor novas propostas que possam ser adequadas e melhoradas, visando a permanência e êxito do Jovem e Adulto da EJA de Viamão.

## 5.1 COLETA DE DADOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, na coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- Aplicação de questionário com questões abertas e fechadas, por meio do *Google forms*, para dez professores, dois componentes das equipes diretivas e dois assessores da Secretaria Municipal de Educação que trabalham com a proposta pedagógica da EJA, conforme consta no Anexo B deste estudo. Os docentes convidados foram informados que a pesquisadora é a atual Secretária de Educação do município e lhes foi proposto poder participar ou não, conforme sua vontade;
- Realização de entrevista semiestruturada com dois professores do IFRS - Campus Viamão que trabalham a proposta de um Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), conforme consta no Anexo B deste estudo;
- Análise documental da legislação vigente quanto à Educação de Jovens e Adultos, o regimento da Secretaria Municipal de Educação e o Projeto Político Pedagógico das duas escolas participantes da pesquisa, bem como o do curso FIC em Agente de Desenvolvimento Cooperativista;
- Círculo de Cultura - foram realizados três encontros presenciais com o total de trinta alunos das etapas V e VI das escolas Farroupilha e Dom Diogo, com o propósito de entender de que forma a EJA contribui para sua evolução pessoal e quais eram seus desejos e necessidades quando se desafiaram a reingressar no ambiente escolar. O círculo de cultura foi organizado conforme consta no Anexo B desta dissertação. Também foram realizados dois Círculos de Cultura com os docentes das escolas Farroupilha e Dom Diogo,

com o intuito de saber como o trabalho é realizado na EJA atualmente e o que eles acreditam ser importante para qualificar o ensino/aprendizagem na modalidade.

## **6 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA**

### **6.1 ANÁLISE DOCUMENTAL DO REGIMENTO ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**

Ao analisar os documentos norteadores oficiais da rede Municipal de Ensino de Viamão, que regulamentam o processo educacional, encontrou-se o *Regimento Escolar* (RE) e o *Projeto Político Pedagógico* (PPP), ambos de 2016. São os dois documentos mais atuais e ainda servem como referência para as Escolas Municipais.

Toda instituição educacional deve possuir o seu regimento escolar, documento normativo, elaborado pelo coletivo escolar, tendo por base a sua proposta pedagógica. O *Regimento Escolar*, conforme o *Thesaurus Brasileiro da Educação* do INEP, compreende o conjunto dos dispositivos que definem os ordenamentos básicos da estrutura e funcionamento da escola, consubstanciados na legislação vigente. É um documento que deve ser elaborado com a participação dos diversos segmentos da escola, aprovado pelo Conselho Escolar da própria instituição e pela entidade mantenedora, em casos de escolas integrantes da rede privada, como também pelos sistemas de ensino, aos quais as escolas se jurisdicionam. As escolas públicas terão seus regimentos escolares aprovados pelos sistemas de ensino que integram, órgãos municipais, estaduais ou federais de educação. As instituições de nível superior, de natureza privada, deverão ter seus regimentos escolares aprovados pelos Conselhos Estaduais de Educação. O regimento escolar é a expressão da política pedagógica, administrativa e disciplinar da escola, e regula, em seu âmbito, as relações do coletivo escolar, com base nos princípios educacionais vigentes e na legislação educacional. (AUGUSTO, 2010, p.1)

Nesse processo, a Secretaria de Educação de Viamão implementou um Regimento Escolar Padrão (RE), ou seja, todas as escolas da rede de ensino Municipal seguem o referido documento que foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Municipal de Educação em sessão realizada em 13 de maio de 2016.

No capítulo I do Regimento Escolar, Art. 3º, constam as abrangências e referenciais legais do documento. O presente Regimento se apresenta como regulamentador da organização pedagógica e administrativa das Instituições

Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Viamão, nos termos da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, Lei Municipal nº 4.365 de 24 de junho de 2015, Parecer nº 7 de 9 de julho de 2010 e demais legislações vigentes.

Em suas disposições transitórias, a LDBN, Lei nº 9394/96, estabelece que as instituições escolares devem adaptar seus estatutos e regimentos aos dispositivos da referida Lei e às normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos. O Regimento Escolar reflete as características da escola e estabelece as normas de seu funcionamento, de forma a garantir a segurança quanto aos procedimentos e diretrizes das ações educacionais. (AUGUSTO, 2010, p. 2)

Cury (1997) afirma que o eixo da autonomia representa um grande princípio inovador da LDB nº 9.394/96, conforme definido no Art. 15. Dessa forma, a apropriação das diretrizes de organização dos sistemas de ensino, pelos projetos pedagógicos das escolas, permitiria a sua adequação às diferentes realidades locais. Segundo o autor, o regimento escolar é, portanto, um documento que deve estar sempre atualizado, de acordo com a legislação educacional vigente. As instituições escolares têm, pois, entre suas incumbências, a responsabilidade de elaborar, fazer cumprir, atualizar permanentemente os seus Regimentos Escolares, em que constem as disposições sobre a organização escolar, administração de seu pessoal, os recursos materiais e financeiros, o sistema de avaliação em vigor, a provisão de meios para recuperação dos alunos de menor rendimento, a articulação com as famílias e comunidade, as formas de comunicação com os pais e alunos, bem como o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas.

Na medida em que a Secretaria Municipal de Educação constrói um documento único, por sua vez, não contempla essa autonomia das Instituições de Ensino, nem a articulação com as famílias e a comunidade e a adequação às diferentes realidades locais. É preciso considerar que, atualmente, a rede municipal é composta por 77 escolas, sendo 14 localizadas na região rural do município, 22 escolas atendem somente a educação infantil e as demais estão localizadas na zona urbana, ou seja, em regiões e comunidades com características diversificadas. Dessa forma, fica claro que o Regimento Escolar Padrão da rede municipal de ensino, não consegue contemplar as necessidades específicas de cada comunidade

escolar.

A Resolução 004/2015 do Conselho Municipal de Educação estabelece Diretrizes para a oferta da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, Ensino Fundamental, nas Instituições de Educação do Município de Viamão/RS. Tanto o *Regimento Escolar* como o *Projeto Político Pedagógico* analisados foram construídos com base nas orientações desta resolução oficial, sendo ainda importante destacar o seguinte artigo que se destina a modalidade de ensino da EJA, objeto desta pesquisa:

Art. 6º. A Proposta Pedagógica para a EJA deverá observar as Diretrizes Nacionais e os componentes da Base Nacional Comum e a diversidade regional das áreas do conhecimento, desenvolvendo habilidades e competências necessárias para: I- Identificar e acessar as oportunidades de oferta e de qualificação para ingresso e permanência no mercado de trabalho. II- Desenvolver o conhecimento e o acesso aos serviços das redes públicas, nas áreas do Trabalho, Educação, Saúde e Assistência Social.

Salienta-se aqui os capítulos destinados à organização do processo educacional da Educação de Jovens e Adultos. No capítulo I do RE, o art. 12 traz os objetivos dessa modalidade de ensino, sendo eles:

- I – capacitar o educando, por meio de suas atividades, a adquirir e desenvolver conhecimentos atualizados, que lhe permitam interagir no mundo que o cerca;
- II – desenvolver atividades pedagógicas integradas, contínuas e progressivas, que atendam às características bio-psico-sociais do educando;
- III – proporcionar ao educando, no âmbito de todo o período escolar, o estudo e o entendimento da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, como instrumento para inclusão e igualdade étnica racial, bem como o conhecimento em relação aos direitos sociais do idoso e as condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade;
- IV – oferecer oportunidades educacionais apropriadas para os educandos de acordo com as suas características, interesses e realidades, com uma educação de qualidade para aqueles que não concluíram o Ensino Fundamental na idade própria;
- V – preparar o educando para o acesso às competências básicas, facilitando assim sua inserção no mundo do trabalho, visando seu desenvolvimento integral, despertando sua criatividade e criticidade para exercer a cidadania de forma plena. (Viamão, 2016, p. 10-11)

Em relação aos documentos que norteiam o Regimento Escolar padrão da rede de ensino, é questionável o art. 6º da Resolução 004/2015 do Conselho Municipal de Educação, que “estabelece Diretrizes para a oferta da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, Ensino Fundamental, nas Instituições de Educação do Município de Viamão/RS”, no qual a resolução traz o desenvolvimento de habilidades e competências e sobre ter acesso à qualificação para ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Ramos (2003, p. 98) entende que a pedagogia das competências tem por finalidade a adaptação do indivíduo ao meio, defende “uma formação unitária, sintetizando formação geral e profissional, conhecimento científico e técnico, trabalho e cultura”. Segundo ele, os fundamentos que baseiam os estudos das competências são radicalmente opostas à práxis fundamentada pelo materialismo dialético, cujo conceito defende que a realidade do ambiente modela e é modelada pela interação dos sujeitos. Nessa perspectiva, Kuenzer (2002, 2004, 2016) caracteriza “competência” como a articulação entre teoria e prática e o que a define é:

A capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida. Esta concepção de competência vincula-se a ideia de solucionar problemas, mobilizando conhecimentos de forma transdisciplinar a comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações; supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos (KUENZER, 2002, p.7).

A noção de competências tem por finalidade a adaptação do trabalhador ao meio (mercado), resultando no conhecimento da parte e não da totalidade (RAMOS, 2003). Em oposição, defende-se a formação ou capacitação profissional de forma totalizante, a capacitação não deve ficar restrita apenas a questões técnicas, operacionais e organizacionais, ela deve considerar as “mediações de ordem econômico-produtiva, físico-ambiental, sócio-histórica, cultural e política” (RAMOS, 2002, p. 416).

Conforme parecer da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - 2010), os estudantes do ensino fundamental na modalidade EJA são pessoas para as quais foi negado o direito à educação, durante

a infância ou adolescência: homens e mulheres, brancos, negros, índios e quilombolas, trabalhadores empregados e desempregados, filhos, pais e mães, moradores de diferentes localidades, entre elas zonas urbanas e rurais. Algumas dessas pessoas nunca foram à escola ou porque tiveram que ajudar a família no sustento da casa, ou até mesmo pela falta de escola na sua localidade. A grande maioria que já passou pela instituição escolar carrega uma história marcada por numerosas repetências e interrupções. Entretanto, observa-se que, quando retornam à escola, levam significativa gama de conhecimento e saberes construídos ao longo de suas vidas.

Na proposta pedagógica usada por Paulo Freire (1992) devem ser usadas as experiências dos alunos, criar propostas significativas para os mesmos, considerando toda a bagagem de conhecimento que a vida lhes proporcionou, principalmente as habilidades por eles já desenvolvidas.

De acordo com Arroyo (2007, p. 14), a EJA não pode negar a sua essência formativa, principalmente de suas histórias relacionadas aos movimentos sociais e da relação entre direito ao trabalho e direito à cidadania: (...) “diante dessa riquíssima história podemos dizer que os direitos cidadãos foram apreendidos no avanço dos direitos do trabalho. A consciência de ser trabalhador foi levada ao avanço da consciência da cidadania”.

Voltando ao Regimento Escolar, sobre os “Aspectos Administrativos e Pedagógicos”, no capítulo II, Seção II, “Atendimento Educacional e Regime de Funcionamento das Instituições Escolares”, lê-se:

Art. 19. Para a modalidade Educação de Jovens e Adultos adota-se o regime semestral, salvo a ETAPA I, que compreende o Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos), que será anual.

§ 1º. Quanto à carga horária mínima, na modalidade EJA, considerando 20% (vinte por cento) desta para estudos à distância (EAD), organiza-se, da seguinte forma:

I - A carga horária mínima, na Etapa I (1º, 2º e 3º anos) será de 800 horas;

II - A carga horária mínima para cada uma das seguintes Etapas: II, III, IV, V, VI e VII (4º, 5º, 6º, 7, 8º e 9º anos) será de 400 horas/semestre.

Parágrafo único: O somatório da carga horária total do Ensino Fundamental, na modalidade EJA, deverá perfazer o mínimo de 3.200 horas. (VIAMÃO, 2016, p. 14)

No capítulo III, sobre a “Organização das Etapas da Educação Básica, Modalidades Escolares e Formação de Turmas”, o art. 45, III, estabelece:

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos será desenvolvida nas seguintes etapas:

I - ETAPA - corresponde ao 1º, 2º e 3º ano, do Ensino Fundamental;

II - ETAPA - corresponde ao 4º ano, do Ensino Fundamental;

III - ETAPA - corresponde ao 5º ano, do Ensino Fundamental;

IV - ETAPA - corresponde ao 6º ano, do Ensino Fundamental;

V - ETAPA - corresponde ao 7º ano, do Ensino Fundamental;

VI - ETAPA - corresponde ao 8º ano, do Ensino Fundamental;

VII - ETAPA - corresponde ao 9º ano, do Ensino Fundamental.

Parágrafo único: A duração do ano letivo da ETAPA I será anual, enquanto as demais ETAPAS (II, III, IV, V, VI, VII), semestral. (VIAMÃO, 2016, p. 17)

Em relação à idade para realizar a matrícula na EJA, estabelece-se, no mínimo, 15 anos completos para ingresso, sendo os pais responsáveis pelo educando. Aos alunos com 18 anos completos é permitido o cancelamento de sua matrícula a qualquer tempo.

A organização curricular da EJA deve ocorrer por área de conhecimento (Ciências Sociais, Ciências Naturais, Matemática e Linguagens), complementa o art. 58 do RE “Essas áreas interligadas contribuem para o desenvolvimento cognitivo e a compreensão das práticas sociais” (VIAMÃO, 2016a, p. 20). O *Regimento Escolar*, visa a uma maior interdisciplinaridade na prática escolar, não compartimentando o currículo das tradicionais disciplinas que caracterizam os anos finais do ensino fundamental. Em relação à proposta do currículo diversificado e apropriado para a EJA, os documentos norteadores somente priorizam o ensino por áreas de conhecimento, não informando a forma de elaboração desse currículo e a relação com o perfil do jovem e adulto que frequenta essa modalidade de ensino.

Para que se prossiga em direção a uma efetiva integração curricular, faz-se necessário repensar a proposta pedagógica e curricular, promovendo a integração entre teoria e prática, ciência e técnica, trabalho e cultura, de modo que docentes, na sua prática e discentes, no seu processo de aprendizado, compreendam o significado histórico e social do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia. Tal perspectiva deve ser construída por um eixo integrador que permita uma articulação mais consistente entre formação geral e formação profissional. Dentro dessa

proposta da educação profissional, a integração curricular traria a proposta de articular, entre a teoria e a prática, o trabalho como princípio educativo:

O trabalho, nos sentidos ontológico e histórico, é princípio e organiza a base unitária do ensino médio por ser condição para se superar um ensino enciclopédico que não permite aos estudantes estabelecer relações concretas entre a ciência que aprende e a realidade em que vive. É princípio educativo, ainda, porque leva os estudantes a compreenderem que todos nós somos seres de trabalho, de conhecimento e de cultura e que o exercício pleno dessas potencialidades exige superar a exploração de uns pelos outros. (RAMOS, 2008, p. 4)

Quanto à Avaliação e Aproveitamento, a Seção V descreve a forma como as avaliações e recuperações devem acontecer no decorrer do período letivo que corresponde a essa etapa de ensino:

Art. 64. Os resultados do aproveitamento escolar para os educandos da modalidade EJA, que forem menores de dezoito anos, serão comunicados aos pais e/ou responsáveis legais, por meio de documento próprio:

I - trimestralmente, para o acompanhamento da Etapa I; II - e ao final do semestre, para as demais Etapas.

Art. 65. Na EJA, a avaliação na Etapa I (alfabetização e o letramento), acontecerá ao final de cada trimestre, no decorrer do ano letivo, assegurando a possibilidade de promoção ao educando que apresentar o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo aritmético.

Art. 66. A avaliação nas Etapas II, III, IV, V, VI e VII, da EJA, dar-se-á ao longo do semestre escolar, assegurando a possibilidade de promoção, ao final de cada Etapa, mediante instrumentos de avaliação diversificados, no qual o educando deverá ter alcançado 60% (sessenta por cento) dos objetivos propostos, em cada área do conhecimento.

Parágrafo único. Os resultados serão expressos por conceitos, em relação a cada objetivo proposto, utilizando-se a letra “A”, de ATINGIU, quando o educando atingir os objetivos, e “NA”, NÃO ATINGIU, quando não atingir os mesmos. (VIAMÃO, 2016)

A avaliação descrita para a modalidade EJA, explanada nesta seção do RE, necessita de uma reflexão, considerando que a única proposta diferenciada do ensino fundamental diurno é a de que deixa de ser por nota e passa a ser por conceito. Esses conceitos são resumidos a A de “Atingiu” e NA de “Não Atingiu”, não levando em consideração o aluno que ainda está em processo de construção do conhecimento.

De acordo com o Documento Base do Proeja, a avaliação deve ser entendida, como um diagnóstico, num processo investigativo, de permanente questionamento, orientador do planejamento, com o objetivo de promover a aprendizagem e os avanços dos educandos. Quaisquer que sejam os instrumentos, dentro dessa concepção de avaliação investigativa, é fundamental que possibilitem ao aluno acompanhar o seu próprio desenvolvimento, suas aprendizagens, suas dificuldades nesse processo do aprender, e, sobretudo, que esse acompanhamento indique os caminhos para os avanços. As práticas diagnósticas devem promover o desenvolvimento cognitivo, cultural e sócio-afetivo. Em toda a estruturação do planejamento, deve estar incluído o processo avaliativo como orientador dessa etapa.

O artigo 16 da Resolução CME 004/2015 sugere “que a avaliação na EJA seja apresentada através de conceito e/ou parecer acrescida de uma ficha de acompanhamento, demonstrando o desenvolvimento social do aluno e uma autoavaliação”. O referido documento não apresenta propostas diferenciadas e princípios norteadores para que ocorra essa avaliação, ou seja, não faz referência às especificidades do público-alvo jovem e adulto.

Paulo Freire (2006) cuja teoria assenta-se no materialismo dialético, ensina que o processo de ensino e aprendizagem para essa modalidade de ensino, precisa envolver o contexto vivenciado pelo educando, deve fazer sentido para ele, pois somente assim é possível construir uma educação libertadora capaz de promover a emancipação dos sujeitos. Avaliar neste contexto é uma tarefa de grande responsabilidade, para se construir um modelo educacional democrático, inclusivo e de qualidade, o educando deve ser avaliado de forma mais humana, a avaliação deve ser um processo, capaz de estimular o gosto pelo aprendizado e a superação dos desafios.

O capítulo “Organização da Ação Educativa e Gestão do Trabalho Pedagógico”, do Projeto Político Pedagógico, descreve uma proposta metodológica, curricular e avaliativa a ser aplicada na EJA das escolas municipais de Viamão:

A metodologia segue a concepção transdisciplinar, sócio interacionista, sócio construtivista, problematizadora e dialógica, considerando as inteligências múltiplas. Aplicada através de projetos que buscam envolver os

saberes do educando e das comunidades em que estão inseridos, bem como as necessidades do mercado de trabalho. A metodologia adotada encontra embasamento teórico nos estudos de Vygotsky, Piaget, Freire, Morin, Gardner e Wallon. (VIAMÃO, 2016b, p. 68)

Nesse sentido, percebe-se a necessidade da busca por coerência epistemológica entre os autores que sustentam a proposta pedagógica da Rede Municipal de Viamão. Com base em La Taille *et al* (1992) e Becker (2001), pode-se afirmar que Piaget, Vygotsky e Wallon defendem, em suas teorias, que o sujeito aprende na inter-relação com o meio, em diálogo com o outro, com o meio social e com a cultura. São considerados, assim, interacionistas, ou seja, na relação professor-aluno e aluno-aluno, o conhecimento não está fora deles ou em um ou outro, mas se dá na relação entre eles, entre o sujeito e o objeto do conhecimento, entre o sujeito e o meio social, entre o sujeito e a cultura. Os três autores, consideram que o sujeito é um ser ativo que constrói, desconstrói e reconstrói seu próprio conhecimento. Para Becker (2001, p. 95), “o pensamento de Paulo Freire tem mostrado, em alguns momentos, uma fecundidade similar, em termos pedagógicos e, também, em termos epistemológicos.”

Já Howard Gardner (1994, p.10), afirma que a inteligência contribui para que o sujeito possa “resolver problemas ou criar produtos valorizados dentro de um ou mais cenários culturais” (GARDNER, 1994, p.10). No entanto, diferentemente dos autores interacionistas citados acima, sua teoria das Inteligências múltiplas, classifica a inteligência humana em sete categorias ou inteligências abrangentes: inteligência linguística, inteligência interpessoal, inteligência intrapessoal, inteligência lógico-matemática, inteligência musical, inteligência espacial e inteligência corporal cinestésica. No entanto, considerando que esse autor, embora aponte a relação com a cultura no desenvolvimento da inteligência, dialoga com uma condição apriorista, há que se considerar em Weinreich-Hast (1994, p. 22 In STREHL, 2018<sup>3</sup>) que:

---

<sup>3</sup> STREHL, R. Resenha crítica do livro: GARDNER, Howard. Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. Publicado originalmente em inglês com o título: *The frames of the mind: the Theory of Multiple Intelligences*, em 1983. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/leticia.strehl/teoria-das-mltiplas-inteligencias-de-howard-gardner-breve-resenha-e-reflexes-crticas>. Acesso em 26 mar 2023.

A teoria de Gardner é especulativa e ainda não testada [...] deixa em suspenso a definição de autonomia e de distinção de suas sete inteligências. Enquanto as evidências citadas por Gardner são cientificamente persuasivas e sugerem uma base para o delineamento de diretrizes educacionais, há indubitavelmente a necessidade de um trabalho exaustivo no sentido de verificar os limites das diferentes inteligências.

Por sua vez, Edgar Morin (2000) vem a contribuir trazendo a proposta de que os conteúdos sejam transdisciplinares, uma vez que na natureza tudo está relacionado entre si. A proposta de desfragmentação dos conteúdos, interligando-os e, dessa forma, aprofundando o conhecimento, torna o ensino/aprendizagem mais abrangente.

Dessa forma, visualiza-se no PPP da Rede de Ensino, uma proposta pedagógica na EJA de Viamão com uma enorme diversidade de autores, não tornando clara a teoria do conhecimento na qual deve ser embasada. Tais achados indicam que se faz necessário um processo aprofundado de discussão teórico-epistemológico de forma a contribuir com os docentes da consolidação de sua práxis.

No subcapítulo “O Currículo na Educação de Jovens e Adultos”, é proposto um currículo diversificado da seguinte forma:

[...] A Educação de Jovens e Adultos deve primar por uma formação na qual os alunos possam aprender permanentemente, refletir de modo crítico, agir com responsabilidade individual e coletiva, participar do trabalho e sociedade, acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais e exercer a cidadania, para isso é proposto um currículo diversificado e apropriado para a EJA, voltado a realidade social da comunidade na qual estão inseridos. Participam de atividades como teatro, capoeira, seminários, debates, encontros de jovens sempre voltados aos projetos trabalhados em sala de aula.

Com a análise dos seguintes documentos, Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico, verifica-se que a Educação de Jovens e Adultos do Município de Viamão traz na sua organização curricular uma proposta que prepara o educando para o acesso às competências básicas. "Afinal: vai-se à escola para adquirir conhecimentos, ou para desenvolver competências?" Esse é um dos questionamentos de Kuenzer (2002, p. 2), que conclui:

A escola é o lugar de aprender a interpretar o mundo para poder transformá-lo, a partir do domínio das categorias de método e de conteúdo que inspirem e que se transformem em práticas de emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada pelo conhecimento. O lugar de desenvolver competências, que por sua vez mobilizam conhecimentos mas que com eles não se confundem, é a prática social e produtiva. Confundir estes dois espaços, proclamando a escola como responsável pelo desenvolvimento de competências, resulta em mais uma forma, sutil, mas extremamente perversa, de exclusão dos que vivem do trabalho, uma vez que os filhos da burguesia desenvolvem suas capacidades apesar da escola, que para muitos passa a ser apenas uma instituição certificadora; para os trabalhadores, a escola se constitui no único espaço de relação intencional e sistematizada com o conhecimento.

Cabe às escolas, portanto, desempenharem com qualidade seu papel na criação de situações de aprendizagem que permitam ao aluno desenvolver as capacidades cognitivas, afetivas e psicomotoras relativas ao trabalho intelectual, sempre articulado, mas não reduzido, ao mundo do trabalho e das relações sociais, com o que certamente estarão dando a sua melhor contribuição para o desenvolvimento de competências na prática social e produtiva. Atribuir à escola a função de desenvolver competências é desconhecer sua natureza e especificidade enquanto espaço de apropriação do conhecimento socialmente produzido, e portanto, de trabalho intelectual com referência à prática social, com o que, mais uma vez, se busca esvaziar sua finalidade, com particular prejuízo para os que vivem do trabalho. (Kuenzer, 2002, p. 17-18)

Dando continuidade na análise dos documentos, o PPP deveria ser organizado pelas escolas, concedendo maior autonomia com relação à proposta da EJA com base nas peculiaridades e nas necessidades de cada comunidade escolar. Além disso, deve reforçar a importância de se compreender e respeitar o tempo de aprendizado de cada aluno, possibilitando maiores oportunidades não apenas de acesso, mas, principalmente, sua permanência até a conclusão das etapas, evitando as altas taxas de evasão que caracterizam esse grupo escolar.

### **6.1.2 PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS**

Em 2019 as escolas adequaram o PPP padrão da rede municipal de acordo com a sua organização de níveis ofertados e com a inserção dos seus projetos desenvolvidos dentro da escola. O PPP da Escola Farroupilha separa a EJA do Ensino Fundamental, no intuito de destacar as especificidades dessa modalidade, diferenciando-a do ensino regular, dado que o aluno pertence a um grupo com características próprias. Assim, a proposta pedagógica para a EJA fundamenta-se nos seguintes princípios:

- Formar um cidadão crítico e que possa ter perspectivas para o futuro, preparando-o para a inserção no mercado de trabalho;
- Promover no espaço escolar uma cultura de paz, que valorize o respeito e a individualidade de cada um, acolhendo as pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade própria. A linha pedagógica que seguimos é baseada nos 4 pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, baseada num sistema filosófico com concepções claras de mundo e de cidadãos que queremos formar.

Os teóricos que embasam nossa prática pedagógica são Delors, Perrenoud, Vygotsky, Jean Piaget, Paulo Freire, Emília Ferreiro, Magda Soares, Edgar Morin.

No PPP da Escola Farroupilha, com a diversidade de escritores trabalhados, percebe-se também a falta de uma coerência epistemológica. Identifica-se a proposta de trabalho por competências com Perrenoud, à qual já foi criticada na análise da proposta curricular apresentada no PPP padrão da Rede de Ensino. Ou seja, a noção de competências tem por finalidade a adaptação do trabalhador ao meio (mercado), resultando no conhecimento da parte e não da totalidade (RAMOS, 2003).

O PPP da EMEF Farroupilha também cita diretamente o art.14 da Resolução CNE/ CEB nº 4/2010:

A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais.

O Projeto Político Pedagógico da EMEF Dom Diogo de Souza (2019), por sua vez, apresenta um histórico da modalidade na instituição:

[...] em 2018, a escola ofertou turmas de Educação de Jovens e Adultos, com turmas de etapas finais no turno da manhã e tarde, para alunos de 15 a 18 anos, a fim de sanar a distorção idade/série. Isso facilitou a conclusão dos estudos desses jovens e sanou grande parte dos problemas de

distorção idade-série que nossa escola enfrentava. Entendemos que, mais que acelerar o processo de conclusão do Ensino Fundamental, era imprescindível aproximar os educandos de seus focos de interesse, com metodologia adequada ao seu desenvolvimento biológico e cognitivo. Ademais, a montagem dessas turmas colocava na mesma sala de aula, alunos com interesses comuns à faixa etária que compõem. A partir de 2019, a modalidade passa a ser ofertada no turno da noite, abrangendo não somente jovens de até 18 anos, como também adultos que buscavam uma nova oportunidade de inserção ou conclusão de seus estudos. A escola passou a contar com uma turma multisseriada de alfabetização, formada por alunos de 15 a 62 anos e duas turmas de etapa final em cada semestre.

Quanto à sua organização, consta um quadro com a base curricular das etapas finais, no qual se observa que as aulas são ministradas conjuntamente às etapas IV e V em uma turma e às etapas VI e VII em outra, sendo ambas de funcionamento semestral. O Projeto prioriza dentro da EJA o atendimento ao público que era do diurno, e que apresenta uma defasagem de idade/série, sendo claro que a proposta principal da modalidade EJA é a conclusão dos estudos.

Como diferencial, o PPP destaca uma prática inovadora: “Atualmente, a escola proporciona para todos os níveis de ensino a prática do xadrez como componente curricular, desde a educação infantil até o último ano das séries finais do ensino fundamental”. Nos quadros das bases curriculares dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, o xadrez encontra-se como componente curricular com carga horária de uma aula semanal dentro da área de conhecimento da Matemática, porém não aparece como componente no já referido quadro da EJA.

O PPP das duas escolas municipais, na sua sequência, somente reproduzem as orientações do Regimento Escolar e do PPP padrão no que se refere à organização das etapas, avaliação e matriz curricular. Apesar das duas escolas trabalharem com a proposta de um Projeto Interdisciplinar: Xadrez na EMEF Dom Diogo e Cultura Gaúcha na EMEF Farroupilha, o PPP não contempla essas atividades na modalidade da EJA.

Conforme todo o exposto, conclui-se, através da análise dos documentos oficiais e da leitura do PPP das duas escolas, que, apesar da teoria e legislação que guiam a proposta educacional na EJA, ainda se faz necessária, no município de Viamão, uma orientação mais específica no que tange principalmente à organização curricular, à metodologia e à avaliação. Em suma, a ação educativa, na modalidade,

a fim de diferenciá-la efetivamente da prática do ensino regular em uma proposta adaptada à sua realidade e às especificidades desse alunado, não está contemplada nos documentos analisados.

Observa-se que, nos referidos documentos, não se estabelece uma articulação com a educação profissional nem com o mundo do trabalho para a Educação de Jovens e Adultos. A educação dos trabalhadores, seja no processo de escolarização, seja na formação profissional inicial e continuada, historicamente, vem sendo realizada de forma desarticulada, não sendo diferente nas escolas que ofertam EJA no município de Viamão. Pelos documentos analisados, aqui ocorre uma escolarização propedêutica voltada apenas para os conhecimentos gerais do educando.

### **6.1.3 IFRS – CAMPUS VIAMÃO E A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIAMÃO**

Conforme a página de seu site oficial<sup>4</sup>, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) foi criado em 29 de dezembro de 2008, constituindo um conjunto de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia através da lei 11.892. Em sua criação, o IFRS se estruturou a partir da união de três autarquias federais: o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão e a Escola Técnica Federal de Canoas. Posteriormente foram agregados dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, de Rio Grande.

No decorrer do processo, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá e criados os *campi* de Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga. Estas instituições hoje fazem parte do IFRS na condição de *campi*.

Nas cidades de Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio

---

<sup>4</sup> <https://www.poa.ifrs.edu.br>

Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão estão localizados os 17 campi que atualmente compõem o Instituto, sendo que a Reitoria é sediada no Campus Bento Gonçalves.

Em relação ao Campus Viamão, situa-se no sétimo município em população do estado do Rio Grande do Sul e o maior em extensão territorial da mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. É detentor do que se pode chamar de um dos maiores “ativos” de desenvolvimento na região em decorrência de suas características ecossistêmicas e de sua diversidade étnico-cultural.

No ano de 2011, o IFRS com a intenção de implantar um Campus em Viamão, iniciou suas atividades a partir do diálogo com o município, realizando audiências públicas para definição dos eixos tecnológicos nas várias modalidades a serem ofertadas, determinando a constituição da sua linha de atuação, buscando reforçar as vocações da cidade para abrigar um polo de desenvolvimento tecnológico e de educação profissional.<sup>5</sup>

Nos anos de 2013, instalou-se o Campus Viamão no prédio da Secretaria de Educação, para organização da sua documentação e definição do lugar de implantação do Campus definitivo, permanecendo até 2015.

O desenvolvimento do Campus Viamão se estruturou, inicialmente, em torno dos eixos Gestão e Negócios e Ambiente e Saúde, nas modalidades de cursos técnicos subsequentes, concomitantes e de FIC.

A partir de 2015, passaram a ser ofertados de forma regular os cursos Técnicos subsequentes noturnos em Administração, Meio Ambiente, Serviços Públicos, Cooperativismo e curso Técnico em Meio Ambiente concomitante diurno. No primeiro semestre de 2017, o Campus Viamão passou a ofertar os primeiros cursos de nível superior públicos e gratuitos da história do município de Viamão. Em 2018, são constituídas as duas primeiras turmas na modalidade de Ensino Médio integrado nos cursos de Meio Ambiente e de Administração.

Durante esses quase dez anos do Campus Viamão, muitas parcerias foram realizadas com a prefeitura de Viamão: Projeto Horta nas Escolas, através do Programa EcoViamão, Feira de Robótica, formações continuadas aos professores,

---

<sup>5</sup> <https://ifrs.edu.br/viamao/>

visitas guiadas dos alunos da rede municipal do 9º ano para conhecer o Campus, incentivo nas escolas para inscrição dos alunos no ensino médio, Curso FIC, presença do Campus na Feira Literária, Mostra de Ciências, entre outras atividades.

No ano de 2022, além da parceria do curso FIC em três escolas municipais com a modalidade da EJA, o IFRS - Campus Viamão ofertou uma formação continuada específica aos professores da EJA, de forma *on-line*, com duração de oitenta horas.

No ano de 2023 o IFRS Campus Viamão ofertará o Pós-Graduação Lato Sensu em Agroecologia, proposta está pensada no desenvolvimento do município, e ao encontro das necessidades apresentadas pela Secretaria da Agricultura.

#### **6.1.4 CURSO FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO IFRS**

No ano de 2022, na busca dessa articulação com a educação profissional, a Secretaria Municipal de Viamão assumiu uma parceria com o IFRS - Campus Viamão, com a finalidade de promover uma formação profissional inicial e continuada aos alunos das últimas etapas da EJA. O curso Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Cooperativismo, com 200 horas, foi implantado em três escolas da Rede Municipal, abrangendo aproximadamente 120 alunos das etapas V e VI.

O Projeto Pedagógico do *Curso (PPC) de Qualificação Profissional em Agente de Desenvolvimento Cooperativista - Política de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada*, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Viamão, é um documento de agosto de 2021, no qual se encontra registrado:

Este projeto pedagógico de curso se propõe a contextualizar e a definir as diretrizes pedagógicas, como estrutura, metodologia e objetivos para o respectivo curso no âmbito do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – *Campus Viamão*. As mudanças na estrutura das sociedades a nível global, trazem mudanças na maneira de viver do indivíduo, bem como nas suas relações com os outros a sua volta, criando uma nova realidade para o mundo do trabalho, com isto, as escolas envolvidas neste cenário precisam reconhecer estas mudanças e fazer com que a educação profissional seja significativa para a inserção do indivíduo no mundo do trabalho em

transformação. O curso está organizado de tal forma que as disciplinas englobem os fundamentos essenciais para o desempenho das atividades em praticamente todos os setores das cooperativas. Considerando o cenário atual, entende-se que a formação de agentes para o incremento do cooperativismo é uma alternativa necessária ao desenvolvimento das comunidades, associações de moradores e pequenas propriedades rurais. Nesse sentido, o curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista visa alavancar o desenvolvimento social e econômico mediante a formação continuada capacitando-os para as práticas profissionais alicerçadas no resgate e valorização do trabalho coletivo e cooperativo. (IFRS - VIAMÃO, 2021, p. 3-4)

Observa-se nessa apresentação do curso uma preocupação com as mudanças que as sociedades e os indivíduos têm passado e que devem ter como consequência uma mudança também na organização das escolas que atendem um alunado específico que busca qualificação profissional, mas que encontra um mundo do trabalho em constante modificação.

O citado projeto também salienta a importância social das cooperativas para o desenvolvimento não apenas individual, mas principalmente comunitário, uma vez que o particular e o coletivo se auxiliam mutuamente nesse tipo de associação econômica, proporcionando benefícios à comunidade na qual está inserida. Assim, desde já, encontra-se uma distinção conceitual de cursos profissionalizantes que, em geral, têm como objetivo a qualificação do indivíduo unitariamente e apenas para um mercado de trabalho específico, questão que permanece sendo pontuada na Justificativa:

O curso de qualificação profissional de Agente de Desenvolvimento Cooperativista - Política de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional- EJA vai ao encontro da vocação e o anseio da região. O conceito de Cooperativismo que consagra os princípios fundamentais de liberdade humana, apoiada por um sistema de participação permanente coaduna com a necessidade premente de formas de organização social para a solução de problemas econômicos. Através da organização de pessoas para a produção e promoção de uma rede econômica pautada no trabalho solidário. O curso visa formar profissionais capazes de contribuir com o desenvolvimento local e regional, a fim de garantir as competências na formação orientada por princípios éticos, políticos e pedagógicos, articulando tecnologia e humanismo, tratando a prática profissional como parte do currículo da formação técnica. O curso possui enfoque para a criação de novas organizações cooperativas, novas formas de negócios, produtos e serviços inovadores, observando o respeito ao meio ambiente, o emprego de novas tecnologias e as tendências da área administrativa. Além disso, trata da gestão dos processos estratégicos, tecnológicos e da integração sistêmica entre todas as áreas da gestão de cooperativas e dos seus processos. (*Idem, ibidem*, p. 6)

Assim, além de qualificar para o trabalho em cooperativas, o curso se propõe a fomentar “a criação de novas organizações cooperativas, novas formas de negócios, produtos e serviços inovadores, observando o respeito ao meio ambiente, o emprego de novas tecnologias e as tendências da área administrativa”, integrando de forma sistêmica todas as áreas da gestão. O conceito de valorização da criação de novas cooperativas é corroborado no Objetivo Geral da Proposta Político Pedagógica do curso:

Capacitar os estudantes para atuar no apoio e desenvolvimento de ações cooperativas, auxiliando na constituição, desenvolvimento e gestão de novas cooperativas em comunidades locais, planejando e executando os processos cooperativos nos diversos ramos do cooperativismo. (*Idem, ibidem, p. 7*)

Os objetivos específicos referem-se às possibilidades elencadas acima tanto de atuação como de criação de associações com esse foco, o que é resumido no perfil do curso, que pretende capacitar o aluno para auxiliar no planejamento, na execução de processos, na prestação de assistência e serviços aos cooperados. Além de promover e atuar na constituição de cooperativas em comunidades locais.

Destinado exclusivamente a estudantes que estejam cursando os anos finais do ensino fundamental na EJA, o PPP apresenta seu conceito do perfil dos sujeitos da EJA, destacando-se assim como uma proposta que busca compensar em parte os prejuízos históricos característicos desse alunado, deixando clara a visão social de concepção da educação por parte da instituição:

Em geral os alunos da EJA são na sua maioria jovens e adultos trabalhadores que tiveram negado o direito à educação em sua infância e adolescência. A oferta do curso de qualificação profissional oferece a possibilidade de reparar tal direito a esta parcela da população. (*Idem, ibidem, p. 8*)

A matriz curricular do curso está organizada em seis disciplinas, com uma carga horária total de 200 horas, sendo exigida frequência mínima de 75% por disciplina. De cada disciplina são apresentadas a carga horária, os objetivos, as

ementas e as bibliografias básicas. A citação abaixo demonstra detalhadamente as Metodologias de ensino do curso:

O Instituto Federal, embasado no princípio de que “a educação é um processo de vida”, propõe metodologias de ensino compatíveis ao cotidiano do aluno, possibilitando questionamentos das práticas realizadas. Com base no conteúdo teórico e com as visitas técnicas e aulas práticas o aluno será capaz de compreender novas situações apresentadas, resolver problemas, tomar decisões, ter autonomia intelectual, comunicar ideias em um contexto de respeito às regras de convivência democrática. A educação profissional oferece muitas oportunidades de aplicação de metodologias ativas de aprendizagem nas diferentes áreas de formação profissional. É o caso das aulas de laboratório, oficinas, tarefas em grupo, trabalhos em equipe dentro e fora do ambiente escolar, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos. Algumas técnicas de ensino são propostas aos professores que farão suas escolhas de acordo com os objetivos da aula que irão ministrar. Entre tais técnicas destacam-se: Expositiva dialogada; Atividades de Laboratório; Trabalho Individual; Trabalho em grupo; Pesquisa; Projeto; Debate; Estudo de Caso; Seminário e Visita Técnica/Campo. Acompanhadas das técnicas de ensino, seguem os recursos didáticos que compõe a metodologia, que também serão selecionados conforme os objetivos da aula planejada pelo professor, sendo eles: Slides; Vídeos; Computador; Laboratório; Quadro Branco; Projetor Multimídia dentre outros. Portanto, a metodologia proposta para desenvolver o currículo visa a conduzir à aprendizagem, dando ênfase ao que o estudante tem de potencial, portanto, enfocando a aprendizagem na pessoa. Os professores irão elaborar e encaminhar para a coordenação do curso os planos de ensino de cada disciplina. (*Idem, ibidem*, p. 15-16)

Importa destacar que se constata na metodologia apresentada uma proposta pedagógica diferenciada de uma prática tradicional centrada na figura do professor como um transmissor de conhecimentos, uma vez que “propõe metodologias de ensino compatíveis ao cotidiano do aluno”, ou seja, toda a carga de experiências e, principalmente, vivências que trazem consigo, ainda mais se tratando de estudantes que já trabalham ou trabalharam, estão em busca de emprego e, até mesmo, já tiveram ligação com cooperativas e que podem participar das aulas com todo esse conhecimento prático que possuem fomentando o conhecimento teórico que estão construindo e auxiliando aos colegas que ainda não tiveram essa experiência.

No PPC, a prática também é salientada no âmbito de sala de aula através de visitas técnicas e aulas com a “aplicação de metodologias ativas de aprendizagem”, isto é, “aulas de laboratório, oficinas, tarefas em grupo, trabalhos em equipe dentro e fora do ambiente escolar, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos”, sendo a seguir indicada aos professores uma série de sugestões passíveis de serem

desenvolvidas em aula e extraclasse para ampliar o que foi trabalhado nas disciplinas do curso.

Os aspectos apresentados na Metodologia se mantêm na proposta de Avaliação, conforme se lê:

A avaliação é entendida como um processo contínuo, de caráter diagnóstico, formativo e emancipatório, com a finalidade de orientar o processo de ensino e aprendizagem. No processo de avaliação, deverão preponderar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A verificação do rendimento escolar será feita de forma diversificada, ao longo das disciplinas, através de instrumentos diferenciados, como provas escritas, trabalhos de pesquisa, seminários, exercícios, atividades práticas e outros, a fim de atender às peculiaridades de cada componente curricular. Deverão ser realizadas, no mínimo, duas avaliações por disciplina. (*Idem, ibidem*, p. 16)

Para finalizar a análise desse documento, vê-se na proposta do curso o uso de instrumentos de avaliação diferenciados e adaptados à realidade, que possibilitem a prevalência sempre de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, conforme já preconiza a LDBEN há mais de 25 anos, entendendo a educação como uma construção do conhecimento gradual e que sua avaliação deve ser contínua e cumulativa.

O curso FIC, apesar de ser uma proposta inovadora para a Educação de Jovens e Adultos do município de Viamão, ainda não contempla as reais necessidades dos educandos. Percebe-se isso quando se constata, ao longo do ano, a evasão dos alunos, ou seja, dos 120 alunos inscritos, somente 50 concluíram. Dessa forma, o curso não promoveu a permanência e êxito dos alunos na proposta, conforme as expectativas da Secretaria de Educação e dos docentes e gestores das escolas envolvidas.

O curso FIC apesar de ser ofertado dentro do próprio ambiente escolar, os alunos optaram por não dar continuidade. De acordo com o relato das equipes diretivas que fizeram a intervenção junto aos discentes, os motivos dentre eles, foi às dificuldades em relação a alguns conteúdos, e por acabarem usando esse dia para não precisarem frequentar a escola. Além disso, o Curso de Agente de Cooperativismo foi proposto sem a opção de escolha ou preferência dos educandos pela área para a qual formava e não estava articulado às demais disciplinas do

currículo desenvolvido na EJA. A proposta foi extremamente individualizada, ou seja, não contemplando de forma integrada a formação do educando e não atingindo os objetivos para articulação com o mundo do trabalho.

No entanto, a parceria para a oferta do curso FIC, trouxe grande contribuição para a definição do problema de pesquisa desta investigação com vistas à possibilidade de pensar um currículo específico para a EJA, que privilegiasse a formação integral dos jovens e adultos. Edificar uma política educacional com a proposta da politécnica para a EJA mostra-se um processo bastante complexo, pois exige um trabalho coletivo muito intenso dos professores e da Rede de Ensino. Não basta compreender o trabalho como princípio educativo; é necessário que os princípios sejam convertidos e detalhados em uma prática pedagógica, de forma a construir um currículo integrado, visto que princípios, forma e conteúdo são faces de um mesmo processo.

Após a análise documental realizada, fica cada vez mais evidente a necessidade de uma política definitiva e perene com vistas à melhoria das propostas do ensino fundamental, a fim de minimizar o abandono escolar, assegurar a universalização do acesso e efetivamente promover o aprendizado. É o êxito dessa política que vai permitir que os jovens e adultos, independentemente de sua origem socioeconômica, raça e gênero, possam concluir o ensino fundamental com qualidade e prosseguir os estudos no ensino médio, completando uma Educação Básica que efetivamente os habilite para uma inserção digna na sociedade em suas dimensões social, política, cultural e do mundo do trabalho, assim como para o prosseguimento de estudos no nível superior (BRASIL, 2007b).

Nesse contexto, a integração da formação inicial e continuada de trabalhadores com o ensino fundamental na modalidade EJA é uma opção que tem possibilidade real de conferir maior significado a essa formação, pois tem o poder de incidir diretamente na melhoria da qualificação profissional dos sujeitos aos quais se destina. Não se trata, de maneira alguma, de subsumir o conteúdo propedêutico do ensino fundamental a uma preparação para o mundo do trabalho, mas sim de garantir a totalidade do primeiro integrando-o à segunda (BRASIL, 2007b).

Observa-se também que a EJA não segue alguns princípios norteadores do Regimento e PPP padrão da Secretaria de Educação. Exemplo disso é que, apesar de estar proposto o trabalho para as etapas finais por área de conhecimento, no PPP das duas escolas a matriz curricular é organizada por disciplina, indo de encontro ao Regimento Padrão, ficando claro que a organização pedagógica não propõe uma formação integral do educando, preparando-o somente para a conclusão do ensino fundamental.

Outro fator relevante percebido nos documentos analisados, é que as escolas não oferecem experiências e atividades que incluam as tecnologias, ou seja, não fazendo uso da estrutura que possuem, e muito menos valorizando as aprendizagens adquiridas no período pandêmico. As mesmas não incluem a modalidade de ensino nos projetos que a escola desenvolve, bem como não apresentam atividades interdisciplinares.

Esses fatores são fundamentais para que a rede municipal de ensino possa inferir com uma proposta pedagógica alicerçada na politecnia, na qual os alunos terão possibilidades de alcançar suas metas, enriquecendo-se culturalmente, socialmente, historicamente, e tendo a possibilidade de compreender o mundo de forma diferente da anterior à sua formação.

## **6.2 ANÁLISE DOS DADOS – QUESTIONÁRIOS E CÍRCULO DE CULTURA**

Para a realização da análise de dados, foram aplicados questionários a trinta discentes das etapas V e VI da EJA das escolas municipais Farroupilha e Dom Diogo de Souza, sendo quinze de cada. Vinte e nove discentes responderam às perguntas. Além dos questionários, foram realizados Círculos de cultura, sendo três encontros em cada escola, organizados com a utilização de vídeos, dinâmicas e reflexões.

A proposta de Círculos de Cultura foi realizada também com dez docentes da EJA, um coordenador e dois membros da equipe diretiva de cada escola, em dois encontros com dinâmicas de vídeo, diálogos e reflexões, nos quais responderam ao questionário através do *google drive*.

Foram entrevistados via *meet*, dois professores do IFRS - Campus Viamão, que trabalham no curso FIC de Agente de Cooperativismo nas escolas Dom Diogo e Farroupilha nas turmas da EJA.

**Quadro 2** - Representação das ações da pesquisa com o número de participantes.

PARTICIPANTES	QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO	QUESTIONÁRIO	CÍRCULO DE CULTURA	ENTREVISTA
Alunos da Escola Municipal. Dom Diogo		14 alunos responderam	03 encontros	
Alunos da Escola Municipal. Farroupilha		15 alunos responderam	03 encontros	
Professores e equipe diretiva das Escolas Municipais Dom Diogo e Farroupilha	13 professores responderam	-	02 encontros	
Professores do Curso FIC				02 professores entrevistados

**Fonte:** Elaborado pela autora.

### 6.2.1 Análise do questionário aplicado aos discentes

O questionário foi aplicado nas duas escolas em horários e dias diferentes. Dos 30 discentes convidados, 29 compareceram e responderam, sendo 15 alunos da EMEF Farroupilha e 14 alunos da EMEF Dom Diogo.

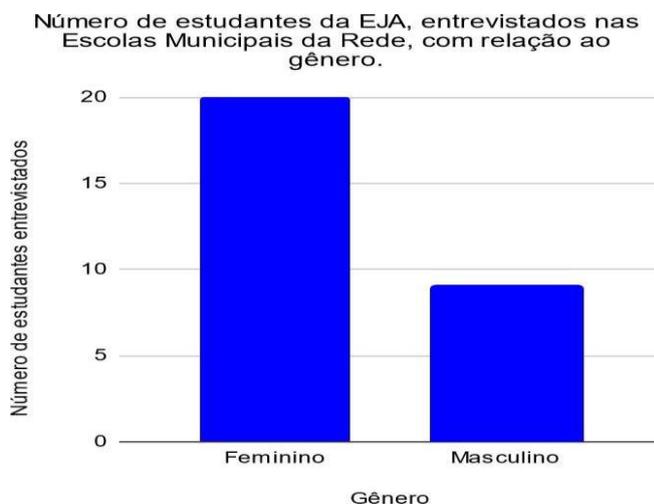
Tendo em vista que a atividade foi realizada nas duas escolas em dias alternados, a pesquisadora e os respectivos diretor e diretora das instituições, receberam os alunos em uma sala preparada para o encontro com as mesas e cadeiras posicionadas em forma de “U”. A pesquisadora se apresentou como professora da rede e como aluna do IFRS - Campus Porto Alegre. Quando comentado o fato de a pesquisadora, no momento, estar Secretária de Educação,

isso não fez diferença aos discentes, que comentaram que já a conheciam por ser professora que trabalha na Secretaria de Educação. Explicou-se o objetivo da pesquisa e o quanto a participação dos mesmos, era importante na busca dos elementos necessários para se criar uma política educacional para a EJA na Rede de Ensino de Viamão. Foi solicitado que respondessem todas as perguntas do questionário, após todos terem assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foi informado o cronograma dos posteriores encontros para os Círculos de Cultura.

As primeiras perguntas do questionário foram relacionadas à idade e ao gênero dos alunos. Considerando as últimas informações do Censo da Educação Básica, de 2020, verifica-se que no Brasil a “EJA é composta, predominantemente, por alunos com menos de 30 anos, que representam 61,3% das matrículas” (BRASIL, 2021). Além disso, nessa faixa de idade, os alunos do sexo masculino são maioria, representando 56,8%. Porém, constata-se que as matrículas de estudantes acima de 30 anos são majoritariamente compostas pelo sexo feminino, representando 59,0%.

Na análise do questionário aplicado aos 29 alunos, foi encontrada uma diferença significativa entre o número de indivíduos do gênero feminino e masculino, sendo que o público feminino foi bem superior na participação da pesquisa conforme observamos no **Gráfico 2**.

**Gráfico 2** - Alunos entrevistados por gênero.

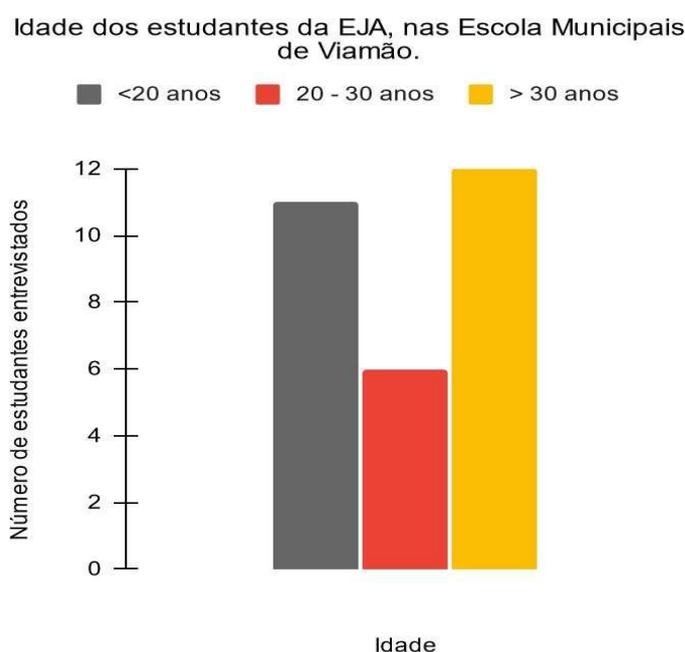


**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

Em relação à idade do grupo participante, verifica-se um número bem significativo de alunos com menos de 20 anos, que na sua grande maioria evadiram do diurno.

Os dados mostram que, de um total de 29 alunos, 11 têm menos de 20 anos, seis têm entre 20 e 30 anos e 12 alunos têm mais de 30 anos (**Gráfico 3**).

**Gráfico 3** - Alunos entrevistados por faixa etária.



**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

Tais dados corroboram com o que afirma Maria Clara Di Pierro (2015) pesquisadora das políticas públicas de EJA no Brasil e na América Latina, de que o insucesso no ensino formal está levando os alunos a acelerarem os estudos na educação de jovens e adultos, ainda carente de recursos e políticas. Quando a autora trata do perfil do alunado da EJA, relata que mesmo sendo minoria, ainda existem os analfabetos absolutos, aqueles que nunca foram à escola. A maior parte dos alunos passou pela escola; algumas vezes uma passagem breve, outras passagens maiores, mas mal sucedidas, com poucas aprendizagens relevantes.

A EJA foi ficando cada vez mais juvenil. No passado, quando havia um contingente alto de população da zona rural chegando às cidades, essa modalidade teve a função de proporcionar o acesso à educação aos que nunca tiveram. Nos últimos 30 anos, prevaleceu a função de aceleração de estudos para jovens com defasagem na relação idade/série. Temos hoje, na EJA, uma população que foi fruto de processos de exclusão escolar: repetição, evasão, ingresso precoce no mundo do trabalho. (DI PIERRO; VIEIRA, 2009, p.108)

O **Gráfico 4**, que representa as atividades desenvolvidas pelos alunos, vem ao encontro do que consta acima em relação ao público jovem que predomina atualmente nessa modalidade de ensino, ou seja, sessenta e sete por cento não estão inseridos no mercado de trabalho.

A profissão mais acentuada é a de diarista, com 11%, sendo todas mulheres; 7% trabalham na construção civil; os demais trabalham como vendedores, motoristas, restauradores e atendentes, estando cada categoria representada por 4% dos alunos.

**Gráfico 4** - Atividades desenvolvidas pelos estudantes entrevistados.

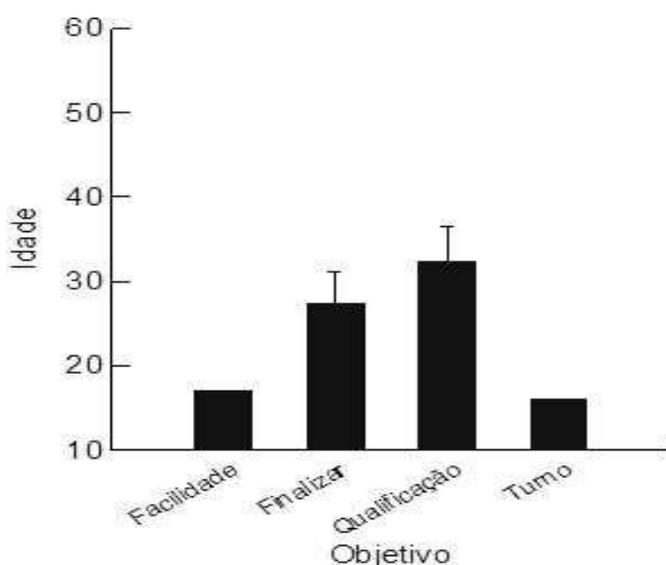


**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

Quando se analisa os objetivos dos alunos que estão frequentando a EJA e as dificuldades encontradas por eles, levando em consideração sua idade, não se

encontra uma diferença significativa, pois percebe-se que a maioria busca qualificação ou finalizar os estudos (**Gráfico 5**).

**Gráfico 5** - Relação entre a idade dos alunos entrevistados e seus objetivos na EJA.

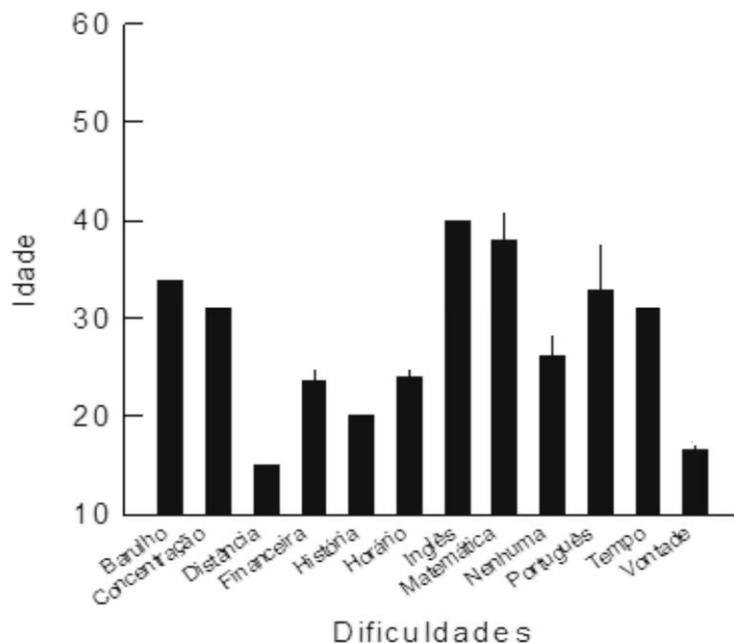


**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

Com relação aos conteúdos, as principais dificuldades encontram-se nas disciplinas de Inglês, Matemática e Português. Os alunos com mais de 40 anos gostariam de mais horas de Matemática, pois na análise dos gráficos do questionário (Gráfico 6) verifica-se que a disciplina é a segunda mais citada pelos discentes.

O barulho na sala de aula e a falta de colaboração dos colegas mais jovens foram dificuldades apresentadas pelos alunos com mais de 30 anos. Devido à dificuldade de concentração, o barulho muitas vezes traz maiores dificuldades de aprendizagem e de compreensão da matéria. Verifica-se que aqueles com idade inferior a 30 anos têm como rotina auxiliar os filhos e irmãos nos estudos e esses têm pretensão de dar continuidade aos estudos, concluindo o Ensino Médio.

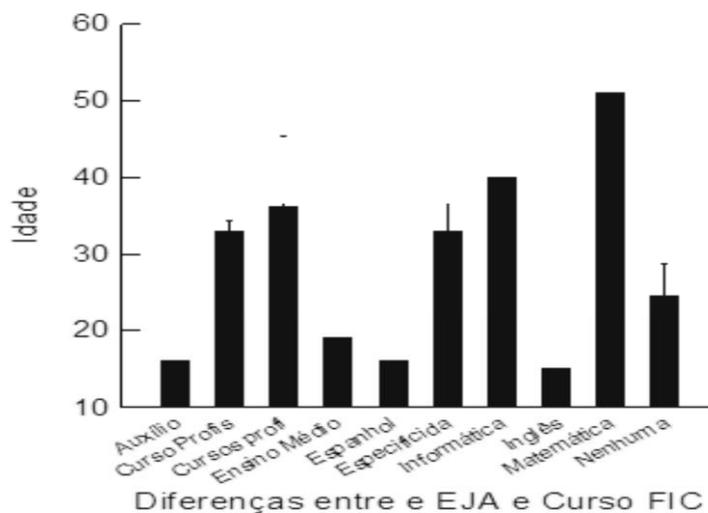
**Gráfico 6** - Maiores dificuldades elencadas pelos alunos entrevistados por faixa etária.



**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

A maioria dos alunos com idade entre 30 e 35 anos percebe que o curso FIC profissionaliza mais e tem maior especificidade. Apenas os mais jovens sugerem mais línguas estrangeiras nas modalidades de ensino e alunos entre 20 e 30 anos não observam diferença entre o EJA e o curso FIC.

**Gráfico 7** - Relações estabelecidas entre a EJA e o curso FIC.



**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

Arroyo (2008, p. 22), menciona que os sujeitos que compõem a EJA são “Jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico-racial, do campo e da periferia”. A escola precisa ser um espaço de reflexões, acessível ao conhecimento, respeitando as diversidades e oferecendo atividades variadas e diversificadas para o desempenho individual, de acordo com a capacidade de cada um.

Conforme o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (BRASIL, 2000, p. 9), estudantes da EJA possuem um perfil caracterizado por: “adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com escolaridade defasada. Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar”. Os resultados da pesquisa mostram a diversidade de dificuldades que os alunos observam para que possam concluir seus estudos, mas a perspectiva do primeiro emprego ou de crescimento no emprego atual é unânime entre os discentes.

### **6.2.2 Círculos de Cultura com os discentes**

Para Paulo Freire, a educação está sempre a serviço de uma classe. Ele problematiza as formas impostas do educar, questionando se realmente educam e se essa educação pode vir a ser mera ferramenta que domina os sujeitos, sendo apenas transmissora de conhecimentos que perpetuam as práticas bancárias da educação.

Quando aplicada a metodologia do Círculo de Cultura, há uma proposta de libertação dos sujeitos, proporcionando um olhar diferenciado do mundo, tanto daquele que tem o domínio da leitura e da escrita, mas também do que domina as ações sociais em seu entorno. Essa libertação não fica restrita somente ao educando, mas também é estendida ao educador, coordenador dos debates. Não há, efetivamente, um protagonista, todos participam na construção do conhecimento. A percepção de Paulo Freire (1991) que através da utilização do Círculo de Cultura, se tem uma visão do mundo real, a partir das diversas realidades sociais dos seus participantes.

Não se trata apenas de aprender a ler e escrever uma língua, como nos programas tradicionais de alfabetização de adultos, mas a de aprender a ler o seu próprio mundo através de sua própria cultura (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016, p. 98).

Sistematizados por Freire (1991), os Círculos de Cultura estão fundamentados em uma proposta pedagógica de caráter radicalmente democrático e libertador, que propõe uma aprendizagem integral, a qual rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto. Para o autor, essa concepção promove a horizontalidade na relação educador-educando e a valorização das culturas locais e da oralidade, contrapondo-se em seu caráter humanístico à visão elitista de educação.

Freire (1991) fala de educação como conscientização, ela deve ser uma reflexão sobre a realidade, trazendo sempre para as discussões os temas prioritários do grupo, instigando o debate e dando significado pelo conhecimento adquirido, pelas práticas vivenciadas, desta forma trazendo significado para as aprendizagens.

Nessa perspectiva de participação e reflexão dos discentes, foram realizados três Círculos de Cultura na escola Dom Diogo de Souza e três na escola Farroupilha, com duração de uma hora e meia, aproximadamente, com cerca de quinze alunos das etapas V e VI em cada uma.

No primeiro Círculo de Cultura, os discentes foram recebidos e se sentaram, como o nome já diz, em círculo, sendo que a sala já estava preparada para atendê-los. A pesquisadora mais uma vez se apresentou e falou da proposta da pesquisa e da importância da participação de todos. De forma aleatória, cada estudante se apresentou, dizendo seu nome, idade e etapa que cursava. Depois da apresentação de todos os participantes, a pesquisadora explicou a proposta do Círculo de Cultura.

Após esse primeiro momento, iniciaram-se as atividades com a apresentação do documentário “Fora de série”<sup>6</sup> um filme dentro de uma pesquisa ou vice-versa. Produzido pelo Observatório Jovem do Rio de Janeiro, com direção de Paulo Carrano, é um filme de pesquisa com estudantes do ensino médio da EJA de treze escolas públicas do Rio de Janeiro, no qual os jovens narram seus percursos de vida e contam histórias sobre seus relacionamentos com as escolas. Os relatos

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.filmeforadeserie.com/acesso-ao-filme>

apresentam desafios que envolvem o processo da formação escolar e revelam os suportes e apoios encontrados dentro e fora da escola para concluir o ensino médio. Durante o documentário, os alunos entrevistados responderam duas perguntas: O que te puxa para dentro da escola? O que te puxa para fora da escola?

Depois de assistirem ao filme, os discentes fizeram uma reflexão sobre suas experiências escolares, e muitos se identificaram com os relatos do documentário, conforme se nota nos comentários transcritos:

Quando eu tinha treze anos, meu padrasto me disse que estava velha demais para estudar, que eu precisava ajudar minha mãe com os meus irmãos, chorei muito... e nunca mais voltei para a escola. (aluna de 41 anos da Etapa VI da Escola Farroupilha)

Eu sempre gostei de estudar, mas sempre fui muito rebelde, os professores não me entendiam, acabava vindo até a porta da escola e indo para outros lugares. (aluna de 18 anos da Etapa VII da Escola Farroupilha)

Eu tenho 20 anos e dois filhos, fiquei grávida muito cedo e parei de estudar, agora quero terminar meus estudos para dar um futuro melhor aos meus filhos. (Aluna de 20 anos da etapa VI da Escola Farroupilha).

Em um segundo momento, foi solicitado aos participantes que respondessem às mesmas perguntas do documentário. As respostas foram escritas, mas a pesquisadora solicitou a colaboração dos que se sentiam confortáveis para comentarem sobre o que responderam em relação aos fatores que os puxavam para dentro da escola.

Entre as declarações dos alunos sobre seus objetivos com relação à escola, destaca-se: a vontade de terminar os estudos de forma mais rápida; de estar preparado e ter condições de arrumar um emprego melhor ou, para alguns, de terem o primeiro emprego; a perspectiva de continuar os estudos fazendo um curso técnico ou ensino médio. Importa salientar que eles se mostraram convictos que essa continuidade lhes trará a oportunidade de terem uma vida melhor e poderem dar mais conforto aos filhos.

Nas suas falas, os alunos percebem a proposta da EJA como uma grande oportunidade para concluírem os estudos básicos e assim alcançarem o que desejam para suas vidas. Apesar dos diferentes desejos, todos estão ligados à conclusão dos estudos, pois acreditam que a EJA é de suma importância para que possam atingir esse objetivo.

Na sequência, passou-se para a segunda pergunta: O que te puxa para fora da escola? Entre as respostas apresentadas como dificuldades estão: ter que trabalhar; os compromissos com a casa e os filhos; o cansaço e desânimo; a distância da casa até a escola; as dificuldades financeiras; as dificuldades de aprender principalmente os conteúdos da disciplina de Matemática (apesar de, conforme o **Gráfico 6**, no questionário, a disciplina de Inglês ter sido mais pontuada pelos alunos, nesse momento, verbalmente, relataram mais a dificuldade com a disciplina exata) e a falta de maturidade por não ter aproveitado o tempo certo para a conclusão dos estudos.

Ao apresentarem essas dificuldades, os alunos iniciaram naturalmente uma conversa sobre o que os motivou a retornar aos estudos. A maioria falou de seus sonhos: um emprego melhor, cursar uma faculdade, ter uma profissão importante, passar em um concurso, poder ajudar os filhos nas tarefas escolares. Da mesma forma que a necessidade econômica fez com que muitos deixassem os estudos para trabalhar, agora querem voltar a estudar para ter melhor qualidade de vida, pois alegam que, sem a conclusão do ensino fundamental, só conseguiram trabalhos informais ou com baixos salários e pouca valorização. Acreditam que com mais estudo podem conseguir melhores oportunidades.

Uma semana após o primeiro Círculo de Cultura, realizou-se outro em cada uma das escolas. Após a recepção e uma conversa informal que retomou o que aconteceu na semana anterior, os alunos foram convidados a sentar em pequenos grupos e lhes foi apresentada uma proposta para discussão: De que forma a escola poderia lhes oferecer mais qualidade nos seus estudos?

Transcorrido o tempo estabelecido para o debate, os grupos foram convidados a apresentar as suas sugestões. A cada uma que falaram, os alunos comentavam sobre sua importância e porque traria mais qualidade ao ensino ofertado. Foram citadas:

- Aulas de informática e aulas na sala de mídias da escola. Na sua maioria, os discentes relatam que têm o domínio das redes sociais, mas que não sabem utilizar as ferramentas *excel* e *word* no computador. Os alunos identificam o domínio do computador como uma ferramenta essencial na qualificação

profissional. “Queria aprender a fazer meu currículo no computador” (aluna de 40 anos da VI etapa da escola Dom Diogo);

- Aulas de reforço, principalmente na disciplina de Matemática, para aqueles com maiores dificuldades na disciplina. Relembrando o questionário respondido pelos alunos, verifica-se que a disciplina de Matemática foi uma das dificuldades mais citadas pelos mesmos. “Para nós que somos mais velhos, o barulho na sala de aula dificulta a concentração, seria bom ter um momento sozinho com o professor para aprender melhor” (aluna de 51 anos da etapa VI da escola Farroupilha);
- Um espaço na escola, onde os seus filhos pudessem ser atendidos, enquanto elas estudam. Essa proposta foi unânime entre as mães com filhos menores, pois, segundo elas, é a dificuldade maior para seguir os estudos, porque muitas vezes não há quem possa cuidar das crianças;
- Mais atividades em pequenos grupos e grupos de leitura. Esse relato foi feito principalmente pelos alunos com mais idade, que se sentem mais seguros nos trabalhos em grupos, porque um pode auxiliar o outro;
- Transporte gratuito para os alunos da EJA. As dificuldades financeiras e o gasto com a passagem dificultam muito a permanência na escola, conforme também foi citado no questionário realizado pelos discentes.

Na segunda etapa do Círculo de Cultura, foi perguntado aos discentes de que forma eles acreditam que a escola poderia contribuir para que tivessem mais oportunidades no mundo do trabalho, independente da profissão ou do emprego.

As sugestões apresentadas pelos discentes foram de cursos que eles entendem que os qualificariam para o primeiro emprego ou na busca de um emprego melhor: cursos profissionalizantes, de informática, inglês e espanhol, que desenvolvam técnicas que preparem para entrevistas (ensinar a fazer currículo e usar *e-mail*) e de outros cursos como o FIC.

Uma semana depois, realizou-se o terceiro e último Círculo de Cultura nas duas escolas. Inicialmente, retomamos o que foi desenvolvido nos encontros anteriores como forma de fazer com que os discentes estivessem mais à vontade para que pudessem trazer sugestões para que a escola se transformasse em um lugar ainda melhor do que ela já é para eles.

De um modo geral, todos os alunos declararam gostar muito do ambiente escolar, principalmente as mulheres com mais idade, pois se sentem acolhidas e gostam das amizades conquistadas. Nesse dia, a dinâmica foi de escutar as propostas que eles teriam para que a escola pudesse ofertar aquilo que eles mais precisam. Um dos fatores que perturba o aprendizado de muitos é a falta de interesse de alguns colegas, principalmente entre os mais novos, sendo que, por vezes, atrapalham o andamento das aulas (reforçando aqui as dificuldades apresentadas no questionário em relação ao barulho da sala de aula). Acreditam também que alguns professores não têm um perfil adequado para trabalhar com essa modalidade de ensino, pois lhes falta empatia para compreender suas dificuldades e algumas situações que estão enfrentando e interferem no rendimento na sala de aula. “O professor, muitas vezes, não se preocupa como estamos, só se preocupa em dar matéria, falta empatia com os alunos” (aluna de 18 anos da escola Farroupilha).

Os discentes novamente se referiram à questão de que seria muito importante terem reforço na disciplina de Matemática e também um atendimento especializado para as pessoas com deficiência. Além disso, consideram importante um atendimento socioafetivo aos alunos, como as oficinas do Gabinete Integrado de Cuidado com as Pessoas (GIP) que as escolas ofertam no diurno.

O GIP é uma política pública implementada em nove escolas-polo no ano de 2021, pós período pandêmico, para que as crianças e suas famílias pudessem, dentro da escola, ter um atendimento mais especializado em relação as suas dificuldades de socialização, de insegurança, com o objetivo da retomada da vida. Os especialistas que atendem nesse gabinete são psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais e pedagogos. O GIP contempla cinco secretarias do governo municipal que fez um planejamento de forma integrada, visando ao cuidado com as pessoas: da Educação (âncora da política pública), da Saúde, da Assistência Social, do Esporte e da Cultura. Esse trabalho vem sendo reconhecido no município e no Estado do Rio Grande do Sul. O GIP de Viamão, no ano de 2022, foi premiado no 32º Congresso promovido pelo Conselho de Secretarias Municipais de Saúde - COSEMS/RS, na mostra de experiências, intitulada: Mostra Teu SUS. Além da premiação como experiência exitosa de política pública integrada, o GIP, foi

classificado para participar e apresentar em Minas Gerais, no Congresso Nacional das Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS.

Os alunos também sugeriram material didático para contribuir com a aprendizagem, a fim de não precisarem dedicar a maior parte do tempo das aulas fazendo cópias do quadro. Comentaram que gostam muito quando os professores trabalham com projetos. Fica nítido ao se ouvir os relatos que os discentes consideram que a escola precisa ter um olhar diferenciado e cuidar mais do aluno que frequenta a EJA.

Fazendo uma análise dos dados levantados nos Círculos de Cultura, as dificuldades cotidianas apresentadas pelos discentes são fatores que dificultam sua permanência na EJA e interferem na aprendizagem. Entre os elementos impedidores para o prosseguimento dos estudos iniciados ou retomados na EJA, estão diversos fatores como a distância da escola, a necessidade de trabalhar e a responsabilidade de sustentar e educar os membros de sua família.

Problemas escolares internos, como a falta de habilidade do professor, a falta de estímulos para a motivação do aluno, a defasagem de aprendizagem e o nível de exigência, servem muitas vezes como um impedimento para a concretização do aprendizado. Na EJA, em especial, um dos fatores também está relacionado ao currículo, pois “a educação oferecida a esses sujeitos está referenciada no currículo elaborado para crianças e adolescentes, o que contraria a sua especificidade estabelecida nas leis que regem a Educação de Jovens e Adultos” (SOGLIA; SANTOS, 2010, p. 5).

Nessa modalidade de ensino, as intervenções adequadas às práticas pedagógicas e metodológicas são um dos maiores desafios, exigindo adequações por parte do professor, já que os jovens e adultos da EJA podem trazer consigo dificuldades de aprender pela idade diferenciada, diversidade de saberes e culturas ou, talvez a maior, a exclusão já vivenciada. Percebemos essas dificuldades nos Círculos de Cultura quando os discentes deixam bem evidente por vários momentos a dificuldade com a disciplina de Matemática.

Frigotto, Ciavata e Ramos (2005) dizem que o currículo integrado viabiliza um aprendizado mais coerente e eficaz, sendo um instrumento capaz de auxiliar educandos e educadores na identificação das contradições existentes no sistema

econômico e social. Resta perceptível na análise dos dados que, até o momento, o currículo integrado não faz parte da proposta pedagógica trabalhada no município de Viamão.

Santos (2005) aponta que os projetos pedagógicos para turmas da EJA precisam contemplar o multiculturalismo sem esquecer-se de valorizar e reconhecer a complementaridade entre os saberes acadêmicos e os informais (ligados ao contexto sociocultural do educando). A experiência de vida dos discentes e as diferenças entre as formas de conhecimento exigem que o professor seja flexível ao ensinar, pois ensinar não é transferir conhecimento, mas criar a possibilidade para a própria produção ou construção. “Quando entro em uma sala de aula devo ser um ser aberto a indagações; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimentos” (FREIRE, 1996, p. 47).

### **6.2.3 Análise dos questionários aplicados aos docentes**

Na busca de conhecer o perfil do professor da EJA de Viamão e poder entender mais a proposta ofertada para a Educação de Jovens e Adultos, bem como as dificuldades encontradas para o atendimento desse público, foi realizado um questionário via *Google forms* e dois círculos de cultura com dez professores das escolas Dom Diogo e Farroupilha e dois professores da equipe diretiva de cada escola.

Com a aplicação do questionário aos docentes, verificamos que a maior porcentagem de profissionais atua lecionando matemática (23%). O restante se distribui de forma homogênea entre os professores das demais disciplinas (média de 15%) e os membros das equipes diretivas e da coordenação pedagógica (8%), conforme se observa no **Gráfico 8**:

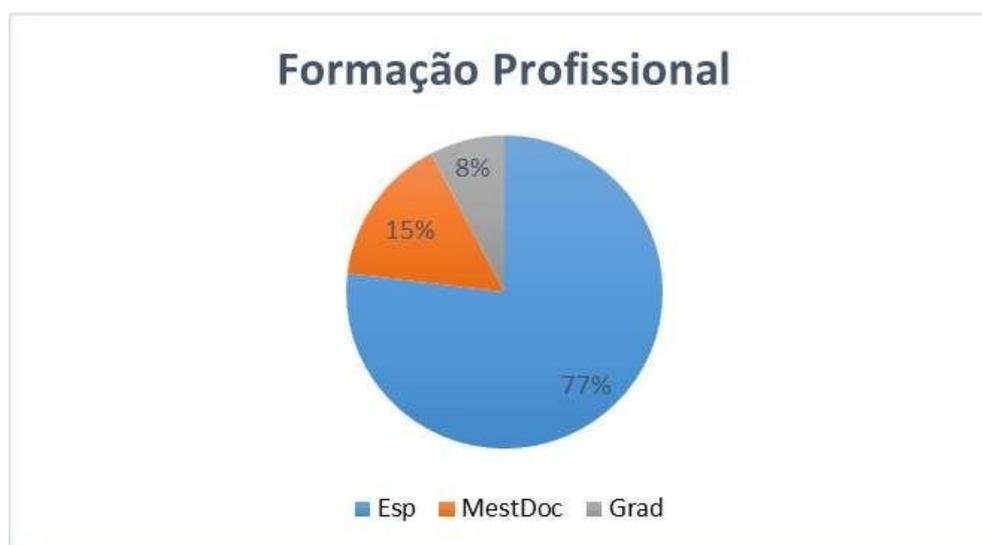
**Gráfico 8** - Áreas de atuação dos professores entrevistados, sendo Cie: Ciências; Siniciais: Séries Iniciais; Mat: Matemática; Hist: História; Dir: Direção; Ped: Coordenação Pedagógica e Port:



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Com relação à formação dos professores, verifica-se que 77% apresenta especialização em alguma área, 15% apresenta mestrado ou doutorado e apenas 8% possui somente a graduação (**Gráfico 9**).

**Gráfico 9** - Formação dos professores entrevistados, sendo Esp: Especialização; Mest/Doc: Mestrado ou Doutorado e Grad: Graduação.



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Direcionando a análise para a formação específica para EJA, observa-se que apenas 8% apresentam essa competência (**Gráfico 10**).

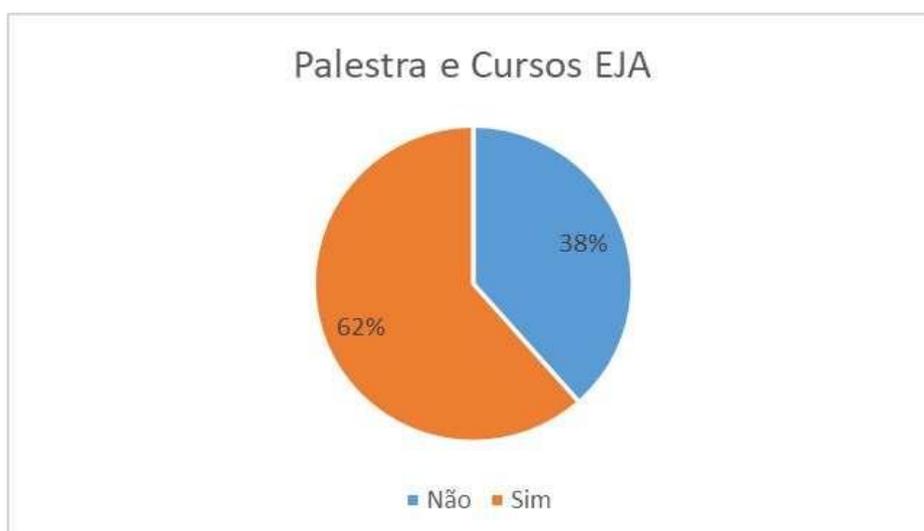
**Gráfico 10** - Professores entrevistados com formação específica em EJA.



**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

Ampliando a análise de formação específica para EJA, quando se inclui a formação através de palestras e cursos, verifica-se que 62% dos professores procuram realizar formações para essa modalidade de ensino, além das que são propostas pela Secretaria de Educação.

**Gráfico 11** - Professores entrevistados que participam de cursos e palestras sobre a EJA.



**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

A minoria dos professores possui mais de dez anos de prática docente com essa modalidade de ensino, sendo que mais da metade dos professores tem pouco tempo de experiência, fortalecendo aqui a necessidade de formar um grupo qualificado e com perfil para atuar com o público dos jovens e adultos.

**Gráfico 12** - Tempo de atuação dos professores entrevistados na EJA, sendo 1\_5: entre 1 e 5 anos; 5\_10: entre 5 e 10 anos e 10 ou mais.



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Dentre as maiores dificuldades mencionadas pelos docentes na modalidade EJA, foi citada, com 46%, a falta de um currículo próprio, seguida pela evasão e o desinteresse dos alunos (**Gráfico 13**).

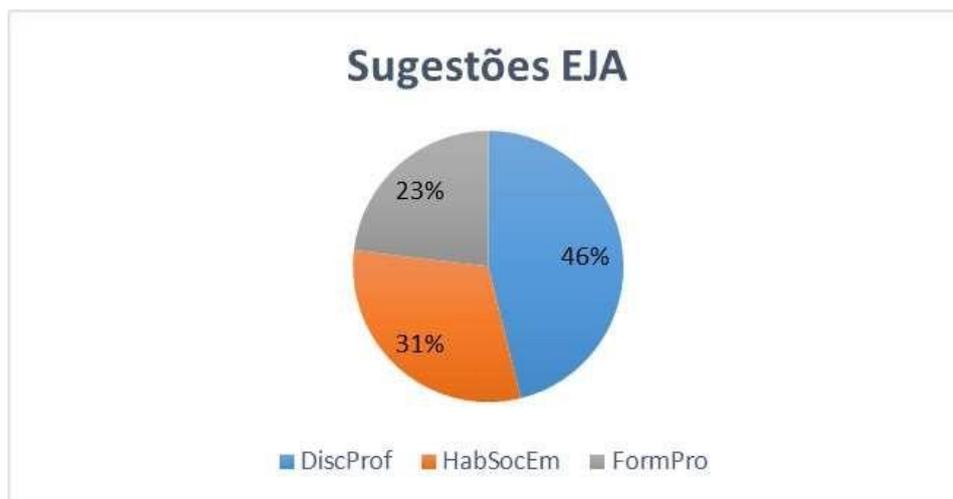
**Gráfico 13** - Dificuldades encontradas pelos professores entrevistados na EJA, sendo CurProp: falta de currículo próprio; Evasão e Interesse discente.



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como sugestão para as dificuldades encontradas, os docentes trazem a oferta de disciplinas profissionalizantes, o trabalho das habilidades socioemocionais dos discentes e a formação de professores (**Gráfico 14**).

**Gráfico 14** - Gráfico das sugestões docentes, sendo DiscProf: oferta de disciplinas profissionalizantes; HabSocEm: trabalhar as habilidades sócioemocionais dos discentes e FormPro: formação para os professores.



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

#### 6.2.4. Círculo de Cultura com os docentes

No dia primeiro de agosto de 2022, a pesquisadora reuniu-se com os treze professores que responderam ao questionário para o primeiro Círculo de Cultura (nove professores de sala de aula e quatro professores das equipes diretivas). Após a recepção, retomou-se a proposta da pesquisa e as etapas que já foram realizadas. É importante deixar registrado que a pesquisadora foi diretora da escola Farroupilha durante quatro anos e, sendo assim, já possui um vínculo direto com alguns professores. Além disso, enquanto Secretária de Educação, participa frequentemente das formações continuadas oferecidas para os professores da EJA, mantendo sempre um bom relacionamento com todos, por ser professora concursada do município. Em um segundo momento, os professores se apresentaram, dizendo nome, escolas e disciplinas que lecionam.

Na sequência, a pesquisadora apresentou o documentário “Fora de Série”, o mesmo que assistido pelos discentes. Ao término, de forma espontânea, os professores de ambas escolas começaram a fazer comparações entre os participantes do documentário e os alunos que atualmente frequentam a EJA.

Segundo o professor de Matemática da escola Farroupilha “Acredito que a falta de interesse e de continuidade nos estudos, é de que pós período pandêmico muito tiveram a necessidade de trabalhar, para auxiliar no sustento da família”. A professora de Português da Escola Dom Diogo que já trabalha com EJA, há mais de 05 anos, acredita que “a faixa etária do nosso público está cada vez mais jovem, eles demonstram não ter interesse na conclusão dos estudos, até porque a maioria já evadiu do diurno”.

Após a explanação dos docentes, a pesquisadora leu rapidamente as respostas dos discentes às perguntas sobre o que os puxava para dentro e para fora da escola. A perspectiva de conclusão do ensino fundamental de forma mais rápida e a possibilidade de melhorias de emprego foi o que os docentes concluíram estar mais ao encontro das necessidades dos seus alunos.

Pelo grupo de docentes ter uma maior representatividade da disciplina de Matemática, os mesmos foram surpreendidos pelas respostas dos alunos em relação às dificuldades com a disciplina. Apesar de ouvirem as colocações dos alunos, de forma geral, colocaram a falta de maturidade do público jovem que atualmente frequenta a EJA, Segundo a professora de História da Escola Farroupilha “o problema de termos um público muito jovem, é que eles atrapalham os que querem realmente estudar”.

Fernández (2001) relata que o principal personagem do contexto escolar que pode fazer a diferença é o próprio professor, através da busca de novas metodologias, aperfeiçoando seus conhecimentos, inovando as dinâmicas em sala de aula e principalmente incentivando a participação dos alunos dentro do processo do aprender.

No dia oito de agosto, realizamos com os mesmos professores o segundo Círculo de Cultura. Após a recepção e a retomada do último círculo, os professores foram separados em pequenos grupos para discutir possibilidades de como poderiam qualificar o currículo da EJA e quais seriam as prioridades desse currículo.

Após as discussões, os participantes dos grupos apresentaram as possibilidades de qualificação, explanando suas vivências e se posicionando diante das propostas apresentadas. Cita-se as principais sugestões:

- Implementação de um material didático específico para a modalidade de ensino. Os professores consideram importante, devido ao grande número de faltas dos discentes, colaborar dessa forma para que os mesmos pudessem ter o material para estudarem em casa;
- Organizar a estrutura da escola em salas de aulas temáticas, o que, segundo os docentes, oportunizaria espaços adequados para a aprendizagem das disciplinas, pois os materiais estariam à disposição dos alunos. Cabe lembrar que uma das solicitações dos discentes foi o uso do laboratório de informática e da sala de mídias; dois ambientes que as escolas possuem e que, conforme eles, pouco são usados pelos professores;
- Atividades de integração entre os alunos, trabalhando projetos interdisciplinares e com a participação de todos da escola. Importante salientar que, na análise do PPP das duas escolas, foi observado que, no diurno, cada escola trabalha o Projeto Identidade e, no documento, nenhuma das duas escolas faz referência a essa proposta de projeto na EJA. O Projeto Identidade nas escolas da Rede Municipal de Viamão tem como objetivo a valorização das características mais expressivas da comunidade na qual está inserida, pois a escola também pode ser o motivo pelo qual essas características estão presentes naquele meio, tendo em vista que a educação impulsiona cultura, arte, esporte, entre outros. Pedagogicamente, o Projeto Identidade fomenta práticas educativas interligadas entre todas as turmas, integra e unifica projetos e atividades, fortalecendo a aprendizagem, motivando alunos e professores tornando significativo o processo educativo e de socialização entre os pares. Na proposta do Projeto Identidade, a participação da comunidade escolar é indispensável, do planejamento do projeto ou aos momentos de culminância, para que cada vez mais a escola e a comunidade trabalhem juntas, valorizando o meio em que vivem;
- Sala de Recursos para atendimento dos alunos com deficiência. Os docentes relatam que têm muitas dificuldades em trabalhar com esse público e acreditam que não têm condições de atender às dificuldades desses alunos em

sala de aula. De acordo com as *Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica* (RES CNE/CEB 04-2010), o respeito aos educandos e aos seus tempos mentais, socioemocionais, culturais e de identidade é um princípio orientador de toda ação educativa, sendo responsabilidade dos sistemas de ensino a criação de condições para que crianças, adolescentes, jovens e adultos, com sua diversidade, tenham a oportunidade de receber a formação que corresponda à idade própria de percurso escolar;

- Importância da escola ofertar duas refeições aos alunos, um café da tarde ao chegarem na escola e o jantar antes de irem para casa, considerando que muitos não se alimentam de forma adequada ou vêm direto do trabalho sem se alimentar;
- Associar cursos de formação humana e profissional aos conteúdos escolares fazendo essa relação entre o aluno e o mercado de trabalho.

Tendo em vista o que relataram e sugeriram, conclui-se que o docente da EJA de Viamão precisa compreender que o trabalho é atividade essencialmente humana, sendo uma das dimensões a ser desenvolvida na educação escolar. Não se trata, porém, de uma educação unilateral, preocupada apenas com a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho e a transmissão dos valores que legitimem o capitalismo, mas a formação que pressupõe o “trabalho como princípio educativo” (GRAMSCI, 2017), por entender que o trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social; atividade pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento e se aperfeiçoa.

Em oposição à concepção da educação escolar capitalista, Marx (1978) defendia uma educação voltada para a formação de homens completos, que trabalham “não só com as mãos, mas com o cérebro, e que consciente do processo que desenvolve, domina-o e não é por ele dominado” (MANACORDA, 1991, p. 95). Marx combateu a unilateralidade reproduzida pela educação liberal, concebendo, em contrapartida, a educação omnilateral, que rompia com a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, possibilitando o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, uma vez que seu conteúdo e método fundamenta-se na união entre ciência, trabalho e ensino tecnológico, incluindo a teoria e a prática.

Encerrando a participação dos docentes, a última sugestão foi a de introduzir no currículo o trabalho com um Projeto de Vida, que abrangesse temas importantes para a formação individual e em grupo.

#### **6.2.5 Entrevistas com os docentes do Curso FIC do IFRS *Campus* Viamão**

A primeira entrevistada foi a professora A (identificação criada pela autora), Licenciada em Letras, Bacharel em Administração, Mestre e Doutora em Administração e que trabalha no IFRS desde 2014. Professora A iniciou o curso FIC, este ano, em duas disciplinas.

A professora foi questionada sobre o que ela pensa ser o principal objetivo do curso FIC. A mesma argumenta que o curso possibilita uma formação profissional aos alunos da EJA. Para ela, a proposta do curso é contribuir para o desenvolvimento do educando de modo a complementar a formação da EJA. Acrescenta ainda, que o curso busca o desenvolvimento integral do educando, mas a sua efetividade depende bastante da participação do mesmo dentro do processo. Discorrendo sobre as dificuldades encontradas, relata que a maior dificuldade é ter o aluno em sala de aula. Assim, considera essencial a maior conscientização sobre a importância da assiduidade no curso.

É comum os alunos faltarem bastante, o que dificulta a sequência da proposta. Quando os alunos são assíduos, eles, de modo geral, participam. A dificuldade está na constância dos alunos. De modo geral, é difícil acompanhar um curso quando há tantas faltas. Percebo que o aluno se sente desmotivado e desinteressado após ter faltado, o que faz com que ele falte novamente. (Professora A do curso FIC)

Na entrevista a professora relata que as discussões que teve oportunidade de realizar durante o desenvolvimento de suas disciplinas, de certo modo, contribuiram para o aluno se relacionar melhor no mundo do trabalho, pois os estudantes do curso FIC já possuem vivências de trabalho. A associação dessas vivências com os conteúdos das disciplinas pode ser muito rica, projetando uma melhor compreensão do educando.

O segundo entrevistado foi o professor B (identificação criada pela autora), coordenador do Curso FIC de Agente de Cooperativismo no IFRS - Campus Viamão, formado em Engenharia Agrônoma com Mestrado e Doutorado na área de Ciências dos Solos, professor há quinze anos no IFRS, doze no curso FIC e com a Educação de Jovens e Adultos. Segundo ele, para um aluno adulto que abandonou seus estudos e volta a estudar, devido a sua rotina familiar e profissional, na maioria das vezes o curso FIC se torna mais interessante, pois oportuniza que leve os conhecimentos adquiridos para o seu ambiente de trabalho, além de ser ofertado em menos tempo e com menor carga horária. Acredita, também, que o curso oportuniza que essa capacitação técnica desenvolva habilidades e competências no aluno e o prepare mais para a conquista de um emprego.

O coordenador foi questionado se o curso de Agente de Cooperativismo prepara de uma forma direcionada ao Cooperativismo? O professor relata que as disciplinas ofertadas desenvolvem o aluno de forma integral, ou seja, os conhecimentos adquiridos podem ser usados em vários momentos da sua vida profissional e pessoal, independente da profissão que seguirem. Exemplo disso, é a disciplina de Gestão ambiental no curso de cooperativismo. O estudante aprende a lidar com as questões ambientais dentro de uma cooperativa, mas também passa a ter um olhar diferenciado em relação ao meio ambiente.

Sobre as dificuldades que os professores do curso relatam ter na EJA das escolas viamonenses, o coordenador B relata que percebe um público mais jovem que ainda não sabe o que procura dentro da escola e muitas vezes atrapalha aqueles mais velhos e mais interessados, que, por sua vez, devido ao grande período fora da escola, encontram dificuldades básicas de leitura, escrita e interpretação. Outra dificuldade encontrada, segundo ele, é o número de faltas, pois alguns acabam se desmotivando por questões pessoais. Dependendo do local da escola, existem fatores externos que impedem, por vezes, o comparecimento dos alunos. Exemplo disso seria um bairro onde fica uma escola em que o tráfego, algumas vezes, determina toque de recolher.

Quanto às sugestões que o professor B considera essencial e que poderiam contribuir com uma política educacional para a EJA, está a implementação de um atendimento diferenciado a determinados alunos, ampliando um atendimento

específico aos que apresentam dificuldades básicas e também ofertar àqueles que têm um potencial e vontade maior acima do que aquilo que é ofertado. São olhares diferenciados a grupos extremos que compõem hoje o público da EJA. Ressalta que: “Eu acredito que poderíamos pensar em uma proposta adaptada, trabalhando com os alunos dentro da mesma etapa com o itinerário formativo normal, mas que seja ofertado, pelo menos uma vez na semana, um reforço no Português e Matemática”.

## **7. PRODUTO EDUCACIONAL - POLÍTICA EDUCACIONAL PARA A OFERTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VIAMÃO.**

O ProfEPT é um programa de pós-graduação - Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, vinculado à área de ensino da CAPES. Por tratar-se de um mestrado profissional, visa não só à produção de conhecimento, como também o desenvolvimento de produtos, objetivando que o egresso seja capaz de desenvolver soluções tecnológicas voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica - EPT, que possam contribuir para a melhoria do ensino (IFES, 2017). A partir das percepções obtidas durante a pesquisa e da análise dos dados, foi desenvolvido o produto educacional, requisito para a obtenção do título de mestre. Este produto é do tipo material textual, que visa contribuir com a implementação de uma política educacional, com base em um currículo politécnico, reformulando a proposta pedagógica da modalidade da EJA do município de Viamão.

Pensando na realidade atual da EJA, bem como nos desafios colocados pelo Plano Nacional de Educação, fica claro que somente uma nova política educacional com propostas capazes de suprir as necessidades dos discentes poderá resgatar esses jovens e adultos para o convívio escolar contribuindo para a conclusão do ensino fundamental e, posteriormente, o ingresso no ensino médio.

A proposta é que esse Produto Educacional seja apresentado aos participantes da pesquisa, adequando-o de acordo com as sugestões, e propondo-o como uma política educacional que norteie uma nova organização para essa modalidade de ensino, qualificando a aprendizagem e a formação integral dos educandos.

As etapas do desenvolvimento do produto educacional são apresentadas a seguir:

**Quadro 3** - Etapas do desenvolvimento do produto educacional.

ETAPAS	REALIZAÇÃO
- Identificação e definição do conteúdo do produto educacional e forma de apresentação.	- Pesquisa Bibliográfica; - Análise documental (documentos que norteiam a EJA de Viamão); - Aplicação de questionários com docentes, discentes e gestores; - Entrevista com docentes do curso FIC do IFRS - Campus Viamão; - Círculos de cultura com docentes e discentes.
- Confeção visual e digital do produto educacional.	- Produto Educacional do tipo material textual; - Recurso eletrônico: em PDF para divulgação em meio digital.
- Aplicação do produto com público-alvo (docentes, equipes pedagógicas, discentes e gestores)	- Encontro com docentes, equipes pedagógicas e gestores; - Assembleia com os discentes.
- Revisão/reformulação do produto educacional.	- Análise da avaliação do produto fazendo as alterações pertinentes à melhoria do mesmo; - Encontro com docentes, equipes pedagógicas e gestores e equipe de assessoria da Secretaria de Educação para validação dos ajustes; - Finalização do texto do produto.
- Validação Final	- Reservada à Banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022)

Durante a pesquisa participante, foram realizados com os docentes e discentes, além de questionários, Círculos de Cultura para o levantamento da percepção dos sujeitos envolvidos na EJA da Rede Municipal de Viamão. Dessa forma, esses momentos foram extremamente importantes, pois instigaram o debate, evidenciando a posição dos mesmos. Segue, no **Quadro 4**, a síntese dos dados que emergiram dos encontros do Círculo de Cultura:

**Quadro 4 - Dados dos Círculos de Cultura.**

TEMA	DISCENTES	DOCENTES
- Escolha pela EJA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Terminar o ensino fundamental mais rápido;</li> <li>- Oportunidade de um melhor emprego;</li> <li>- Qualidade de vida.</li> </ul>	- Sentem-se identificados com a modalidade de ensino.
- Dificuldades de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O barulho em sala;</li> <li>- A disciplina de matemática.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de um currículo próprio, sem adequações ao currículo do diurno;</li> <li>- Falta de interesse do discente.</li> </ul>
- Dificuldades de permanência	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cansaço;</li> <li>- Condições financeiras;</li> <li>- A distância de casa até a escola;</li> <li>- A disciplina de Matemática.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de interesse nos estudos;</li> <li>- O trabalho;</li> <li>- Falta de maturidade.</li> </ul>
- Sugestões para qualificar a Proposta Pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inclusão de tecnologias;</li> <li>- Trabalhos em grupo;</li> <li>- Grupos de leitura;</li> <li>- Cursos profissionalizantes;</li> <li>- Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC);</li> <li>- Currículo adequado à EJA;</li> <li>- Professores com perfil de trabalho adequado à EJA;</li> <li>- Material didático adequado à modalidade;</li> <li>- Trabalhar com projetos;</li> <li>- Olhar diferenciado da escola ao público jovem e adulto;</li> <li>- Atividades que estimulem e valorizem o aluno.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disciplinas profissionalizantes;</li> <li>- Trabalhar as habilidades socioemocionais;</li> <li>- Material didático;</li> <li>- Salas temáticas;</li> <li>- Uso das tecnologias;</li> <li>- Projetos interdisciplinares;</li> <li>- Formação continuada aos professores;</li> <li>- Associar cursos de formação humana e profissional aos conteúdos acadêmicos escolares;</li> <li>- Implementar um Projeto de vida;</li> <li>- Qualificar e permanecer com o Projeto Identidade.</li> </ul>
-Proposta para permanência do aluno na escola	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Passagem gratuita;</li> <li>- Laboratório de Aprendizagem;</li> <li>- Atendimento especializado aos alunos de inclusão;</li> <li>- Atendimento socioafetivo com psicólogo e assistente social;</li> <li>- Oficinas para os filhos, por não terem com quem deixar os mesmos durante o horário das aulas..</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sala de recurso para atendimento aos alunos de inclusão;</li> <li>- Servir duas refeições diárias (lanche e janta).</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras Marcia Culau e Clarice Escott (2022).

Fazendo uma análise dos dados levantados nos Círculos de cultura, as dificuldades cotidianas apresentadas pelos discentes são fatores que dificultam sua permanência na EJA e interferem na aprendizagem.

O Produto Educacional foi apresentado pela pesquisadora em forma de guia de orientações para a implantação de um Currículo Politécnico aos discentes, docentes, gestores e equipe de assessoria da Secretaria de Educação. O Produto Educacional aborda os seguintes princípios orientadores para a oferta de uma Política Educacional com base politécnica para a EJA de Viamão:

- Concepção de Currículo Integrado
- Politecnia como princípio educativo
- Interdisciplinaridade
- Pesquisa como princípio pedagógico
- Trabalho como princípio educativo
- Avaliação Emancipatória
- Permanência e êxito

Para que os princípios orientadores possam ser colocados em prática, se fez necessário incluir dentro dessa Política Educacional, ações estratégicas para apoio administrativo pedagógico aos discentes e aos docentes, conforme **quadro 5**.

**Quadro 5:** Apoio Administrativo Pedagógico:

AÇÃO	DISCENTE	DOCENTE
Laboratório de Aprendizagem	- Auxiliar os alunos com dificuldades de aprendizagem	- auxiliar o professor com atividades que desenvolvam leitura e escrita
Sala de Recursos e o Serviço de Atendimento Educacional Especializado	- Auxiliar os alunos com Necessidades Especiais	- Auxiliar o professor nas atividades adaptadas e nos objetivos a serem planejados, de acordo com o CID apresentado.

AÇÃO	DISCENTE	DOCENTE
Alimentação escolar	- Ofertar lanche na chegada e jantar na saída.	
Transporte escolar	- Ofertar transporte escolar e ou passagem gratuita, facilitando o acesso à escola, sem custo.	
Oficina para os filhos	-Ofertar oficinas diversas através de monitoria, com filhos dos alunos entre 2 e 10 anos. As crianças também receberão as duas refeições.	
Bolsa Auxílio Permanência	- Auxiliar financeiramente com 10 parcelas de 200 reais no ano, o aluno frequente.	
Gabinete Integrado de Cuidado com as Pessoas	- Ofertar suporte com Psicóloga e Assistente Social aos alunos e familiares.	
Formação Continuada		- Qualificar a prática pedagógica e os recursos utilizados.
Garantia de espaço para planejamento		- Promover um trabalho interdisciplinar.

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2022).

Para a avaliação do Produto Educacional, foi proposta uma assembleia com os alunos. Atentamente eles assistiram a apresentação do Produto e perceberam que os momentos de conversas “Círculos de Cultura” e as respostas dos questionários foram validadas na proposta. Os alunos solicitaram a inclusão de uma disciplina direcionada às tecnologias, pois sentem muita falta do domínio dessa ferramenta no que se refere a qualificação profissional.

Após a assembleia, os docentes, gestores e assessores da Secretaria Municipal de Educação foram chamados, a fim de validar o produto final, já com as sugestões dos alunos. Os participantes ficaram muito otimistas e se sentiram

valorizados com a proposta, pois perceberam que muitas das suas sugestões estavam incluídas no produto.

Os docentes solicitaram a inclusão do Projeto Identidade dentro do Produto Educacional, reforçando que o Projeto não poderia ser o mesmo do diurno, considerando as características do público que frequenta a EJA.

Assim, o Produto Educacional (Apêndice A), para apresentação da Política educacional para oferta de educação de jovens e adultos para rede municipal de ensino de Viamão está estruturado de forma a apresentar a contextualização da pesquisa, os princípios orientadores que sustentam a proposta, as ações estratégicas para apoio administrativo e pedagógico, a estrutura do currículo politécnico, as considerações finais e as referências.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Contribuir para a implantação de uma política educacional de base politécnica para a EJA na rede municipal de Viamão, de forma a ofertar a esse alunado uma educação capaz de oportunizar o desenvolvimento humano integral, vai além do que planejei quando iniciei o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IFRS. Como pesquisadora, e com a responsabilidade de estar secretária de educação, estava ciente que o meu Produto Educacional deveria possibilitar um avanço significativo para a rede municipal de ensino.

Através da pesquisa, incluindo análise de documentos e de dados, verificou-se que a ação educativa para a EJA, necessitava urgentemente de uma orientação mais específica no que tange principalmente à organização curricular, à metodologia e à avaliação. Os documentos analisados não apresentam uma articulação com a educação profissional, tampouco com o mundo do trabalho, ficando claro que o currículo atual prioriza uma escolarização voltada apenas para os conhecimentos gerais do educando.

Para contribuir com a implementação dessa política educacional com base politécnica foi preciso pensar em ações que contribuam para que o aluno se desenvolva de forma integral, articulando o conhecimento teórico e prático.

Edificar uma política educacional com a proposta da politecnia para a EJA foi um processo bastante complexo, pois exige um trabalho coletivo muito intenso dos

professores, gestores, e secretaria de educação. Não basta compreender o trabalho como princípio educativo, é necessário que esses princípios sejam trabalhados dentro de uma nova proposta pedagógica, visando um currículo integrado.

A participação dos professores e dos alunos durante todo esse processo, principalmente através dos Círculos de Cultura foi essencial para a construção e aceitação do Produto Educacional e a vontade dos professores em dar certo. O fato de estar Secretária de Educação do município foi um privilégio, pois já estamos atendendo todos os alunos e professores com as ações de apoio administrativo e pedagógico. Exemplo disso, é o Projeto de Lei (PL) que amplia as etapas para recebimento da Bolsa Permanência também já foi aprovada pela Câmara de Vereadores de Viamão.

Acredito que após essa pesquisa e a implantação dessa política, a Educação de Jovens e Adultos de Viamão não será mais a mesma. Por intermédio da pesquisa e do produto educacional os professores demonstraram entender qual o papel deles em relação a essa modalidade de ensino, bem como a diferença que eles podem fazer na vida desses alunos e, esses, por sua vez, perceberam que, por meio da EJA com base politécnica, a escola poderá contribuir, efetivamente, no seu desenvolvimento humano e científico contribuindo para a construção de novos caminhos e diálogos com o mundo do trabalho.

## REFERÊNCIAS

ANUAL DA ANPED. **Anais...** Caxambu, MG: ANPED. 2007. Disponível em:< <http://www.anped.org.br> > Acesso em: 21 de Set. de 2010.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 19-50. 2005.

\_\_\_\_\_. Juventude, produção cultural e Educação de Jovens e Adultos. *In*: Leôncio (org.) **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. *In*: VÓVIO, Claudia Lemos; IRELAND, Timothy Denis (Orgs.). **Construção coletiva: contribuições à Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: UNESCO; MEC; RAAB, p. 221 -230. 2008.

AUGUSTO, Maria Helena. Regimento escolar. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/165-1.pdf>. Acesso em 25 mai 2022.

BALDACCI, L. M. **Proeja: uma possibilidade de formação omnilateral das classes populares?** Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/8899>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BECKER, Fernando. **Educação e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. 126 p.

BERNARDIM, Márcio Luiz. **Juventude, escola e trabalho: sentidos atribuídos ao ensino médio por jovens da classe trabalhadora** / Orientador Monica Ribeiro da Silva, 2013 – 302 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. PR. 2013.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Pierre Bourdieu avec Löic Wacquant; réponses. Paris: Seuil. 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues.; FAGUNDES, Maurício César Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freiriana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, Curitiba Brasil, n. 61, p.89 - 106, jun./ set. 2016.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o par. 2º do Art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro De 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. D.O.U. DE 26/07/2004, P. 18, Brasília, DF, 26 de jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.478**, de 24 de junho de 2005. Institui no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o... *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 jun. 2005. Revogado pelo Decreto no 5.840 de 2006.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos PROEJA, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-006/2006/Decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2006/Decreto/D5840.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. D.O.U. DE 30/12/2008, P. 1. Brasília, DF, 30 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069/90. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 29 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 19 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, nº 11, de 19 de julho de 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf) Acesso em: 17 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei n. 10.172/2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 12 de fev, 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**, 2007a. Disponível em: [http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Brazil/Brazil\\_PDE\\_Por.pdf](http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Brazil/Brazil_PDE_Por.pdf) Acesso em: 24 de set. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. PROEJA**: documento base. Brasília, DF, 2007b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o Educação Básica**. Resolução Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica, nº 04, de 13 de julho de 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category\\_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 19 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Resolução Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica, nº 6, de 20 de setembro de 2012. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio) Acesso em: 19 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Lei n. 13.005/14. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) Acesso em: 29 de mar. 2022.

CARRANO, Paulo. O ensino médio na transição da juventude para a vida adulta. In: FERREIRA, Cristina Araripe *et al.* (Org.). **Juventude e iniciação científica: políticas públicas para o ensino médio**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

\_\_\_\_\_. Jovens, Escolas e Cidades: Desafios a Autonomia e Convivência. **Revista Teias**. v. 12 • n. 26. set./dez. - Jovens, territórios e práticas educativas. 2011.

CAVALCANTE, Joel Júnior. **A Inserção Social dos Estudantes Egressos do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a Nova Institucionalidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil**. Orientadora: Silvia Helena Andrade de Brito. 2021. 210 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS. 2021.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memórias e de identidade. In: RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e

nutricional: textos de referência da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, julho de 2004. Disponível em: Acesso em 14 de março de 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Medo à liberdade e compromisso democrático: LDB e Plano Nacional de Educação**. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. Por uma nova Educação de Jovens e Adultos. In: TV Escola, Salto para o Futuro. Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida. **Boletim**, 20 a 29 set. 2004. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/eja/index.htm>. Acesso em: 21 set. 2022.

CARLOS, José; BARRETO, Vera. **Um sonho que não serve ao sonhador**. Disponível em: <[www.diaadia.pr.gov.br](http://www.diaadia.pr.gov.br)>. Acesso em 25 de Setembro de 2010.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: **Educação e Sociedade**. vol. 28, n. 100. 2007.

DI PIERRO, M. C.; VIEIRA, R. S. **O desafio da alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo**. São Paulo. 2009.

ESCOTT, C.M.; VIEGAS, Luciana Torezan ; PIZZATO, M. C. . Avaliação do Ensino e da Aprendizagem no Ensino Médio Integrado. In: Plácido, R.; Sobrinho, S.D. (Org.). **Educação profissional integrada ao ensino médio**. 1 ed. Brasília-DF: Editora IFB, 2020, v. 1, p. 812-837.

ESTIVALETE, Emerson Bianchini. **Currículo integrado: uma reflexão entre o legal e o real**. Orientadora: Maria Helena Camara Bastos. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Educação. PUCRS. Porto Alegre. RS. 2014.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A Inteligência Aprisionada: abordagem Psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artmed, 1991. 264p.

FERRARO, A. R.& ROSS, S. D. Diagnóstico da escolarização no Brasil na perspectiva da exclusão escolar. **Revista Brasileira Educação**. [online]. 2017, vol.22, n.71, p.170-171. Epub Nov 08, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227164>. Acesso em: 06 fev. 2023.

FREIRE, Paulo. **Criando métodos de pesquisa alternativa**. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 256 p.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.112 p.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.192 p.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática docente. SP: Paz e Terra, 1996. 148 p.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação**. 7. ed. São Paulo: UNESP, 2001. 160 p.

\_\_\_\_\_. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 144 p.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2013. 272 p.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido: Paz e Terra, São Paulo, 2014. 336 p.

FRIGOTTO, G. A. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, J. e col. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. N (Org.). **Ensino Médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Um legado de esperança**. São Paulo: Cortez, 2001. 112 p.

GARDNER, H. **Estruturas da mente**: Teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artmed. 1994. 340 p.

GOMEZ, M.V. Círculo de Cultura: pesquisa e intervenção na educação superior. In: Baptista, A.M.H; MAFRA, J.F. (org.). **Reflexão crítica, memória e intervenção na prática pedagógica**. 1ª ed. São Paulo: BT Acadêmica, 2013, v.1, p.85-105.

GRABOWSKI, G.; KUENZER, A. Z. A Produção do Conhecimento no Campo da Educação Profissional no Regime de Acumulação Flexível. **HOLOS**, 6, 22-32. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2016.4983>. Acesso em: 18 de mar. 2022.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. Caderno 23.

\_\_\_\_\_. **Escola, educação e ensino**. São Paulo: Edições Iskra, 2017. 256 p.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 12ª Edição. Editora Vozes. 1985. 224 p.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - Campus Viamão. **Projeto Político Pedagógico**. Viamão, RS. 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio e Profissional**: As Políticas do Estado Neoliberal. 2ª ed.. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **Conhecimento e competências no trabalho e na escola**. Rio de Janeiro,

**Boletim Técnico do SENAC**, v. 28, n.2, maio/ago., 2002.

\_\_\_\_\_. Competência como Práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.29, n.1, jan/abr., 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. Eixo 21- Educação e Trabalho Curitiba, PR. 2016. Disponível

em:

<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-21-Educa%C3%A7ao-e-Trabalho.pdf> Acesso em: 20 de fev. 2023.

LA TAILLE, Yves. *et al.* **Piaget, Vygotsky e Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. **Eccos Revista Científica**, v. 4, n. 2, p. 79-88, 2002.

MACHADO, M. M. Entrevista por Cátia Guimarães - Atualizado em 01/07/2022. <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-gente-tem-uma-experiencia-muito-restrita-de-oferta-da-eja-integrada-a-educacao>. EPSJV/Fiocruz. 13 jan.2022.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**, Prefácio de Dermeval Saviani, São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1991. 222 p.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 2. ed. 1978. 176 p.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988. 894 p.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004. 208 p.

\_\_\_\_\_. Teses sobre Feuerbach. In:\_\_\_\_\_. A ideologia alemã. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2011. 68 p.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 112 p.

MOLL, J. **A política de Educação Integral no Brasil**: Mais Educação. In: CENPEC. Colóquio Educação Integral. São Paulo, 2010. 238 p.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez;

Brasília;UNESCO. 2000. 104 p.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica**: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos*, ano 23, v. 2, 2007. Disponível

em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11/110>. Acesso em: 19 de abr. 2022.

\_\_\_\_\_. **Educação Básica e EPT**: dualidade histórica e perspectivas de integração. [S.l.], v. 2, p. 4-30, mar. 2008.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas para a educação Profissional Técnica de nível médio nos anos (1990 e 2000)**: limites e possibilidades. Campinas: Papirus, 2012.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre ética, estado brasileiro e educação**. IN: HOLOS. Ano XXII, no 2. Revista eletrônica do CEFET-RN. 2006. Disponível em: <http://www.cefetrn.br/dpeq/holos/> Acesso 10 nov. 2021.

NASCIMENTO, Liliane Lima Andrade do. **Educação Profissional e Emancipatória: proposta para a formação crítica de trabalhadores, 2013**.

Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impas-sedesafiosdaspoliticadeducacao/educacaoprofessionaleemancipatoria-proposta-paraaformacaocriticadetrabalhadores.pdf> Acesso em: 25 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, J. e col. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. OPNE. 2014 - 2024 Disponível em:

<https://www.observatoriodopne.org.br/meta/eja-integrada-a-educacao-profissional> . Acesso em: 26 out. 2022.

OLIVEIRA, Edna Castro. **Sujeitos-professores da EJA**: visões de si mesmos em diferentes contextos e práticas. Salto para o futuro/ EJA 2004.

OLIVEIRA, Leandro Pereira de. **Ensino Médio Integrado: desempenho escolar dos discentes do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Amazonas - Campus Parintins..** 2019. 93f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. Anped: set/out/nov/dez de 1999. nº 12.

\_\_\_\_\_. Ciclos de vida: Algumas questões sobre a psicologia do adulto. *Educação e pesquisa*, maio-ago/vol 30, nº 002.2004.

\_\_\_\_\_. **Sujeitos-professores da EJA: visões de si mesmos em diferentes contextos e práticas.** Salto para o futuro/ EJA 2004.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 323 p.

PACHECO, H. P.; ARANHA, A. V. S. A educação de jovens e adultos articulada à educação profissional: reflexões sobre a política pública educacional em Contagem/MG. In: SILVA, M. A; QUIRINO, R. (Orgs.). **Trabalho-educação: diálogos entre a educação profissional e a educação de jovens e adultos.** Curitiba: CRV, 2012.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, São Paulo: Moderna. 2011. 122 p.

PAIVA, Jane. **Direito à Educação de Jovens e Adultos: concepções e sentidos.** In: 29A. REUNIÃO

\_\_\_\_\_. **Direito à Educação para quem?** Sem data. Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br/>>. Acesso em 20 Setembro de 2010.

RAMOS, M. N. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. *Educação e Sociedade*, v. 23, n. 80. 2002.

\_\_\_\_\_. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. *Artigos • Trabalho educação saúde*. 1 (1). 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/sN3qXYKkxSYSQNmr6b7gT6K/?lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho.** Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

\_\_\_\_\_. Possibilidades e Desafios na Organização do Currículo Integrado. In: RAMOS, Marise N.; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Implicações políticas e pedagógicas da EJA integrada à educação profissional. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n.1, p. 65-85, jan./abr. 2010.

REZENDE, Aldo. *et al.* Humanizar-se para humanizar o outro: experiências educativas no PROEJA. In: **Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. ed. especial, p. 1258-1275, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ia.v46ied.especial.67896>.

RUMMERT, S. M. **Educação e identidade dos trabalhadores: concepções do capital e do trabalho.** São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. 352 p.

SANTOS, Simone Valdete dos. **O Ser e o Estar de Luto na Luta: Educação Profissional em Tempos De Desordem**: Ações e resultados das políticas públicas do PLANFOR. 2003. Orientador: Prof Dr Nilton Bueno Fischer. Tese (Doutorado). 384 f. Vol. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2003. Disponível

em:

<https://docplayer.com.br/56578939-Universidade-federal-do-rio-grande-do-sul-faculdade-de-educacao-programa-de-pos-graduacao-em-educacao.html> Acesso em: 18 de fev. 2023.

\_\_\_\_\_. Educação de jovens e adultos: possibilidades do fazer pedagógico. In: FILIPOVSKI, Ana Maria Ribeiro; MARCHI, Diana Maria; SCHÄFFER, Neiva Otelo (orgs.). **Teorias e fazeres na escola em mudança**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Núcleo de Integração Universidade & Escola da PROREX/UFRGS, 2005.

\_\_\_\_\_. Possibilidades para a EJA, possibilidades para a educação profissional: o PROEJA. In: **Revista de Educação, Ciência e Cultura**. UniLaSalle, Revista 30, v. 15, n. 2, p. 21-33, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/18/27#> Acesso em: 17 de ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Possibilidades para a EJA, possibilidades para a Educação Profissional. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT18-4024--Int.pdf> Acesso em: 25 de mar. 2022

SANTOS, Luciana Eliza dos. A trajetória anarquista do educador João Penteadó: Leituras sobre educação, cultura e sociedade. 2009. Orientadora: Carmen Sylvia Vidigal Moraes. 298 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação e Historiografia) – Faculdade de Educação/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2000.

\_\_\_\_\_. **O choque teórico da politecnia**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v.1, n.1 p. 131-152, 2003.

\_\_\_\_\_. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, vol.12, n.34, pp.152-165. jan./abr. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 24 de abr. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Educação de Jovens e Adultos — EJA. 2013**. Disponível em: <<http://www.seduc.ro.gov.br/curriculo/wp-content/uploads/2013/02/EDUCACAO-DE-JOVENS-E-ADULTOS-EJA.pdf>>. Acesso em: 07 de fev. de 2022.

SILVA Fabricio Bandeira da. “**Políticas educacionais para o ensino de nível técnico: um estudo com os jovens atendidos pelo PRONATEC no IFCE**”. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/148889>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOGLIA, Ioneide Sales; SANTOS, Cleide Selma Pereira dos. **Educação de Jovens e Adultos: expectativas e dificuldades**. In: **Anais [...]**. Bahia. 2010.

SOUSA JUNIOR, J. **Princípio educativo e emancipação social: validade do trabalho e pertinência da práxis**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. *Trabalhos apresentados...* Caxambu, MG: ANPED, 2010. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT09-5974Int.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIAMÃO. Secretaria Municipal de Educação (SME). Conselho Municipal de Educação: **Resolução 004/2015**. Estabelece Diretrizes para a oferta da modalidade EJA, Ensino Fundamental, nas instituições de ensino de Viamão/RS. SME: 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIAMÃO. Secretaria Municipal de Educação (SME). **Regimento Escolar Padrão**. Viamão: SME: 2016a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIAMÃO. Secretaria Municipal de Educação (SME). **Projeto Político Pedagógico**. Viamão: SME: 2016b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Secretaria Municipal de Educação: **Política de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Municipal de Ensino de Vitória - ES**. 2018.

Disponível:

[https://www.ibade.org.br/Cms\\_Data/Contents/SistemaConcursoIBADE/Media/PMVE/DUC2019/edital/Pol-ticas-Educa-o-Integral.pdf](https://www.ibade.org.br/Cms_Data/Contents/SistemaConcursoIBADE/Media/PMVE/DUC2019/edital/Pol-ticas-Educa-o-Integral.pdf) Acesso em: 08 de fev de 2022.

TEREMUSSI NETO, B. **Implementação do proeja no IFSP: limites e contradições**. 2018. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/jspui/1132>. Acesso em: 10 jun. 2021.

UNICEF. “**Educação brasileira em 2022 – a voz de adolescentes**”. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/20186/file/educacao-em-2022\\_a-voz-de-adolescentes.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/20186/file/educacao-em-2022_a-voz-de-adolescentes.pdf). Acesso em: 08 fev. 2023.

VENTURA. Jaqueline Pereira. **Educação de Jovens e Adultos ou Educação da Classe Trabalhadora? Concepções em disputa na Contemporaneidade Brasileira**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Campo de Confluência: Trabalho e Educação. Niterói, 2008. Disponível em:

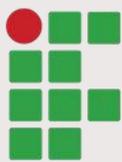
[http://www.uff.br/pos\\_educacao/joomla/images/stories/Teses/ventura.pdf](http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/ventura.pdf) . Acesso em: 16 jun. 2021.

VIAMÃO. **Lei nº 4365/ 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. Viamão / RS. Junho de 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/v/viamao/lei-ordinaria/2015/436/4365/lei-ordinaria-n-4365-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-e-da-outras-providencias?r=p> Acesso em: 25 de ago. 2022.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: Língua, Instrução e Leitura. In: **História Da Vida Privada No Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. MELLO E SOUZA, Laura (org.). v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 18 abr. 2022.

## **APÊNDICE – PRODUTO EDUCACIONAL**



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Rio Grande  
do Sul



**PROFEPT**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



# A POLITECNIA COMO PRINCÍPIO ARTICULADOR DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE VIAMÃO

Marcia Isabel Lopes Culau  
Clarice Monteiro Escott

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

C967p Culau, Marcia Isabel Lopes

A politecnia como princípio articulador da política de educação para a educação de jovens e adultos na rede municipal de Viamão [recurso eletrônico] / Marcia Isabel Lopes Culau; Clarice Monteiro Escott. -- Porto Alegre, RS, 2023.

1 arquivo em PDF (51 p.)

ISBN 978-65-5950-065-9

Produto educacional elaborado a partir da dissertação intitulada: "A politecnia como princípio articulador da política de educação para a educação de jovens e adultos na rede municipal de Viamão". (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). - IFRS, Campus Porto Alegre, RS, 2023.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Ensino profissional.  
3. Educação integral. I. Escott, Clarice Monteiro. II. Título.

CDU: 377

Catalogação na publicação: Aline Terra Silveira CRB10/1933

**AUTORA**

Marcia Isabel Lopes Culau

**COAUTORA**

Clarice Monteiro Escott

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Maiara Oliveira da Rocha

**REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL**

Paulo Nedel

**PRODUTO EDUCACIONAL ELABORADO COMO REQUISITO PARCIAL PARA A  
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO  
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.  
LINHA DE PESQUISA: ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIAS E ESPAÇOS  
PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

# LISTA DE FIGURAS

**12** Figura 1 - Foto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Farroupilha

**15** Figura 2 - Círculo de Cultura na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Diogo de Souza

**19** Figura 3 - Formatura do FIC

**20** Figura 4 - Apresentação do Produto Educacional

**21** Figura 5 - Círculo de Cultura com os professores da EJA no ano de 2022

**25** Figura 6 - Alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Farroupilha

**31** Figura 7 - Apresentação do Produto Educacional aos professores

**31** Figura 9 - Apresentação do Produto Educacional aos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Diogo de Souza

**33** Figura 10 - Aluno da EJA em atendimento com SAEE

**34** Figura 11 - I Simpósio do GIP

**43** Figura 12 - Conjunto de fotos de alunos

**44** Figura 13 - Projeto Identidade

# LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**EJA** - Educação de Jovens e Adultos

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases

**PNE** - Plano Nacional de Educação

**CNE/CEB** - Câmara de Educação Básica/Conselho Nacional de Educação

**SAEE** - Serviço de Atendimento Educacional Especializado

**PDIE** - Plano de Desenvolvimento Individual Escolar

**GIP** - Gabinete Integrado de Cuidado com as Pessoas

**GT** - Grupo Técnico

**MEC** - Ministério da Educação

**CME** - Conselho Municipal de Educação

**SME** - Secretaria Municipal de Educação

**EPT** - Educação Profissional e Tecnológica

**ProfEPT** - Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**FIC** - Formação Inicial e Continuada

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	07
CONTEXTUALIZAÇÃO .....	11
A Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Viamão.....	13
O que dizem os estudantes e os docentes da EJA da Rede Municipal de Viamão ..	15
A experiência do Curso de Formação Inicial e Continuada em parceria com o IFRS.....	18
PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA A OFERTA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VIAMÃO .....	20
Princípios Organizadores do Currículo Politécnico para a Educação de Jovens e Adultos.....	20
Concepção de Currículo Integrado.....	21
Politecnia como Princípio Educativo .....	23
Interdisciplinaridade .....	25
Pesquisa como princípio pedagógico.....	26
Trabalho como princípio educativo.....	27
Avaliação Emancipatória.....	28
Permanência e Êxito .....	29
AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA APOIO ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO.....	31
Apoio aos estudantes .....	32
Laboratório de Aprendizagem.....	32
Sala de Recursos e o Serviço de Atendimento Educacional Especializado .....	33
Gabinete Integrado de Cuidado com as Pessoas .....	34
Alimentação Escolar .....	35
Transporte Escolar .....	36
Oficinas para os filhos.....	37
Bolsa Auxílio Permanência .....	38
Apoio aos docentes.....	39
Formação continuada para docentes da EJA.....	39
A Garantia de espaço para planejamento.....	40
ESTRUTURA DO CURRÍCULO POLITÉCNICO .....	41
Projeto Integrador e Tecnologias Digitais.....	42
Projeto Identidade.....	44
Matriz curricular dos anos finais da EJA.....	45
Organizações das etapas.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS .....	48

## **APRESENTAÇÃO**

O ProfEPT é um programa de pós-graduação - Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, vinculado à área de ensino da CAPES. Por tratar-se de um mestrado profissional, visa não só à produção de conhecimento, como também o desenvolvimento de produtos, objetivando que o egresso seja capaz de desenvolver soluções tecnológicas voltadas para a EPT, que possam contribuir para a melhoria do ensino (IFES, 2017). A partir dos dados obtidas durante a pesquisa e da análise dos mesmos, foi desenvolvido o produto educacional, requisito para a obtenção do título de mestre. Este produto é do tipo material textual, no formato de Guia Orientador, que visa contribuir com a implementação de uma política educacional, reformulando a proposta pedagógica da modalidade da EJA do município de Viamão por meio de um currículo politécnico.

A pesquisa realizada se caracteriza como participante, e os resultados provenientes da colaboração dos discentes, docentes, gestores, professores do IFRS - Campus Viamão foram fundamentais para definir o conteúdo e o formato do produto educacional, que tem como finalidade contribuir com a reformulação e a qualificação do currículo com base politécnica. Aborda, ainda, como desdobramento da política educacional para a EJA, a proposta de uma nova matriz curricular com foco na formação integral, orientações metodológicas, avaliação da aprendizagem, projetos na perspectiva dialógica entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho, da realidade social e, principalmente, da permanência e do êxito dos discentes.

Compreende-se que os jovens e adultos dessa modalidade têm, como forte característica, a diversidade e multiplicidade dos sujeitos que a compõem (BRASIL, 2021a, p. 4). Para que haja a inserção da flexibilidade, diversidade e pluralidade dos sujeitos da EJA no âmbito da educação básica pelos sistemas de ensino e, a fim de que seja possível pensar e pôr em prática políticas públicas educacionais destinadas especificamente a esse público, faz-se necessário contemplar “a discussão das especificidades dos sujeitos da aprendizagem, sua história e condição socioeconômica, sua posição nas relações de poder, sua diversidade étnico-racial, cultural, geracional, territorial” (SOARES, 2006, p. 282).

Considerando-se o cenário após a pandemia da Covid-19 no Brasil, pode-se verificar que o sistema de ensino, etapas e modalidades da educação básica, principalmente os alunos da EJA, público alvo desta pesquisa, foram impactados diretamente pelo cenário pandêmico. Nesse período, vários alunos não tiveram acesso às atividades remotas e não conseguiram realizar o mínimo das atividades que foram propostas, fato esse comprovado na rede pública do município de Viamão através do censo de 2020, no qual o número de matriculados nessa modalidade de ensino era de 700 alunos e, no censo de 2022, 550 alunos matriculados, encerrando o ano letivo com 250 alunos.

O histórico de evasão e a demanda social da EJA, no Brasil, demonstram uma necessidade de estruturação, articulação, adequação e flexibilização das formas de oferta da modalidade nos sistemas de ensino, compreendendo a premissa do direito à formação escolar e à qualificação profissional (ALBUQUERQUE, 2010; FREIRE, 2002; HADDAD; DI PIERRO, 2000). No art. 37 da LDB de 1996, o qual define sobre o papel dos sistemas de ensino na garantia do direito à educação de jovens e adultos, observa-se: § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si; § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional na forma do regulamento (BRASIL, 1996, p. s/n).

Além da LDB, o Plano Nacional de Educação em sua meta 10, referentes ao alunado da EJA, estabelece compromissos aos municípios para que, com prazo coloquem em prática políticas educacionais que priorizem:

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (BRASIL, 2014a, p. s/n)

Pensando na realidade atual da EJA no município de Viamão, bem como nos desafios colocados pelo Plano Nacional de Educação, fica claro que somente uma nova política educacional com propostas capazes de suprir as necessidades dos docentes poderá resgatar esses jovens e adultos para o convívio escolar contribuindo para a conclusão do ensino fundamental e, posteriormente, o ingresso no ensino médio.

A proposta é que esse Produto Educacional seja apresentado aos docentes, gestores e discentes, adequando-o de acordo com as sugestões, e propondo-o como uma política educacional que priorize um currículo com base politécnica para a Educação de Jovens e Adultos de Viamão, norteando uma nova organização para essa modalidade de ensino, qualificando a aprendizagem e a formação integral dos educandos.

As etapas do desenvolvimento do produto educacional são apresentadas no quadro a seguir:

ETAPAS	REALIZAÇÃO
<p>- Identificação e definição do conteúdo do produto educacional e forma de apresentação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa Bibliográfica;</li> <li>- Análise documental (documentos que norteiam a EJA de Viamão);</li> <li>- Aplicação de questionários com docentes, discentes e gestores;</li> <li>- Entrevista com docentes do curso FIC do IFRS - Campus Viamão;</li> <li>- Círculos de cultura com docentes e discentes.</li> </ul>
<p>- Confeção visual e digital do produto educacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produto Educacional do tipo material textual, no formato de Documento Orientador;</li> <li>- Recurso eletrônico: em PDF para divulgação em meio digital.</li> </ul>
<p>- Aplicação do produto com público-alvo (docentes, equipes pedagógicas, discentes e gestores)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Círculos de cultura com docentes, equipes pedagógicas e gestores;</li> <li>- Círculos de cultura com os discentes.</li> </ul>
<p>- Revisão/reformulação do produto educacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise da avaliação do produto fazendo as alterações pertinentes à melhoria do mesmo;</li> <li>- Finalização do texto do produto.</li> </ul>
<p>- Validação Final</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reservada à Banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.</li> </ul>

Quadro 01: Desenvolvimento do Produto Educacional

Fonte: elaborado pela autora.

# CONTEXTUALIZAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação (SME), que integra o Sistema Municipal de Ensino, é órgão que compõe a Administração direta do Poder Executivo Municipal, com atribuições e competências definidas pela lei local, desempenhando papel fundamental no contexto escolar municipal, responsabilizando-se pelo desenvolvimento das políticas públicas educacionais e, mais do que isso, assegurando às instituições de ensino da rede municipal apoio e recursos (estruturais, materiais, humanos e outros) para o desenvolvimento de suas atividades regulares.

No desenvolvimento de suas atividades, a SME busca o cumprimento das obrigações que são atribuídas ao ente público municipal, zelando pela aplicação das normas legais pertinentes e, cumprindo com sua finalidade precípua: oferecer um serviço educacional de qualidade e que atenda a demanda social existente.

A SME tem como finalidade implantar e desenvolver processos educativos na rede municipal de ensino, sendo responsável pela oferta da educação infantil e do ensino fundamental e nas modalidades da educação especial e EJA.

O número de estudantes da EJA que evadiram após o período pandêmico é bastante alto. Conforme dados do Censo Escolar, o município contemplava nessa modalidade aproximadamente 700 alunos em 2020 e 550 alunos em 2022. Ao final do último ano letivo, pouco mais de 250 alunos eram frequentes. Aos que permaneceram, as defasagens de aprendizagem trouxeram mais prejuízos, uma vez que esses já não tiveram a oferta de estudos na idade certa, o que foi agravada pelas dificuldades sociais e econômicas impostas pelo cenário da pandemia. Ressalta-se, portanto, a importância dessa pesquisa e o acompanhamento desses dados, de modo que o produto educacional aqui apresentado, possa implementar uma política educacional capaz de priorizar a permanência e conclusão desses jovens e adultos nos seus percursos de escolarização, contemplando suas realidades, histórias de vida e a relação com o mundo do trabalho em uma perspectiva de formação humana integral.

Atualmente, a Rede Municipal de Ensino apresenta um cenário muito diferenciado em relação a 2022, ano que foi realizada a pesquisa. No início deste ano letivo de 2023, foram abertas onze novas escolas de Educação Infantil, passando a rede de ensino de 66 para 77 escolas municipais, com 28.000 alunos, sendo 38 escolas de ensino fundamental completo.

A partir do ano de 2023, a Educação de Jovens e Adultos está ofertada em três escolas localizadas em diferentes áreas do município, não mais em seis como no ano de 2022. Essa proposta da Secretaria de Educação, tem a finalidade de contribuir com a implementação dessa política educacional e oportunizar maiores investimentos em ações e estratégias para a permanência e êxito desse jovem e adulto na escola.



Figura 1 -Foto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Farroupilha

## A Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Viamão

Ao analisar os documentos oficiais e norteadores da rede Municipal de Ensino de Viamão, que regulamentam o processo educacional, encontra-se o Regimento Escolar (RE) e o Projeto Político Pedagógico (PPP), ambos de 2016. do mesmo ano. Constata-se que, apesar deste longo período, os dois documentos são os mais atuais e ambos são padrão para as Escolas Municipais de Ensino. Observa-se que, na medida em que a Secretaria Municipal de Educação constrói um documento norteador único para todas as escolas, não contempla a autonomia da instituição de ensino, tampouco a articulação com as famílias e a comunidade, assim como a adequação às diferentes realidades locais das escolas.

Em relação aos documentos que norteiam o Regimento Escolar padrão da rede de ensino, faz-se necessário questionar e refletir sobre o art. 6º da Resolução 004/2015 do Conselho Municipal de Educação que estabelece Diretrizes para a oferta da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, o qual aponta para o desenvolvimento de habilidades e competências e sobre ter acesso à qualificação para ingresso e permanência no mercado de trabalho.

A noção de competências tem por finalidade a adaptação do trabalhador ao meio (mercado), resultando no conhecimento da parte e não da totalidade (RAMOS, 2003). Em oposição, defende-se a formação ou capacitação profissional de forma totalizante. A capacitação não deve ficar restrita apenas a questões técnicas, operacionais e organizacionais, mas, sim, considerar as “mediações de ordem econômico-produtiva, físico-ambiental, sócio-histórica, cultural e política” (RAMOS, 2002, p. 416).

Em relação à proposta do currículo diversificado e apropriado para a EJA, os documentos norteadores somente priorizam o ensino por áreas de conhecimento, não informando sua forma de elaboração e a relação com o perfil do jovem e adulto que frequenta essa modalidade de ensino. Observa-se, portanto, que a proposta curricular exposta não contempla um currículo interdisciplinar, que vise à formação humana integral e ao diálogo com o mundo do trabalho, mas apenas preparar o educando para o acesso às competências básicas.

Além disso, nos documentos analisados não é contemplada nenhuma ação que possa compreender e respeitar o tempo de aprendizado de cada aluno, possibilitando maiores oportunidades não apenas de acesso, mas, principalmente, a sua permanência até a conclusão das etapas, de forma a contribuir para evitar as altas taxas de evasão que caracterizam esse grupo escolar.

A metodologia proposta pelos documentos atuais segue a concepção transdisciplinar, sociointeracionista, socioconstrutivista, problematizada e dialógica, considerando as inteligências múltiplas. Aplicada através de projetos que buscam envolver os saberes do educando e das comunidades em que estão inseridos, bem como as necessidades do mercado de trabalho. Assim, percebe-se que a proposta pedagógica na EJA do município de Viamão apresenta uma enorme diversidade de autores, não tornando clara e coerente a concepção teórico-epistemológica dessa modalidade de ensino.

Em suma, a ação educativa para a EJA, a fim de diferenciá-la efetivamente da prática do ensino regular diurno, não está contemplada nos documentos analisados. Conforme todo o exposto, conclui-se, através da análise documental que, apesar da teoria e legislação que guiam a proposta educacional na EJA, ainda se faz necessária, no município de Viamão, uma orientação mais específica no que tange principalmente à organização curricular, à metodologia e à avaliação, pois os referidos documentos analisados não apresentam uma articulação com a educação profissional, tampouco com o mundo do trabalho. A educação dos trabalhadores, seja no processo de escolarização, seja na formação profissional inicial e continuada, historicamente, vem sendo realizada de forma desarticulada, não sendo diferente nas escolas que ofertam EJA no município de Viamão. Pelo apresentado nos documentos analisados, fica claro que o currículo prioriza uma escolarização voltada apenas para os conhecimentos gerais do educando.

## O que dizem os estudantes e os docentes da EJA da Rede Municipal de Viamão

Durante a pesquisa participante, foram realizados com os docentes e discentes, além de questionários, Círculos de Cultura para o levantamento da percepção dos sujeitos envolvidos na EJA da Rede Municipal de Viamão. Sistematizados por Paulo Freire (1991) os Círculos de Cultura estão fundamentados em uma proposta pedagógica, cujo caráter radicalmente democrático e libertador propõem uma aprendizagem integral, que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto. Dessa forma, esses momentos foram extremamente importantes, pois instigaram o debate, evidenciando a posição dos discentes e docentes em relação a proposta da EJA em Viamão. Segue, no quadro abaixo a síntese dos dados que emergiram dos encontros do Círculo de Cultura:



Figura 2 - Círculo de Cultura na EMEF Dom Diogo de Souza

TEMA	DISCENTES	DOCENTES
- Escolha pela EJA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Terminar o ensino fundamental mais rápido;</li> <li>- Oportunidade de um melhor emprego;</li> <li>- Qualidade de vida;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sentem-se identificados com a modalidade de ensino.</li> </ul>
- Dificuldades de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O barulho em sala;</li> <li>- A disciplina de matemática.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de um currículo próprio, sem adequações ao currículo do diurno;</li> <li>- Falta de interesse do discente.</li> </ul>
- Dificuldades de permanência	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cansaço;</li> <li>- Condições financeiras;</li> <li>- A distância de casa até a escola;</li> <li>- A disciplina de Matemática.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de interesse nos estudos;</li> <li>- O trabalho;</li> <li>- Falta de maturidade.</li> </ul>
- Sugestões para qualificar a Proposta Pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inclusão de tecnologias;</li> <li>- Trabalhos em grupo;</li> <li>- Grupos de leitura;</li> <li>- Cursos profissionalizantes;</li> <li>- Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC);</li> <li>- Currículo adequado à EJA;</li> <li>- Professores com perfil de trabalho adequado à EJA;</li> <li>- Material didático adequado à modalidade;</li> <li>- Trabalhar com projetos;</li> <li>- Olhar diferenciado da escola ao público jovem e adulto;</li> <li>- Atividades que estimulem e valorizem o aluno.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disciplinas profissionalizantes;</li> <li>- Trabalhar as habilidades socioemocionais;</li> <li>- Material didático;</li> <li>- Salas temáticas;</li> <li>- Uso das tecnologias;</li> <li>- Projetos interdisciplinares;</li> <li>- Formação continuada aos professores;</li> <li>- Associar cursos de formação humana e profissional aos conteúdos acadêmicos escolares;</li> <li>- Implementar um Projeto de vida;</li> <li>- Qualificar e permanecer com o Projeto Identidade.</li> </ul>
- Proposta para permanência do aluno na escola	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Passagem gratuita;</li> <li>- Laboratório de Aprendizagem;</li> <li>- Atendimento especializado aos alunos de inclusão;</li> <li>- Atendimento socioafetivo com psicólogo e assistente social;</li> <li>- Oficinas para os filhos, por não terem com quem deixar os mesmos durante o horário das aulas..</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sala de recurso para atendimento aos alunos de inclusão;</li> <li>- Servir duas refeições diárias (lanche e janta).</li> </ul>

Quadro 02: Dados dos Círculos de cultura

Fonte: elaborado pela(s) autora(s): Marcia Culau, Clarice Escott

Fazendo uma análise dos dados levantados nos Círculos de Cultura, as dificuldades cotidianas apresentadas pelos discentes são fatores que dificultam sua permanência na EJA e interferem na aprendizagem. Entre os elementos impeditores para o prosseguimento dos estudos iniciados ou retomados na EJA, estão diversos fatores como a distância da escola, a necessidade de trabalhar e a responsabilidade de sustentar e educar os membros de sua família.

Problemas escolares internos, como a falta de habilidade do professor, a falta de estímulos para a motivação do aluno, a defasagem de aprendizagem e o nível de exigência, servem muitas vezes como um impedimento para a concretização do aprendizado. Na EJA, em especial, um dos fatores também está relacionado ao currículo, pois “a educação oferecida a esses sujeitos está referenciada no currículo elaborado para crianças e adolescentes, o que contraria a sua especificidade estabelecida nas leis que regem a Educação de Jovens e Adultos” (SOGLIA; SANTOS, 2010, p. 5).

Tendo em vista o que os docentes relataram e sugeriram nos questionários e Círculos de cultura, conclui-se que o mesmo precisa compreender que o trabalho é atividade essencialmente humana, sendo uma das dimensões a ser desenvolvida na educação escolar. Não se trata, porém, de uma educação unilateral, preocupada apenas com a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho e a transmissão dos valores que legitimem o capitalismo, mas a formação que pressupõe o “trabalho como princípio educativo” (GRAMSCI, 1995). Faz-se necessário que o docente compreenda que somente estará realmente fazendo o seu papel de educador se oportunizar atividades que desenvolvam todas as potencialidades dos alunos, tornando-o capaz de buscar sua emancipação enquanto sujeito que vive em uma sociedade que oferta poucas oportunidades.

# A experiência do Curso de Formação Inicial e Continuada em parceria com o IFRS

No ano de 2022, na busca da articulação da EJA com a educação profissional, a Secretaria Municipal de Viamão assumiu uma parceria com o IFRS - Campus Viamão, com a finalidade de promover um curso de Formação Profissional Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Cooperativismo de 200 horas aos alunos das últimas etapas da EJA.

Destinado exclusivamente a estudantes que estejam cursando a EJA dos anos finais do ensino fundamental, o Projeto Político Pedagógico apresenta o conceito do perfil dos sujeitos da EJA, destacando-se, assim, como uma proposta que busca compensar em parte os prejuízos históricos característicos desse alunado, deixando clara a visão social de concepção da educação por parte do IFRS - Campus Viamão.

Em geral os alunos da EJA são na sua maioria jovens e adultos trabalhadores que tiveram negado o direito à educação em sua infância e adolescência. A oferta do curso de qualificação profissional oferece a possibilidade de reparar tal direito a esta parcela da população. (Idem, ibidem, p. 8)

Além de qualificar para o trabalho em cooperativas, o curso se propõe a fomentar “a criação de novas organizações cooperativas, novas formas de negócios, produtos e serviços inovadores, observando o respeito ao meio ambiente, o emprego de novas tecnologias e as tendências da área administrativa”, integrando de forma sistêmica todas as áreas da gestão.

Importa destacar que se constata, na metodologia apresentada no documento do curso FIC, uma proposta pedagógica diferenciada de uma prática tradicional centrada na figura do professor como um transmissor de conhecimentos, uma vez que “propõe metodologias de ensino compatíveis ao cotidiano do aluno”. Assim, observa-se que toda a carga de experiências e principalmente vivências que trazem consigo são valorizadas. Tal proposta parece ser importante, uma vez que se trata de estudantes que já trabalham ou trabalharam, estão em busca de emprego e, até mesmo, já tiveram ligação com cooperativas. Essas experiências prévias possibilitam a participação dos estudantes nas aulas, trazendo o conhecimento prático que possuem, fomentando o conhecimento teórico que estão construindo e auxiliando aos colegas que ainda não tiveram essa experiência



Figura 3 - Formatura do FIC

O curso FIC, apesar de ser uma proposta inovadora para a Educação de Jovens e Adultos do município de Viamão, ainda não contempla as reais necessidades dos educandos. Percebe-se isso quando se constata, ao longo do ano, a evasão dos alunos, ou seja, o curso não promoveu a permanência dos alunos na escola, conforme as expectativas da Secretaria de Educação e dos docentes e gestores das escolas envolvidas. Além disso, o Curso de Agente de Cooperativismo foi proposto sem a opção de escolha ou preferência dos educandos pela área para a qual formava e não estava articulado às demais disciplinas do currículo desenvolvido na EJA. A proposta foi extremamente individualizada, ou seja, não contemplando de forma integrada a formação do educando e não atingindo os objetivos para articulação com o mundo do trabalho.

No entanto, a parceria para a oferta do curso FIC, trouxe grande contribuição para a definição do problema de pesquisa com vistas à possibilidade de pensar um currículo específico para a EJA, que privilegiasse a formação integral dos jovens e adultos. Edificar uma política educacional com a proposta da politecnicidade para a EJA mostra-se um processo bastante complexo, pois exige um trabalho coletivo muito intenso dos professores e da rede de ensino. Não basta compreender o trabalho como princípio educativo; é necessário que os princípios sejam convertidos e detalhados em uma prática pedagógica, de forma a construir um currículo integrado, visto que princípios, forma e conteúdo são faces de um mesmo processo.

# PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA A OFERTA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VIAMÃO

## Princípios Organizadores do Currículo Politécnico para a Educação de Jovens e Adultos

No Plano Nacional de Educação (2014-2024), a EJA está apontada na Meta 10, que direciona a atuação da gestão pública com um plano de ação com estratégias de intervenção (DOURADO et al., 2021), vindo ao encontro do objetivo do presente trabalho, que é, a partir de um mapeamento das necessidades apresentadas por professores e alunos, desenvolver uma política, como produto educacional, que contemple essa diversidade.

Para a implementação dessa política educacional com base politécnica é preciso pensar um caminho e ações que contribuam para que o aluno se desenvolva de forma integral, desenvolvendo o domínio do conteúdo trabalhado na escola de forma a perceber o mundo do trabalho a partir de uma perspectiva emancipatória, articulando o conhecimento teórico e prático.

Estima-se que uma política educacional com base na politecnicidade irá contribuir com a EJA, prevalecendo como horizonte para os que sonham com a possibilidade de uma nova sociedade para o Brasil, “onde os seres humanos possam produzir dignamente sua existência” (FRIGOTTO, 2010, p. 27). É, portanto, necessário conceber uma nova proposta capaz de promover a formação integral do educando, em diálogo com o mundo do trabalho, contribuindo para o seu desenvolvimento como cidadão capaz de compreender a realidade social, lutar pela transformação da sociedade em nome dos interesses sociais e coletivos e exigir seus direitos em relação a uma educação pública de qualidade.

Dessa forma, se faz necessário, para que essa política educacional seja implementada, fundamentar os princípios organizadores desse currículo politécnico que será ofertado na EJA de Viamão, bem como determinar ações e estratégias para a permanência e êxito desse aluno e a qualificação do docente.



Figura 4 - Apresentação do Produto Educacional



Figura 5 - Círculo de Cultura com os professores da EJA no ano de 2022

## Concepção de Currículo Integrado

Etimologicamente a palavra currículo vem do latim curriculum, “pista de corrida”. Isso significa dizer que, após um determinado percurso, os sujeitos envolvidos se tornam alguém diferente do início da trajetória. Portanto, ao trilhar determinado percurso, cada pessoa assume uma nova identidade, uma nova subjetividade (SILVA, 2002).

Segundo Sacristán (2000, p. 15), “[...] o currículo supõe a concretização dos fins sociais e culturais, de socialização, que se atribui à educação escolarizada [...]”. Assim, a partir do paradigma crítico, o currículo, através de uma abordagem interdisciplinar [...], contempla os aspectos técnicos da formação profissional, bem como os conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e humanistas necessários à formação do homem profissional e cidadão, comprometido eticamente com o crescimento e a transformação da sociedade (ESCOTT, 2008, p. 66).

Nessa perspectiva, é preciso compreender que “o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas” (GRUNDY apud SACRISTÁN, 2000, p. 14).

O currículo, a partir de uma proposta politécnica, deve ser estruturado com base na garantia de conteúdos que configurem e integrem a dimensão científica e tecnológica, a dimensão cultural e a dimensão do trabalho. É a integração curricular que se busca com foco na formação integral do aluno (SOBRINHO, 2017).

Para que o currículo tenha sentido no contexto em que é trabalhado, é necessária a integração curricular, pois o conhecimento se forma consistente quando ele é ampliado entre as diversas áreas do saber, estimulando uma postura crítica, criativa e investigativa do educando. Essa alternativa de ampliação que busca contemplar a compreensão global do conhecimento, da relação parte-todo, contribui para superar a fragmentação do ensino.

A importância da organização curricular está em desenvolver o conhecimento científico e cultural no educando ao mesmo tempo em que desenvolve a formação profissional, proporcionando a ampliação do campo de conhecimento, construindo melhores condições para a vida social e profissional.

No produto educacional proposto será apresentada uma nova organização curricular promovendo a interdisciplinaridade na busca de uma articulação entre a pesquisa como princípio pedagógico, através da qualificação do Projeto Identidade, aprofundando a proposta já existente, e implementando o Projeto Integrador com vista à inserção do aluno no mundo do trabalho.

# Politecnia como Princípio Educativo

O conceito da politecnia é refletido a partir dos escritos de Dermeval Saviani (2003). Para ele, a politecnia “se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução geral e instrução profissional” (SAVIANI, 2003, p.13). O autor propõe a politecnia como alternativa para a superação da dualidade estrutural e fragmentação da educação profissional. Ele sustenta o trabalho como indissociável, não sendo possível separar elementos manuais e intelectuais. Para Saviani, a ideia de politecnia está vinculada ao trabalhador estar em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho com a compreensão de seu caráter e de sua essência.

Saviani (2007) defende o processo do trabalho como princípio educativo, pois o homem, ao agir sobre a natureza transformando-a em função das suas necessidades, força a sua própria produção.

Ramos (2004), na mesma linha teórica, considera o trabalho no sentido ontológico, que permite sua relação com a natureza e na produção do seu conhecimento e no sentido da existência humana no capitalismo:

O trabalho pode ser assumido como princípio educativo na perspectiva do capital ou do trabalhador. Isso exige que se distinga criticamente o trabalho em si, por meio do qual o homem transforma a natureza e se relaciona como os outros homens para a produção de sua própria existência - portanto, como categoria ontológica da práxis humana -, do trabalho assalariado, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo, portanto como categoria econômica da práxis produtiva. (RAMOS, 2004, p. 42)

A educação politécnica favorece a compreensão de todo o processo produtivo, superando a dicotomia entre teoria e prática. Afinal, uma prática esvaziada de teoria e uma teoria desprovida de prática discordam do entendimento de trabalho como processo integral que envolve todas as capacidades humanas em torno da realidade concreta (MARX, 1996).

A partir da politecnia, é possível perceber que somente uma educação que valorize a formação nas suas dimensões técnica e científica pode estar comprometida em combater a concepção do homem como força produtiva fundada na divisão das classes sociais. Assim, para a organização do currículo da EJA, o conceito de politecnia deve ser considerado conforme expresso abaixo:

A politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. (SAVIANI, 2003, p.140)

Ainda, segundo Moura (2007), a formação do estudante deve ser elaborada em uma perspectiva mais ampla, ou seja, de forma a incluir sua formação para o trabalho e o desenvolvimento, entre outros aspectos fundamentais na vida, do aprender, interpretar, analisar, criticar, refletir e buscar soluções edificando, dessa forma, sua autonomia em uma educação politécnica. A politecnicidade, através da educação, tem como princípio a formação de um cidadão capaz de ter habilidades para desenvolver qualquer atividade, por ter assimilado esses fundamentos.

Saviani (2003, p. 135) aponta as possibilidades de a politecnicidade permear os processos educativos escolares, da escola básica à universidade, mas também do trabalho como princípio educativo, visto que: “Pode-se, pois, dizer que o currículo escolar, desde a escola elementar, guia-se pelo princípio do trabalho como o processo através do qual o homem transforma a natureza”.

A EJA precisa romper paradigmas históricos. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), são três grandes desafios a serem vencidos: desconstruir a ideologia de que cursos profissionalizantes são indicativos de empregabilidade, modificar a organização escolar, envolver a sociedade civil para a execução e manutenção de políticas educacionais capazes de preparar os jovens e adultos para o mundo do trabalho e o seu desenvolvimento integral.

Sendo assim, a politecnicidade representa o domínio e o desenvolvimento intelectual e a possibilidade do educando exercer tarefas de forma dinâmica e criativa. Vai além de uma formação simplesmente técnica, pois necessita-se de um perfil capaz de atuar de forma criativa frente às suas funções e desafios. Ao estudante deve ser proporcionado que possa buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu constante aperfeiçoamento.

Nessa perspectiva, a EJA deve ser assumida como um conhecimento decampo específico, principalmente no que se refere às reais necessidades de aprendizagem dos alunos e valorizando principalmente os conhecimentos já adquiridos para resolver situações do cotidiano e enfrentar desafios. Tomando como base esses preceitos teóricos, a EJA precisa de uma organização curricular diferenciada, capaz de oferecer aquilo que os alunos procuram, inserindo concepções sobre a atuação profissional, sobre o mundo do trabalho e sobre a vida.

## Interdisciplinaridade

A contextualização, a interdisciplinaridade e o compromisso com a transformação social são entendidos como princípios que podem orientar a organização do currículo integrado (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015). A contextualização, no sentido de articular os conhecimentos com a realidade vivida pelos estudantes e a interdisciplinaridade, tendo em vista as potencialidades de cada ciência, pode proporcionar aos alunos uma compreensão mais plena do mundo, buscando a transformação da sociedade e por consequência a sua emancipação.

A adoção desses princípios orientadores para a oferta da EJA dentro de uma perspectiva politécnica são essenciais para que a integração não seja compreendida apenas como a organização dos conteúdos escolares, sem revelar o conteúdo ético-político transformador dessa proposta.

Na perspectiva da integração, a utilidade dos conteúdos passa a ser concebida não nas necessidades do mercado, mas tendo como referência a utilidade social, ou seja, os conteúdos são selecionados e organizados na medida em que possam promover comportamentos que promovam o ser humano e instrumentalizem o reconhecimento da essência da sociedade e a sua transformação, formando o indivíduo em suas múltiplas capacidades: de trabalhar, de viver coletivamente e agir autonomamente sobre a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e fraterna (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015. p. 68)

No processo de desenvolvimento do currículo, os professores precisam em conjunto buscar estratégias de ação, encontrar o equilíbrio entre a teoria e a prática, o saber e a experiência, a ação e o pensamento, transformando a prática cotidiana de um ensino além do propedêutico, mas que busque o desenvolvimento integral do educando, tendo o trabalho como princípio educativo e articulador. Para tanto, é essencial mudar o modo de pensar o currículo, promovendo discussão, avaliação e tomada de decisão coletivamente. Será necessário, também, criar espaços que favoreçam os debates, momentos de estudo para aprofundar a proposta da politécnica e a organização do planejamento entre os professores.



Figura 6 - Alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Farroupilha

## Pesquisa como princípio pedagógico

A pesquisa como princípio pedagógico, ligada à produção do conhecimento e ao trabalho como princípio educativo, busca colaborar na formação de sujeitos autônomos, que possam se compreender no mundo e nele atuar, gerando ações transformadoras necessárias para atender às necessidades coletivas da humanidade e das gerações futuras.

A pesquisa promove a construção da autonomia intelectual dos estudantes e deve estar presente em toda a educação escolar, bem como estar orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores. É fundamental que a produção de conhecimentos esteja orientada por um sentido ético, em que a pesquisa, a ciência e o desenvolvimento tecnológico se mostrem comprometidos, oferecendo bens e serviços que tenham como finalidade melhorar as condições da vida coletiva, e não apenas produzir bens de consumo para o crescimento do mercado.

O fortalecimento da relação entre o ensino e a pesquisa contribui para o desenvolvimento das capacidades de interpretar, analisar, criticar, refletir, rejeitar ideias fechadas, buscar soluções e alternativas, de forma responsável e ética diante das questões políticas, sociais, culturais e econômicas (RAMOS, 2014a).

TENDO COMO UM DOS PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS NORTEADORES A PESQUISA, UMA DAS ALTERAÇÕES A SER PROPOSTA NESTE PRODUTO EDUCACIONAL É O APRIMORAMENTO DO PROJETO IDENTIDADE E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR.

## Trabalho como princípio educativo

A proposta de integração curricular, trazendo a ideia do trabalho como princípio educativo, visa a produzir na escola uma formação unitária por meio da articulação entre ciência e técnica.

Gramsci (2000) apresenta o trabalho moderno como princípio educativo fundamental, pois ele seria, por excelência, elemento integrador entre ciência e cultura, e deveria orientar toda proposta educacional dentro da escola, chamada dentro dessa proposta integradora de escola unitária.

Segundo Souza Júnior (2010) “o trabalho tem caráter educativo porque ele constrói, afirma ou modifica o ser social independentemente da direção ou perspectiva para a qual aponte esse processo”.

Para que se prossiga em direção a uma efetiva integração curricular, faz-se necessário repensar a proposta pedagógica e curricular, visando à efetiva integração entre teoria e prática, ciência e técnica, trabalho e cultura, de modo que se compreenda o significado histórico e social do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia. Tal perspectiva construída através do Projeto Integrador permitiria uma articulação mais consistente entre formação geral e formação profissional.

Dentro da perspectiva da educação profissional, a integração curricular traz a proposta de articular, entre a teoria e a prática, o trabalho como princípio educativo:

O trabalho, nos sentidos ontológico e histórico, é princípio e organiza a base unitária do ensino [...] por ser condição para se superar um ensino enciclopédico que não permite aos estudantes estabelecer relações concretas entre a ciência que aprende e a realidade em que vive. É princípio educativo, ainda, porque leva os estudantes a compreenderem que todos nós somos seres de trabalho, de conhecimento e de cultura e que o exercício pleno dessas potencialidades exige superar a exploração de uns pelos outros. (RAMOS, 2008, p. 4)

## Avaliação Emancipatória

Segundo Freire (1989), avaliar a prática é analisar o que se faz, comparar os resultados obtidos com o que se buscava alcançar. Quando se avalia a prática, se revelam erros, acertos e imprecisões, pois o ato de avaliar corrige, aprimora e aumenta a eficácia da prática educativa.

Nesse sentido, a proposta da avaliação deve ser construída como um ato de construção do sujeito. O ato de avaliar busca analisar a qualidade do ensino e o desempenho dos estudantes para melhorar o ensino e o aprendizado. A avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica da realidade, com o objetivo de transformá-la.

No processo de avaliação e educação emancipadora, a instituição de ensino, conforme Nascimento (2013), deve proporcionar diferentes processos de ensino e aprendizagem que capacitem o estudante a desenvolver posturas de transformação de um ser crítico e adequado para viver em sociedade com autonomia e liberdade.

A integração curricular, praticada por meio do currículo integrado, é, portanto, percebida como uma forma de organização do conhecimento que contribui para que o estudante perceba as relações existentes na realidade em que vive, com vistas à promoção da sua emancipação. Essa institucionalização não implica apenas em estabelecer relações interdisciplinares entre os diversos conteúdos, mas, sobretudo, em desenvolver práticas pedagógicas e processos avaliativos de forma integrada, que superem as concepções classificatórias historicamente dadas nos currículos marcados pelo isolamento das disciplinas. (ESCOTT, VIEGAS, PIZZATTO, 2020, v.1,p.812)

Conforme o Parecer do CNE/CEB nº 01/2021, a avaliação escolar na EJA, em seus diferentes processos e espaços, deverá encorajar, orientar e conduzir os estudantes em uma perspectiva contínua e formativa, no intuito do desenvolvimento dos direitos de aprendizagem. Os professores deverão planejar e propor instrumentos avaliativos que possibilitem o acompanhamento e a intervenção para a promoção do direito de aprendizagem do estudante jovem e adulto.

## Permanência e Êxito

As expectativas dos jovens e adultos, ao chegarem à escola, são muitas. E o fato de não permanecerem suscita vários questionamentos, entre eles, aqueles que levam a refletir sobre o papel do educador.

Paiva (2007) discute a falta de formação dos professores para essa modalidade de ensino. Segundo ela, muitos professores acabam trabalhando com essa modalidade de ensino sem nenhum apoio para o trabalho que desejam realizar. Ressalta, ainda, que os discursos e as práticas dos professores mais os afastam do que aproximam dos educandos, impossibilitando no sentido de alterar, de fato, as relações entre sujeitos aprendizes e entre seu estar no mundo. Oliveira diz que:

O adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de um modo diferente daquele da criança e do adolescente. Traz consigo uma história mais longa (e provavelmente mais complexa) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre as outras pessoas. (OLIVEIRA, 1999, p.16)

Apesar de o Poder Público ter instituído como lei a oferta de educação escolar para jovens e adultos (BRASIL, 1996; 1988) como forma de igualdade a todos os cidadãos, não o fez dando a devida relevância às particularidades dos sujeitos da EJA, considerando que no espaço da sala de aula desses sujeitos prevalecem a heterogeneidade e a diversidade, e não são apresentadas somente diferença de gerações, mas também socioculturais, étnico-raciais, de gênero e também de projetos e interesses pessoais (CARDOSO, FERREIRA, 2012).

Arroyo (2003, p.20) afirma “que não será possível ensinar para participação, desalienação e libertação de classe com os mesmos livros didáticos, a mesma estrutura e a mesma relação pedagógica com que se ensinaram a ignorância e a submissão de classe”. E nesse sentido, o autor pensa em uma escola que atenda aos reais interesses da classe trabalhadora, propiciando a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida, pois é essa a função permanente da EJA (BRASIL, 2000).

É preciso pensar em uma perspectiva diferente de se fazer educação. Pensar estratégias que garantam seus direitos e que não se afastem das reais necessidades dos alunos da EJA:

Trata-se de trajetórias coletivas de negações de direitos, de exclusão de marginalização; conseqüentemente a EJA tem de se caracterizar como uma política afirmativa de direitos de coletivos sociais, historicamente negados. Afirmações genéricas ocultam e ignoram que EJA é, de fato, uma política afirmativa e, como tal, tem de ser equacionada (ARROYO, 2007, p. 29)

Diante das análises dos questionários e dos Círculos de cultura realizados com os alunos da EJA de Viamão, foi possível inferir que eles consideram que a educação é o meio mais importante e até mesmo o mais acessível para se conseguir trabalho e reconhecimento na sociedade e que, apesar das dificuldades passadas e presentes, ainda veem a escola com olhar de esperança. Esperança de conseguir um emprego melhor ou até mesmo de conseguir o primeiro emprego e, assim, poder ter melhores condições de vida.

A EJA, portanto, se configura como possibilidade de elevação de escolaridade e também da qualificação dos alunos trabalhadores ou dos que venham a ser. E, dessa forma, pode-se concluir que é por isso que à escola retornam, pois há sempre esperanças de mudar, de superar a condição de excluídos (CARDOSO, FERREIRA, 2012, p.73).

Uma política educacional para essa modalidade de ensino precisa contemplar além de um currículo com base politécnica, com o objetivo da formação integral do educando, também oportunizar ações estratégicas para a permanência e êxito desses jovens e adultos.

# AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA APOIO ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO

A rede Municipal de Ensino de Viamão planeja suas ações basicamente nas metas do Plano Nacional de Educação, buscando sempre a qualidade do ensino, a permanência e êxito do aluno na escola e o desenvolvimento da cidadania. A escola hoje é a porta de entrada para o acolhimento de muitas famílias, pois se entende que é através da educação que muitos terão a oportunidade de refazerem suas vidas. Cabe à Secretaria de Educação planejar políticas educacionais com ações pertinentes à necessidade desses jovens e adultos que frequentam a EJA.



Figura 7 - Apresentação do Produto Educacional aos professores



Figura 8 - Apresentação do Produto Educacional aos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Diogo de Souza

## Apoio aos estudantes

### -Laboratório de Aprendizagem

Os alunos da EJA, na sua maioria, são pessoas que tiveram, por algum motivo, sua trajetória estudantil interrompida e que procuram agora recuperar esse tempo. Para tanto, enfrentam uma série de dificuldades, uma vez que precisam superar as deficiências desencadeadas pelo tempo. Muitas vezes, jovens e adultos utilizam a matemática no seu cotidiano, mas não conseguem relacioná-la aos conteúdos da disciplina que são aprendidos na escola, e a leitura sem fluência também dificulta a compreensão.

A educação matemática trabalhada na modalidade EJA apresenta um significado diferenciado em relação à educação matemática ministrada na educação regular. Fonseca afirma (2007, p. 14):

Estamos falando de uma ação educativa dirigida a um sujeito de escolarização básica incompleta ou jamais iniciada e que ocorre aos bancos escolares na idade adulta ou na juventude. A interrupção ou o impedimento de sua trajetória escolar não lhe ocorre, porém, apenas como um episódio isolado de não acesso a um serviço, mas num contexto mais amplo de exclusão social e cultural, e que, em grande medida, condicionará também as possibilidades de re-inclusão que se forjarão nessa nova (ou primeira) oportunidade de escolarização.

Acredita-se que outros recursos ganham papel importante dentro da escola, de modo que possam ser superadas as lacunas de aprendizagem do educando e se alcançar a permanência e o êxito no processo ensino aprendizagem.

O laboratório de aprendizagem em uma escola, por exemplo, constitui um importante espaço de experimentação para o aluno sem as pressões do espaço formal da sala de aula, novos materiais e metodologias, além do acompanhamento individualizado.

Dessa forma, para a modalidade da EJA será ofertado, a partir desse ano de 2023, o Laboratório de Aprendizagem duas vezes na semana, no vespertino, para os alunos que apresentarem maiores dificuldades. Os mesmos podem ser encaminhados pelos professores ou o aluno solicitar um atendimento direto com o professor responsável. O Laboratório terá um foco de atendimento maior nas disciplinas de Matemática e Português, com atividades vinculadas aos conhecimentos trabalhados em sala de aula.

## -Sala de Recursos e o Serviço de Atendimento Educacional Especializado

O Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) é amplo e envolve toda ação que contemple os estudantes da Educação Especial, como a Adaptação Curricular, elaborada pelo professor da sala de aula regular, o Plano de Desenvolvimento Individual Escolar (PDIE), construído para nortear o trabalho, e a monitoria nos casos necessários. De forma bem específica, o SAEE ocorre nas Salas de Recursos Multifuncionais, com professor especializado, na própria escola, ou em outra escola da Rede Municipal de Ensino, preferencialmente em turno inverso. Atualmente a rede de ensino é composta por 47 salas de recursos e contempla o atendimento de mais de 1.400 alunos com deficiência. Os professores especializados são aqueles que irão organizar os meios norteadores do trabalho do estudante com deficiência de forma pedagógica, visando a sanar as suas dificuldades. Trabalha no princípio de desenvolvimento da comunicação, da mobilidade, da interação, da adaptação e da autonomia para que o aluno alcance as aprendizagens.

Será ofertado, a partir desse ano de 2023, o serviço do SAEE nas três escolas de EJA do Município de Viamão, com professor especializado, em noites alternadas, possibilitando o atendimento dos alunos com deficiência, bem como a orientação aos professores sobre o planejamento de um currículo adaptado que deverá ser ofertado a esses educandos em sala de aula.





Figura 11 - I Simpósio do GIP

## -Gabinete Integrado de Cuidado com as Pessoas

O Gabinete Integrado de Cuidado com as Pessoas (GIP) foi criado para promover, acompanhar e deliberar ações de cuidado integral à comunidade escolar, na busca do bem-estar social, reduzindo prejuízos acentuados pela pandemia, buscando contribuir com as aprendizagens e o retorno ao convívio social.

O foco principal do GIP é poder auxiliar os estudantes e seus familiares nesse processo de retomada da rotina escolar, de seus projetos de vida e de convivência.

Salienta-se o caráter inovador do projeto GIP, uma vez que ele ocorre no dispositivo público de maior importância e proximidade das crianças, dos adolescentes, jovens e suas famílias, ofertando serviços de atendimento psicossocial na rede pública de educação básica, executando ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, primando pela integralidade, universalidade e equidade no cuidado ofertado.

O GIP, por ser uma política pública já implementada no município conforme a Lei 5027/2021, trabalha em conjunto com cinco secretarias: Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte e Cultura, facilitando através do GT (Grupo Técnico) os encaminhamentos de assistência básica desses serviços ao público atendido.

O GIP atuará, a partir desse ano de 2023, em noites alternadas, de forma itinerante, nas escolas municipais com EJA, oportunizando aos alunos atendimento com psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo e assistente social, de acordo com a demanda e a necessidade.



## -Alimentação escolar

Os estudantes da EJA muitas vezes são trabalhadores que se submetem a longas jornadas de trabalho e ainda têm ânimo para buscar a escolarização, depositando nisso suas reservas de perspectiva de mudança de vida.

Assim, após enfrentar uma dura jornada de trabalho, esses alunos dirigem-se às escolas no período noturno e, raramente, tem condições financeiras e tempo para se alimentar adequadamente, preparando-se para enfrentar mais um turno de estudos.

Desde o ano de 2015, a EJA em Viamão é contemplada com merenda salgada (jantar) rica em proteínas, verduras e legumes, ofertada durante a semana no intervalo, após dois períodos de aula.

Mesmo na fase adulta, sabe-se da importância de incentivar a alimentação saudável tanto para o bom funcionamento orgânico como para a prevenção de doenças e, principalmente para o melhor desempenho e rendimento escolar. Pensando no bem estar dos alunos dessa modalidade, a partir de 2023, será ofertado um lanche (leite, iogurte, frutas etc) no momento que chegarem à escola, oportunizando uma alimentação balanceada e rica nos nutrientes necessários para uma vida saudável, e o jantar no período do intervalo, mantendo-se a refeição salgada a qual já estão habituados. Tudo sempre supervisionado por nutricionistas.

## -Transporte escolar

Com a redução muito significativa dos alunos que frequentam a EJA em Viamão, em 2022, algumas escolas encerraram o ano letivo com menos de 25 alunos frequentes. Pensando na permanência desse alunado na escola, a Secretaria Municipal de Educação reduziu o número de escolas que ofertam essa modalidade de ensino, passando de seis para três, mas mantendo-as em diferentes regiões de modo a dar mais qualidade ao ensino ofertado, bem como poder investir em estratégias que possam incentivar o jovem e adulto a concluir seus estudos. Foram levadas em consideração todas as necessidades e dificuldades apresentadas pelos alunos durante a pesquisa. Dessa forma, os alunos serão contemplados, a partir de 2023, com o transporte gratuito próprio da Secretaria de Educação para o traslado da escola de origem até a escola que atualmente oferta a EJA (considerando o percurso mais próximo) ou a passagem gratuita em transporte público para aqueles que considerarem de mais fácil acesso.

---

## -Oficina para os filhos

Ter a oportunidade de ver seus filhos desenvolverem suas capacidades de forma divertida, em segurança, com a supervisão de um profissional qualificado e todo o suporte que o ambiente escolar pode oferecer é o desejo de muitos alunos da EJA que são pais e mães e que procuram na conclusão dos seus estudos a oportunidade de oferecer uma vida melhor aos filhos e, muitas vezes, acabam desistindo, pois esbarram na dificuldade de não ter com quem os deixar para poder frequentar a escola.

Buscando estabelecer uma rede de apoio, tendo em vista que as atividades recreativas estão associadas a jogos, brincadeiras, interesse, prazer e lazer, contribuem para o desenvolvimento da criatividade e proporcionam bem estar às crianças, a Secretaria Municipal de Educação ofertará, a partir desse ano, oficinas de atividades recreativas para os filhos daqueles que comprovarem a necessidade desse auxílio por parte da escola. A faixa etária a ser atendida será definida após análise das demandas.

Além das oficinas, as crianças terão a oportunidade de receber alimentação, auxiliando, dessa forma, as famílias mais vulneráveis e sem condições econômicas de ofertar uma alimentação adequada aos filhos.

## -Bolsa Auxílio Permanência

Há dois anos, foi sancionada a Lei ordinária 5107/2021, que autoriza o Poder Executivo a conceder Bolsa Auxílio Permanência, destinada a auxiliar financeiramente os estudantes regularmente matriculados e frequentes no ensino fundamental da modalidade EJA da rede municipal de ensino de Viamão.

O objetivo da lei é promover a permanência, o aproveitamento e a assiduidade escolar dos estudantes jovens e adultos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão escolar. A nova lei também pretende combater a infrequência, abandono e evasão gerados por baixo rendimento ou pela necessidade da geração de renda, de forma a contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes jovens e adultos no ensino fundamental.

O valor da Bolsa Auxílio Permanência para os estudantes da modalidade EJA da Rede Municipal das etapas V, VI e VII será de R\$ 200 mensais, pagos até o 10º dia útil de cada mês aos que comprovarem frequência mínima mensal de comparecimento a 75% das aulas e condições de avanço escolar, além de apresentarem participação escolar efetiva.

A proposta para o ano de 2023, é que possam ser incluídos no recebimento da Bolsa Auxílio Permanência os alunos da IV etapa, contemplando todos os anos finais do ensino fundamental.

# Apoio aos docentes

## -Formação Continuada para os docentes da EJA

Freire (1997, p. 58), que muito analisou o trabalho docente, escreveu que: “Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática”. É, portanto, imprescindível que professores da EJA tenham clareza dos desafios a serem enfrentados na modalidade, pois historicamente seu público é formado por jovens e adultos trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos e excluídos do direito à escolarização (ARROYO, 2008).

O documento elaborado pelo MEC (BRASIL, 1999) sobre os referenciais para a formação de professores da EJA, aponta para a necessidade de professores comprometidos e que tenham a possibilidade de “elevar a qualidade da educação”, promovendo o desenvolvimento do aluno como sujeito histórico, com capacidade de enfrentar os desafios do mundo globalizado. O referido documento destaca a importância de constituir novas habilidades na formação docente, preparando-o para uma sociedade que está em constante transformação, sendo necessário ter a escola como espaço de reflexão (BRASIL, 1999). É no cotidiano da escola que propostas de mudanças devem ser levantadas, discutidas e concretizadas, para que se possa promover a tomada de consciência em direção à construção da escola democrática (SAVIANI, 2000).

A formação continuada implica ao docente uma reflexão crítica da sua prática pedagógica, valorizando sempre o diálogo e respeito pelo saber do educando, podendo ajudar o professor a ter maior clareza de seu papel enquanto educador e, conseqüentemente, melhorar seu desempenho como sujeito que ensina, que aprende e que se humaniza nesse processo.

A Secretaria Municipal de Educação de Viamão tem na sua organização a oferta regular (uma vez por mês) de formação continuada aos professores da rede de ensino. Essas formações são organizadas pela assessoria da Secretaria com temas pertinentes à qualificação da prática pedagógica.

Na nova política educacional a ser implantada na EJA, a formação continuada aos professores da EJA será permanente, priorizando momentos de estudos, debates e formações, tendo como base os princípios orientadores e organizadores para o currículo politécnico.

## -A garantia de espaço para planejamento

Durante o período da implementação dessa política educacional, é necessário, além de contemplar períodos de escuta dos discentes, um período dedicado a estudos, análise, reflexões e adequações à nova política. Segundo Freire (1983), somente nos constituímos como seres humanos no coletivo e, para tanto, é preciso conviver com o diferente e aprender que existem pensamentos diferentes dos nossos, mas que podem se apresentar como experiência e vivências enriquecedoras para todo o grupo.

O planejamento coletivo e interdisciplinar exige do grupo envolvido um diálogo constante que, segundo Freire (1992), é um componente essencial na educação comprometida com a construção de sujeitos democráticos. Não existe aquele que só ensina e aquele que só aprende, todos são sujeitos das ideias e comportamentos que vão compor o todo do trabalho que será produzido (FREIRE, 1996). “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987).

Pensando na necessidade do planejamento coletivo na política para a EJA do município de Viamão, serão disponibilizados semanalmente três períodos, com carga horária já incluída na organização curricular, para alinhamento da política educacional entre os docentes, gestores e equipe pedagógica.

# ESTRUTURA DO CURRÍCULO POLITÉCNICO

A nova política para oferta da EJA no município de Viamão propõem um currículo de base politécnica para essa modalidade de ensino. Trata-se de um novo cenário que requer, além das estratégias de gestão já apontadas nesse documento, a organização de um currículo que possibilite a formação humana integral, tendo como articuladores os princípios já descritos: currículo integrado; politecnia como princípio educativo; interdisciplinaridade; pesquisa como princípio pedagógico; trabalho como princípio educativo; avaliação emancipatória; permanência e êxito. Assim, buscando contribuir com a necessária integração entre os conhecimentos das diversas áreas do conhecimento e a relação com o mundo do trabalho, propõe-se o Projeto Integrador, espaço privilegiado para a sistematização e articulação da educação politécnica na EJA.

## Projeto Integrador e Tecnologias Digitais

Para dar sequência à nova proposta da política educacional, será modificada a matriz curricular, sendo incluído no currículo o Projeto Integrador, e a disciplina de Tecnologias Digitais, buscando uma articulação entre os saberes das diversas áreas do conhecimento e o mundo do trabalho. O Projeto Integrador organizar-se-á a partir dos princípios: politecnia como princípio educativo; pesquisa como princípio pedagógico e interdisciplinaridade e a disciplina de Tecnologias digitais irá corroborar de forma prática e tecnológica com o aprofundamento desses princípios.

O objetivo principal do Projeto Integrador é que o mesmo venha ao encontro das necessidades dos educandos, articulando a formação de jovens e adultos aos conhecimentos e vivências prévias dos estudantes no cotidiano da vida social e no mundo do trabalho. Serão realizadas assembleias com a participação dos alunos das etapas IV a VII para discutir o tema gerador articulado com o mundo do trabalho e proporcionar ao aluno o seu desenvolvimento integral. O Projeto Integrador será articulado de forma interdisciplinar e desenvolvido coletivamente entre os docentes, em estreito diálogo com o componente curricular e respectivos conhecimentos trabalhados em sala de aula.

O Projeto Integrador estará incluído na matriz curricular com cinco períodos semanais e a disciplina de tecnologias digitais com um período semanal. . Esses períodos ficam a cargo de docentes, escolhido pela escola, que mais se destacam no trabalho junto aos jovens e adultos e se identifica com a EJA.

Nesses períodos específicos, será proporcionado ao estudante o contato com o processo científico, por meio da pesquisa, a partir da realidade concreta do educando. Os conhecimentos adquiridos durante o período do tema gerador serão aplicados pelos alunos a partir de estudos de casos com resolução de um problema.

Para o desenvolvimento do Projeto Integrador, serão discutidas, nos períodos de planejamento dos professores e em assembleias com os estudantes, as estratégias para definir a temática do projeto, a duração, os conteúdos abordados, a metodologia de trabalho, os recursos utilizados e a culminância.

O tema será o eixo articulador, mas cada etapa de ensino dará seu enfoque a partir da definição dos objetivos e metodologia de trabalho.

O tema gerador deverá, de forma interdisciplinar, estar incluindo em atividades que ampliem os conhecimentos estudados das diferentes disciplinas em sala de aula, incluindo o planejamento da disciplina de tecnologias digitais.

A aplicação do projeto se dará de acordo com a sequência das etapas estabelecidas pelo grupo. Após a execução das atividades planejadas, ocorre a socialização dos trabalhos, momento em que os estudantes relatam os resultados de suas pesquisas e a fundamentação teórica orientada pelos professores.

A socialização pode ser por meio de mostra de trabalhos para a comunidade interna e externa, ampliando a divulgação dos projetos trabalhados. Com a realização dessa proposta, o entendimento e a relevância dos conteúdos trabalhados devem ser aproveitados pelos educandos em suas práticas profissionais, desenvolvendo atitudes de responsabilidade e autonomia.



Figura 12- Conjunto de fotos de alunos

## Projeto identidade

O projeto identidade nas escolas da Rede Municipal de Viamão tem como objetivo a valorização das características mais expressivas da comunidade na qual está inserida, a escola também pode ser o motivo pelo qual essas características estão presentes naquele meio, tendo em vista que a educação impulsiona cultura, arte, esporte, entre outros. Pedagogicamente o projeto identidade fomenta práticas educativas interligadas entre todas as turmas, integra e unifica projetos e atividades, fortalecendo a aprendizagem, motivando alunos e professores tornando significativo o processo educativo e de socialização entre os pares. Na proposta do Projeto Identidade, a participação da comunidade escolar é indispensável, sendo no planejamento desse projeto ou nos momentos de culminância, para que cada vez mais a escola e a comunidade trabalhem juntas, valorizando o meio em que vivem.

O Projeto Identidade será trabalhado durante o semestre com uma proposta única escolhida de forma coletiva pelos alunos da EJA. Ele será trabalhado e planejado de forma interdisciplinar.



## Matriz Curricular dos Anos Finais da EJA

<b>ÁREAS DO CONHECIMENTO</b>	<b>IV ETAPA</b>	<b>V ETAPA</b>	<b>VI ETAPA</b>	<b>VII ETAPA</b>
<b>ETAPAS</b>				
Português	4p.	4p.	4p.	4p.
Artes	1p.	1p.	1p.	1p.
Educação Física	1p.	1p.	1p.	1p.
Inglês	1p.	1p.	1p.	1p.
Matemática	4p.	4p.	4p.	4p.
Ciências Naturais	2p.	2p.	2p.	2p.
História	2p.	2p.	2p.	2p.
Geografia	1p.	1p.	1p.	1p.
Tecnologias Digitais	1p.	1p.	1p.	1p.
Projeto Integrador	5p.	5p.	5p.	5p.
PLANEJAMENTO	3p. Quarta-feira	3p. Quarta-feira	3p. Quarta-feira	3p. Quarta-feira

Semanalmente, os professores terão três períodos para planejamento, análise e reorganização do projeto trabalhado. Os alunos serão contemplados com atividades a distância. Fica a atividade a distância de responsabilidade do Coordenador Pedagógico da Escola para a determinação da disciplina a ser trabalhada.

## Organização das etapas

A organização do ensino na EJA, fundamentada pelo Regimento Escolar da Rede Municipal das Instituições de Ensino, dar-se-á por Etapas, sendo:

- Etapa I = 1º, 2º e 3º anos - Ciclo de Alfabetização;
- Etapa II = 4º ano - Etapa III = 5º ano- Ciclo Intermediário;
- Etapa IV = 6º ano;
- Etapa V = 7º ano;
- Etapa VI = 8º ano;
- Etapa VII = 9º ano.

A etapa I tem a duração de um ano letivo. As etapas II, III, IV, V, VI e VII terão duração semestral. As turmas serão constituídas conforme orientações/recomendações da Resolução nº 004/2015, do Conselho Municipal de Educação (CME), bem como de acordo com a realidade da comunidade escolar na qual a escola está inserida, considerando que as etapas II e III poderão ser ofertadas de forma multisseriada e as demais também quando não tiver o mínimo de alunos.

A modalidade de ensino da EJA por sua organização curricular será organizada por área de conhecimento nas etapas I, II e III (Ciências Sociais, Ciências Naturais, Matemática e Linguagens). Complementa o art. 58 do Regimento Escolar da Rede Municipal de Ensino, que estabelece essa organização: “Essas áreas interligadas contribuem para o desenvolvimento cognitivo e a compreensão das práticas sociais” (VIAMÃO, 2016, p. 20). Já as etapas IV, V, VI e VII serão organizadas por disciplinas.

Para o Ciclo de Alfabetização sugere-se um docente; para o Ciclo Intermediário sugere-se um docente; para os Anos Finais sugere-se um docente por disciplina.

Implementado nas etapas IV a VII, o Projeto Integrador será ofertado com uma carga horária de 05 períodos semanais, trabalhando com diversos temas pertinentes à integração ao mundo do trabalho.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contribuir para a implantação de uma política educacional de base politécnica para a EJA na rede municipal de Viamão, de forma a ofertar a esse alunado uma educação capaz de oportunizar o desenvolvimento humano integral, vai além do que planejei quando iniciei o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IFRS. Como pesquisadora, e com a responsabilidade de estar secretária de educação, estava ciente que o meu Produto Educacional deveria possibilitar um avanço significativo para a rede de ensino.

Através da pesquisa, incluindo análise de documentos e de dados, verificou-se que a ação educativa para a EJA, necessitava urgentemente de uma orientação mais específica no que tange principalmente à organização curricular, à metodologia e avaliação. Os documentos analisados não apresentam uma articulação com a educação profissional, tampouco com o mundo do trabalho, ficando claro que o currículo atual prioriza uma escolarização voltada apenas para os conhecimentos gerais do educando.

Para a implementação dessa política educacional com base politécnica foi preciso pensar em ações que contribuam para que o aluno se desenvolva de forma integral, articulando o conhecimento teórico e prático.

Edificar uma política educacional com a proposta da politecnia para a EJA foi um processo bastante complexo, pois exige um trabalho coletivo muito intenso dos professores, gestores, e secretaria de educação. Não basta compreender o trabalho como princípio educativo, é necessário que esses princípios sejam trabalhados dentro de uma nova proposta pedagógica, visando um currículo integrado.

A participação dos professores e dos alunos durante todo esse processo, principalmente através dos Círculos de Cultura foi essencial para a construção e aceitação do Produto Educacional e a vontade dos professores em dar certo. O fato de estar Secretária de Educação do município foi um privilégio, pois já estamos atendendo todos os alunos e professores com as ações de apoio administrativo e pedagógico. Exemplo disso, é o Projeto de Lei (PL) que amplia as etapas para recebimento da Bolsa Permanência também já foi aprovada pela Câmara de Vereadores de Viamão.

Acredito que após essa pesquisa e a implantação dessa política, a Educação de Jovens e Adultos de Viamão não será mais a mesma. Por intermédio da pesquisa e do produto educacional os professores demonstraram entender qual o papel deles em relação a essa modalidade de ensino, bem como a diferença que eles podem fazer na vida desses alunos e, esses, por sua vez, perceberam que, por meio da EJA com base politécnica, a escola poderá contribuir, efetivamente, no seu desenvolvimento humano e científico contribuindo para a construção de novos caminhos e diálogos com o mundo do trabalho.

# REFERÊNCIAS

ANUAL DA ANPED. Anais... Caxambu, MG: ANPED. 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br> >; Acesso em: 21 de Setembro de 2010.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. Revista Educação em Questão, v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Juventude, produção cultural e Educação de Jovens e Adultos**. In: Leôncio (org.) Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão**. In: VÓVIO, Claudia Lemos; IRELAND, Timothy Denis (Orgs.). **Construção coletiva: contribuições à Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: UNESCO; MEC; RAAB, 2008. p. 221 -230.

CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional: textos de referência da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, julho 2004. Disponível em: . Acesso em 14 de março de 2011.

CARLOS, José e BARRETO, Vera. **Um sonho que não serve ao sonhador**. Disponível em: <[www.diaadia.pr.gov.br](http://www.diaadia.pr.gov.br)>. Acessado em 25 de Setembro de 2010.

ESCOTT, Clarice Monteiro. **Currículos, pedagogia e avaliação em cursos de enfermagem e de direito: influências do discurso regulador geral e do discurso recontextualizador**. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ESCOTT, C.M.; VIEGAS, Luciana Torezan ; PIZZATO, M. C. . **AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**. In: PLÁCIDO, R. ; SOBRINHO, S.D. (Org.). Educação profissional integrada ao ensino médio. 1ed. Brasília-DF: Editora IFB, 2020, v. 1, p. 812-837.

FRIGOTTO, G. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais.** Revista do Centro de Educação e Letras-UNIOESTE/Foz-2008.

\_\_\_\_\_. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe.** In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, jan./abr.2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança.** 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade.** 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente.** SP: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação.** 7. ed. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **A educação na cidade.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 51<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2011 – (Coleção questões da nossa época; v. 22).

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais.** Eccos Revista Científica, v. 4, n. 2, p. 79-88, 2002.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** São Paulo: Cortez, 2013.

MOURA, D. H. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração.** Holos, ano 23, v. 2, 2007.

NASCIMENTO, L. L. A. **Educação Profissional e Emancipatória: proposta para a formação crítica de trabalhadores,** 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impasse-desafios-das-politicas-de-educacao/educacao-profissional-e-emancipatoria-proposta-para-a-formacao-critica-de-trabalhadores.pdf> Acesso em: 25 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica.** In: MOLL, J. e col. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** Revista Brasileira de Educação. Anped: set/out/nov/dez de 1999. nº12.

\_\_\_\_\_. **Ciclos de vida: Algumas questões sobre a psicologia do adulto.** Educação e pesquisa, maio-ago/vol 30, nº 002.2004.

\_\_\_\_\_. **Sujeitos-professores da EJA: visões de si mesmos em diferentes contextos e práticas.** Salto para o futuro/ EJA 2004.

PAIVA, Jane. **Direito à Educação de Jovens e Adultos: concepções e sentidos.** In: 29A. REUNIÃO

\_\_\_\_\_. **Direito à Educação para quem?** Sem data. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/>. Acesso em 20 Setembro de 2010.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora.** Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica

\_\_\_\_\_. **Da nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional.** Campinas: Autores Associados, 2000.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Educação de Jovens e Adultos — EJA.** 2013. Disponível em:&lt;<http://www.seduc.ro.gov.br/curriculo/wpcontent/uploads/2013/02/EDUCACAO-DE-JOVENS-E-ADULTOS-EJA.pdf>&gt;. Acesso em: 07 de fev. de 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.